

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 - Série VII - N.º 771
7 de Outubro de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

XIII congresso PCP

Em Foco

- Noticiário
- Todo o Partido é chamado ao debate
- Rigor e honestidade



- Deveres e direitos ou direitos e deveres?
- Será que andamos tão desatentos quanto o «Expresso» costuma dizer?
- Cartas do leitor



CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL FAZ DEZOITO ANOS

A CGTP-IN faz dezoito anos num momento de acesa luta por reivindicações materiais, básicas, do movimento sindical. E comemora-os em unidade, rejeitando a política do Governo e as suas «soluções», incluindo uma revisão da nossa Lei fundamental que ataca direitos elementares dos trabalhadores.

Pág. 4/Semana



III ENCONTRO (EXTRAORDINÁRIO) DA REFORMA AGRÁRIA

Em Montemor-o-Novo, 1712 delegados da Reforma Agrária concluíram: «Com a luta, a resistência, a solidariedade, a unidade e a organização dos trabalhadores, há forças para lutar em defesa da Reforma Agrária!»

Págs. 1, 2 e 3/Semana

CC do PCP saúda vitória do povo chileno

1. O povo chileno acaba de alcançar uma grande vitória contra a ditadura fascista de Pinochet.

Os resultados oficiais do referendo de 5 de Outubro constituem um NÃO rotundo à continuação no poder do ditador Pinochet. O próprio governo já reconheceu a derrota. O povo manifesta nas ruas a alegria da vitória e a firme determinação de prosseguir a luta até à conquista da democracia.

2. O PCP, que sempre esteve ao lado dos trabalhadores e do povo chileno na sua luta heróica de mais de 15 anos contra uma das mais sinistras ditaduras do nosso tempo, e pela democracia, saúda calorosa e fraternalmente o povo chileno e todos os democratas do Chile pela extraordinária vitória agora alcançada. Saúda particularmente o Partido Comunista do Chile, o seu Secretário-Geral Luis Corvallán, o seu Comité Central e todos os comunistas chilenos que com a sua luta continuada, abnegada e heróica, firmemente orientada para a unidade do povo e das forças democráticas e antifascistas, teve um papel determinante na criação de condições que tornaram possível a vitória do NÃO no referen-

do. Saúda também o Partido Socialista do Chile, defensor consequente da unidade democrática, cujo Secretário-Geral, Clodomiro Almeida, preso há mais de um ano nas cadeias fascistas deve ser imediatamente libertado.

3. A derrota da ditadura fascista de Pinochet no referendo de 5 de Outubro constitui um enorme passo no sentido da conquista da liberdade e da democracia no Chile.

A solidariedade para com o povo e as forças democráticas chilenas continua a ser necessária para que os resultados e o sentido político do referendo sejam respeitados, as liberdades democráticas prontamente restabelecidas, os presos políticos imediatamente libertados, ao Partido Comunista do Chile e demais partidos proibidos reconhecida a legalidade.

É preciso que cesse imediata e definitivamente a repressão que tão duramente se abateu sobre o povo chileno desde o golpe fascista de 11 de Setembro de 1973!

O povo do Chile vencerá!

O Comité Central
do Partido Comunista Português
Lisboa, 6 de Outubro de 1988



Álvaro Cunhal felicita Mikhail Gorbatchov

O secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, em nome do Comité Central do PCP, endereçou ao secretário-geral do PCUS, recém eleito Presidente do Soviète Supremo da URSS, o seguinte telegrama:

«Querido camarada Mikhail Gorbatchov,
Secretário-geral do PCUS:
Saudações fraternais do Partido Comunista Português pela sua eleição para Presidente do Soviète Supremo da URSS com a convicção profunda de que obterá grandes êxitos no exercício do mais alto cargo do Estado Soviético na realização das tarefas de alcance histórico da «Perestroika».

Pelo Comité Central do PCP
Álvaro Cunhal

Domingo é dia de eleições nas Regiões Autónomas

Pág. 10/Semana

Subversão constitucional na calha

A reunião de anteontem do Conselho de Ministros em mangas de camisa no Forte de S. Julião da Barra, no reinício do ano político, teve visivelmente por objectivo assinalar com foleira encenação a publicação em livro do balanço do primeiro ano de vigência do actual Governo PSD/Cavaco Silva e ao mesmo tempo publicitar algumas medidas financeiras de nítido carácter demagógico e projectos imediatos do Governo.

No dia 1 de Outubro, quatro dias antes, o Primeiro-Ministro tinha proclamado triunfalmente à comunicação social a concretização até agora de mais de 70% das «reformas estruturais» prometidas pelo Governo e dias antes dirigentes do PSD tinham também proclamado sem papas na língua que o PS tinha cedido em toda a linha ao projecto do PSD no acordo de bastidores de revisão constitucional entre os dois partidos.

Não conhecemos os métodos de balanço que permitiram ao Governo medir com tecnocrático rigor a concretização dos mais de 70% das suas celebradas «reformas de estrutura» mas estamos em condições de fazer o ponto do plano contra-revolucionário nos domínios do Executivo e do Legislativo e dos preigos que pesam sobre o regime democrático no caso previsível de o governo restauracionista da direita do PSD conseguir, com a cumplicidade do PS, concretizar no domínio constitucional o seu projecto de revisão subversiva da Constituição.

De facto (e «de jure») as celebradas 14 «reformas estruturais» que enformam o plano contra-revolucionário da direita conseguiram já passar no essencial as barreiras da Assembleia da República e, sem esgotar os recursos da oposição, as do exame da sua constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional assim como os da sua promulgação pelo Presidente da República.

Não passou, e é de decisiva importância que não passe, as barreiras da resistência popular contra a política antidemocrática e anti-social do governo cavaquista, as barreiras da luta dos trabalhadores, do povo dos campos e das classes e camadas duramente atingidas nos seus interesses vitais pela política e os planos restauracionistas da direita governante.

No sábado último os trabalhadores da Reforma Agrária no seu III Encontro, este na terra manchada de sangue dos combatentes dessa ex-

traordinária conquista da Revolução de Abril — o concelho de Montemor-o-Novo no coração do Alentejo — no próprio dia em que entrou em vigor a «lei do latifúndio», afirmaram de maneira categórica e reafirmaram-no depois num impressionante comício de milhares de trabalhadores a sua disposição de resistência e luta contra os planos de destruição da Reforma Agrária do governo cavaquista.

E nesse mesmo dia nas comemorações do 18.º Aniversário, num Pavilhão dos Desportos cheio de trabalhadores, a CGTP-IN pela boca dos seus dirigentes mais qualificados, reafirmou a firme determinação de luta da classe operária portuguesa contra a legislação laboral que o Governo PSD/Cavaco se prepara agora para impor na prática.

E é também de decisiva importância que o PS e a massa dos socialistas se capacitem a tempo da gravidade de uma cedência aos projectos da revisão constitucional do PSD, que tomem rápida consciência das suas responsabilidades perante o povo ao sancionarem com o voto dos seus deputados planos de subversão da direita restauracionista atentatórios do regime democrático.

A declaração do Secretário-Geral do PS na 3.ª feira de que «se o PSD recusar as nossas propostas é o PSD que deve explicar ao País porque é que prefere a manutenção da actual Constituição» é inquietante.

A confirmar-se a versão dos dirigentes do PSD de que o acordo já foi estabelecido no sentido proposto pelo seu partido, não terá a direcção do PS de explicar ao País porque é que prefere a radical desfiguração da Constituição actual?

O carácter antidemocrático de um tal acordo, negociado por alguns dirigentes do PS e do PSD nos bastidores e nas costas da própria Assembleia da República, a consumir-se, levaria a que um acto de tanta responsabilidade institucional para o regime democrático fosse a negação mesma da democracia que a efectivar-se conduziria a subtrair ao exame e à intervenção material dos restantes partidos representados na AR um texto da Lei Fundamental do País cozinhado no segredo dos gabinetes entre um número restrito de personalidades de apenas dois partidos de que resultaria a subversão e o aniquilamento de Portugal de Abril.

A primeira das 14 «reformas estruturais» enunciadas por Cavaco Silva no mês de Julho, que preconiza a «transformação de empresas públicas em sociedades anónimas», sofreu agora nova alteração com a modificação da «Lei dos Sectores» que abre à iniciativa privada a distribuição da electricidade e do gás e os serviços complementares das telecomunicações até agora integrados na EDP e nos CTT.

Está em plena execução a venda da Setenave ao capital privado com a entrega da construção naval ao consórcio alemão MPC e das reparações à Lisnave, já praticamente sob o domínio dos Mellos, num processo que implica o despedimento de 2000 trabalhadores. Justamente os trabalhadores da Setenave consideram numa bem elaborada proposta de reestruturação da empresa que a defesa do estatuto nacionalizado poria as potencialidades da empresa ao serviço da economia nacional.

Prossegue activamente o desmembramento e a reprivatização da Quimigal, o mesmo da Siderurgia e da Petrogal, tornou-se já efectiva a passagem do Totta & Açores e da Unicer a sociedades anónimas, a venda dos órgãos de comunicação social estatizados nomeadamente da EPNC começou já com a compra de «A Capital» pelo grupo Balsemão, braço português do grupo Murdoch.

O ciclone das reprivatizações das empresas públicas como forma imediata de abrir caminho ao capitalismo monopolista de Estado, assim como o da liquidação da Reforma Agrária abriria o caminho ao completo restabelecimento dos latifúndios, começou já numa nova fase a sua obra devastadora.

Na materialização das «reformas» que Cavaco diz já ter concretizado em mais de 70% inclui-se o pacote laboral, as leis rurais de aniquilamento da pequena propriedade e dos baldios, a reforma fiscal e outras.

Cavaco, que antes tinha negado a dupla tributação de impostos em 1989 dizendo para quem quis ouvir que era uma grande mentira da oposição veio agora com o anúncio demagógico do «perdão» do imposto complementar dos escalões de rendimento até 1000 e 1200 contos confirmar implicitamente as acusações de duplicação de impostos feitas pelo PCP e outros partidos da oposição quando o Go-

Resumo

28

Quarta-feira

Desemprego continua a subir. Segundo dados divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação, a taxa de desemprego aumentou 3,2 por cento entre Julho do ano passado e o mesmo mês deste ano ■ Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Lisboa declaram que «deverá ser a Câmara e não o presidente sozinho a coordenar os trabalhos de recuperação da área sinistrada do Chiado» ■ Trabalhadores da EDP afirmam em conferência de imprensa que a entrega do gás à iniciativa privada prejudicaria os consumidores e aventam a hipótese de nova greve devido à falta de diálogo demonstrada pelo Governo em relação ao desmembramento da empresa ■ Em Brazzaville, a sétima ronda das negociações quadripartidas sobre o Sudoeste de África entram numa «fase decisiva» com a discussão de uma proposta global que sintetiza todas as anteriores ■ A Direcção Unificada do Levantamento palestino nos territórios árabes ocupados lança apelo ao secretário-geral das Nações Unidas e à Assembleia Geral da Organização para que coloquem aqueles territórios sobre controlo da ONU.

29

Quinta-feira

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de lei que visa impedir o duplo pagamento de impostos em 1989. Carlos Brito, acusa o Primeiro-Ministro de ter «mentido» sobre esta matéria refugiando-se «numa linguagem técnica» ■ A Guarda Fiscal apreende, na zona de Vila Nova de Gaia 18,5 quilos de haxixe e outros artigos de contrabando ■ A Comissão Permanente da Assembleia da República delibera por unanimidade que o ministro Cadilhe comparecerá, na próxima semana, perante os deputados para ser ouvido sobre «os recentes desenvolvimentos da política económico-financeira» ■ O prémio Nobel da Paz é atribuído às forças de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas ■ Os órgãos de poder na União Soviética são convocados de urgência. Reuniões que têm por objectivo dar «novos passos na implementação da reforma política» ■ O vai-vem norte-americano «Discovery» é lançado com êxito cerca de dois anos depois do desastre do «Challenger».

30

Sexta-feira

O Partido Socialista inicia uma nova ronda de encontros com outros partidos da oposição para lhes dar a conhecer a fase actual das negociações em curso com o PSD sobre a revisão constitucional ■ Em Lisboa, começa o 1.º Encontro dos Jornalistas dos Países de Língua Oficial Portuguesa ■ O general Conceição e Silva é empossado no cargo de Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, em cerimónia presidida pelo Chefe de Estado ■ O Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, reunido em plenário, adopta uma série de medidas relacionadas com a reorganização do aparelho partidário ■ Termina o sequestro do avião brasileiro. A polícia alveja o pirata do ar que matara o co-

-piloto e ferira dois elementos da tripulação.

1

Sábado

Dia Mundial da Música ■ A CGTP-Intersindical Nacional comemora o

das capitais europeias, afirma-se num relatório elaborado pela União de Bancos Suiços ■ Um transformador da EDP no Algueirão incendeia-se deixando esta localidade às escuras durante toda a madrugada e provocando um incêndio que destruiu uma barraca onde estavam armazenados produtos combustíveis ■ O Instituto de Socorros a Náufragos revela que 56 pessoas morreram durante esta época



Emprego certo e seguro, objectivo da unidade

seu 18.º aniversário. Em comício realizado no pavilhão Carlos Lopes, a central acusa o Governo e o grupo parlamentar do PSD de serem «instrumentos» da «estratégia de recuperação monopolista» que se está a desenvolver no nosso país ■ Em Montemor-o-Novo realiza-se o III Encontro Extraordinário da Reforma Agrária. Defender os bens das cooperativas e evitar que os trabalhadores fiquem sem quaisquer meios de subsistência são duas das conclusões ■ Mikhail Gorbachov é eleito Chefe de Estado da União Soviética no decorrer de uma reunião do Soviete Supremo ■ No último dia da campanha eleitoral no Chile, um milhão e duzentas mil pessoas disseram não a Pinochet nas ruas de Santiago.

2

Domingo

A Associação Nacional de Municípios Portugueses declara-se «frontalmente contra» o projecto governamental sobre a tutela das autarquias ■ Em Vale de Prazeres, a população interrompe durante três horas a marcha do comboio que faz a ligação Covilhã-Lisboa por querer que o comboio continue a parar na sua terra ■ Termina ao fim da manhã a XVII peregrinação franciscana a Fátima ■ Nas eleições cantonais francesas regista-se novo record de abstenções: 52 por cento ■ O Supremo Tribunal do Paquistão determina que os partidos políticos do país poderão concorrer às próximas eleições gerais e considera ilegal a decisão do falecido Zia Ul-Hak de dissolver o parlamento ■ Terminam os Jogos da XXIV Olimpíada da era moderna.

3

Segunda-feira

O poder de compra dos lisboetas é o mais baixo de todos os habitantes

balnear nas praias, rios e albufeiras portuguesas ■ A saída de um encontro com Vítor Constâncio, o secretário-geral do PCP afirma que «o regime democrático poderá sair grandemente enfraquecido» do acordo de revisão constitucional que está a ser negociado entre o PS e o PSD ■ Começam os trabalhos preparatórios de consolidação ou demolição das fachadas da zona sinistrada do Chiado ■ O ministro português dos Negócios Estrangeiros encontra-se com o secretário-geral das Nações Unidas. Durante a reunião foi debatida a questão de Timor-Leste ■ Morre Franz-Josef Strauss, o «touro da Baviera», personagem de proa dos círculos mais reaccionários da RFA e de toda a Europa ■ Na Cidade do México mais de 200 mil pessoas manifestam-se contra a política governamental ■ Manifestantes pró-Pinochet atacam a sede do Movimento Não. A polícia prende dirigentes da oposição.

4

Terça-feira

Trabalhadores da Setenave manifestam em assembleia geral a sua oposição à reestruturação da empresa com despedimento de 2 mil pessoas e apresentam propostas para a resolução dos problemas do estaleiro ■ A Câmara Municipal de Lisboa recusa a Krus Abecasis «plenos poderes» para coordenar a recuperação do Chiado ■ O ministro Couto dos Santos informa o Conselho Consultivo da Juventude de que vão aumentar este ano lectivo os preços nas cantinas e residências universitárias ■ A Frente Comum da Função Pública apresenta ao Governo a proposta reivindicativa para 1989 ■ É anunciado que o novo presidente do Haiti recebeu ontem durante quase três horas uma delegação do Partido Unificado dos Comunistas Haitianos ■ A RTP inicia a apresentação da telenovela portuguesa «Passarelle».

verno havia anunciado aos quatro ventos o estabelecimento do imposto único.

A demagogia presidiu às medidas financeiras decididas na reunião do Conselho de Ministros «em mangas de camisa» continuada na manhã de ontem.

Cavaco Silva anunciou como prioridades do Orçamento de Estado o melhoramento do acesso à educação e da taxa de escolaridade (depois do eufemismo da «flexibilização» do calendário de abertura das aulas como forma de iludir as costumadas irregularidades dos anos anteriores) e a construção de novas vias de comunicação. E ainda, como peça de fundo, a convocação do CPCS e a iniciativa da Assembleia da República para um grande debate sobre o desafio de 1992 e a criação do mercado interno da CEE.

O Primeiro-Ministro procura iludir com algumas medidas demagógicas, os recuos que foi de facto obrigado a operar na política fiscal do Governo e os agravamentos da nossa dependência económica que se prevê ainda mais acelerados com a criação do Mercado Único da CEE e a desapareição das barreiras aduaneiras em 1992.

Os perigos e ameaças que pesam sobre o regime democrático decorrentes da execução das «reformas de estrutura», algumas de incontestável inconstitucionalidade e os que advirão de um acordo de bastidores PS/PSD para a revisão subversiva da Constituição, colocam a todos os trabalhadores, a todos os portugueses democratas e às suas organizações e partidos uma exigência de unidade e luta irrecusável.

O PCP, empenhado na preparação, a dois meses de distância do seu XII Congresso, que mobiliza no momento actual a parte mais substancial das suas atenções e tarefas, está como vanguarda política da classe operária portuguesa activamente empenhado na necessária resposta às medidas antipopulares do Governo cavaquista, à conspiração da direita restauracionista para subverter a ordem constitucional do Portugal democrático e para impor a via do capitalismo monopolista de Estado que submeteria de maneira efectiva o nosso País ao domínio dos monopólios eurocentrais.

A resposta de massas e a acção institucional devem conjugar-se para conjurar as ameaças mais graves que no momento actual pesam sobre a democracia portuguesa.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88



III Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária

Tudo se fará para continuar a luta!

O III Encontro (Extraordinário) da Reforma Agrária, reunido em Montemor-o-Novo no passado sábado com a participação de 1712 delegados e convocado pela FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção), Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas e Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura para fazer um exame de avaliação da nova situação criada à Reforma Agrária com a lei do latifúndio, debateu e aprovou medidas de luta, defesa e resistência das UCP's/Cooperativas, proclamando que os trabalhadores «tudo farão para continuar a luta em defesa da Reforma Agrária apesar das novas e mais difíceis condições que se deparam às UCP's/Cooperativas com a aprovação da lei do latifúndio», diploma, aliás, a que o Encontro voltou a denunciar o carácter inconstitucional, considerando que foi elaborado «para permitir ao Governo e aos agrários acelerar o processo de liquidação da Reforma Agrária».

Ao longo de mais de 20 intervenções foram discutidas e denunciadas as consequências socioeconómicas da pretendida destruição da Reforma Agrária, fazendo-se, concomitantemente, uma apreciação quer das vantagens e do desenvolvimento que esta conquista da Revolução de Abril levou aos campos do Alentejo e do Ribatejo — o que sublinha, com a força dos factos, a necessidade absoluta da Reforma Agrária para a economia da região e do País — quer do regresso do desemprego, da miséria, do abandono de terras e de formas brutais de exploração provocado pela destruição das UCP's/Cooperativas que tem vindo a ser conduzida por sucessivos governos de direita.

Outra nota saliente do Encontro foi a conclusão de que «com a luta, a resistência, a solidariedade, a unidade e organização dos trabalhadores, há forças suficientes para lutar em defesa da Reforma Agrária», exortando-se por isso os trabalhadores à luta, à confiança no futuro no combate por uma vida melhor, pelo emprego, pelo pão, pela defesa das UCP's/Cooperativas, pela defesa da Reforma Agrária.

No final do III Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária e no exterior do teatro Curvo Semedo onde se realizou a iniciativa teve lugar um comício de solidariedade com a Reforma Agrária e de comemoração do 18.º aniversário da CGTP-IN,



No III Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária estiveram presentes 1712 delegados que encheram por completo o teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo. Principal conclusão do Encontro: «Com a luta, a resistência, a solidariedade, a unidade e organização dos trabalhadores, há forças suficientes para lutar em defesa da Reforma Agrária!» (Nas fotos de cima, aspectos do Encontro, em baixo, pormenor do comício de solidariedade com a Reforma Agrária e assinalando o 18.º aniversário da CGTP-IN, realizado no exterior do edifício no final dos trabalhos do Encontro)

pelo que depois das intervenções de José Figueira, da União dos Sindicatos do Distrito de Évora, e de José Luis, da UCP 1.º de Maio, de Avis, usou da palavra Álvaro Rana, da Comissão Executiva da CGTP-IN, que a dado passo afirmou: «Este deveria ser um grande dia de festa porque estamos aqui reuni-

dos muitos dos que pugnámos pela formação da CGTP e dos que lutámos pela instituição da Reforma Agrária. Mas foi este o dia escolhido pelo Governo para pôr em execução a lei do latifúndio. Isto é um insulto mas, ao mesmo tempo, um estímulo à nossa capacidade de luta».

«Um acto de libertação»

Trabalhar na Reforma Agrária é um acto de libertação! afirmou a dado passo Manuel do Rosário Moita, da UCP «Esquerda Vencerá», de Pias, arrancando fortes aplausos da multidão. Foi uma das quase 30 intervenções proferidas ao longo do dia, no III Encontro (extraordinário) da RA, algumas carregadas de emoção, outras agitando com energia a convicção de se estar do lado certo da vida, todas exortando à luta e à determinação na defesa desta conquista da Revolução que, mau grado as destruições e os ataques de quem tem sido alvo, os trabalhadores sabem, de ciência certa, ser uma necessidade nacional.

Na intervenção inicial produzida por **Lino de Carvalho** em nome da FENCA — Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção — a questão da «passagem» no Tribunal Constitucional da lei do latifúndio foi apreciada em profundidade, tendo o orador afirmado a dado passo:

«Organizando o processo com um calendário preciso, o Governo e a maioria PSD criaram as condições para que a lei fosse apreciada pelo TC em pleno período de férias, quando só estava a funcionar um dos turnos de juizes afectos às posições do Governo do PSD, que para apreciarem e decidirem sobre a lei adiaram inclusivamente a entrada em férias, decisão para que, mesmo assim, saiu empatada — 3 a 3 — tendo sido necessário (tal como aconteceu com a lei de delimitação dos sectores) que o juiz-presidente usasse o seu voto de qualidade para desempatar.

«Temo-lo dito e reafirmo-lo aqui, hoje: as circunstâncias em que esta decisão foi tomada (reforçada com o texto do acórdão) não contribuiu nem para a dignificação do TC, nem para a independência das suas decisões nem para o equilíbrio e defesa do próprio regime democrático.

«Por isso mesmo assistemos toda a legitimidade para reclamar que a lei volte ao Tribunal Constitucional e seja analisada pelo pleno dos juizes. Nesse sentido propomos a este Encontro que, nas conclusões, se dirija aos Grupos Parlamentares dos Partidos que votaram contra a lei na AR e aos Provedor de Justiça para que usando da faculdade prevista no art.º 281.º da CRP requeiram ao TC que, de novo, aprecie a lei do latifúndio, decisão aliás já tomada pelo PCP e que aqui nos cumpre realçar».

Todavia há que não ter grandes ilusões a este respeito, advertiu Lino de Carvalho.

«Primeiro porque esta nova apreciação da lei não tem efeitos suspensivos. Isto é a lei entra em vigor e a sua aplicação não é suspensa enquanto decorre o processo chamado de fiscalização abstracta da constitucionalidade. Em segundo lugar porque, não tendo carácter urgente — como quando se trata da fiscalização preventiva — entra na bicha dos processos pendentes em Tribunal e levará alguns largos meses até ser apreciado enquanto, entretanto, o Governo vai avançando na aplicação da lei. Em terceiro lugar porque está em curso a revisão constitucional e face aos projectos de revisão do PS e do PSD e aos acordos entre estes dois partidos é de temer que no novo texto constitucional as garantias de defesa da Reforma Agrária fiquem muito mais enfraquecidas».

«É especialmente de lamentar e de criticar — acres-



Lino de Carvalho durante a sua intervenção que abriu os trabalhos

centa — que o PS tenha proposto no seu projecto de revisão constitucional que desapareça da Constituição qualquer referência à Reforma Agrária e que mesmo a questão da eliminação e expropriação do latifúndio surja, na prática, como mera figura de retórica. Isto é, pela mão do PS, a apreciação da lei do latifúndio à luz da futura Constituição que tem vindo a ser cozinhada entre PS e PSD, corre o risco de também vir a ser declarada constitucional».

«Falámos em luta»

Todavia há que não cruzar os braços e Lino de Carvalho, ainda na sua intervenção de abertura, foi bem claro:

«Falámos em luta. Sim, camaradas, é esse o caminho que de novo temos pela frente se queremos defender as UCP's/Cooperativas Agrícolas, o pão, o emprego.

«A lei está aí, criou uma nova situação, muito mais perigosa para a Reforma Agrária mas nós não vamos baixar os braços. É preciso decidirmos sobre as diferentes frentes e formas de luta que, necessariamente, teremos de adoptar:

«Devemos manter a pres-

são na frente institucional: junto dos órgãos de soberania, do Presidente da República e outros, deveremos insistir com denúncias das situações que se venham a criar, reclamações, petições, etc.

«Devemos continuar a batalha na frente jurídica procurando aproveitar todas as possibilidades que ainda tenhamos, por mínimas que sejam;

«Devemos mantermo-nos o mais possível informados dos processos em curso, pelo que é fundamental uma boa ligação com as Juntas de Freguesia onde devem ser expostos os editais sobre as «reservas»;

«Devemos encontrar, para cada caso e para cada cooperativa em concreto, a solução concreta que nos permita salvaguardar e defender os bens — a terra, as instalações, as máquinas, o gado — evitando o seu abandono, a sua divisão ou que eles caiam nas mãos dos agrários. Há várias soluções. Algumas já estão estudadas. É preciso que cada cooperativa, junto da sua organização, estude a que melhor se aplica ao seu caso concreto ou procurando outras mais adequadas;

«Devemos trabalhar para garantir o máximo de terra nas nossas mãos, procurando comprar ou arrendar onde houver e for possível;

«As UCP's/Cooperativas no seu conjunto possuem cerca de 60000 ha de terra entre áreas compradas e arrendadas. É preciso investir nessas áreas, estudando com os técnicos o melhor partido a tirar delas, elaborando um plano de exploração, procurando financiamentos comunitários e outros, intensificando aí a agricultura que fazemos, irrigando, procurando criar nessas áreas as condições que permitam garantir o máximo número de postos de trabalhos.

«Devemos, camaradas, continuar a semear e a produzir. Temos aí a companhia à porta e a solução não é virar as costas à terra. Apesar das ameaças que pairam sobre a RA a pior decisão seria a de não semear. Se o fizéssemos ao fim de poucos meses nada restaria das UCP's/Cooperativas;

«Por fim aquela que continua a ser a principal linha de defesa da Reforma Agrária: a luta de massas; a resistência nas herdades, nas vilas, nas cidades, ligada permanentemente com a manutenção e o reforço da solidariedade.»

Muitas intervenções

A exortação à luta, à mobilização de esforços e vontades em defesa da Reforma Agrária foi, de resto, o denominador comum das 20 intervenções proferidas em plenário e mais as 14 solicitadas pela Comissão Organizadora e diversos convidados. Para se ter uma ideia da diversidade (e representatividade) dessas intervenções, aqui vai «de carreirinha» a sua especificação:

Manuel do Rosário Moita (UCP «Esquerda Vencerá», de Pias), **Florinda Maria Brites** («Resistência Popular», Montemor-o-Novo), **Esperança Maria Farinha Oliveira** (Cooperativa Agrícola «Juventude Boa-Fé», Évora), **Caetano Carriço** (UCP «23 de Setembro», Redondo), **Bento Aniceto Calado** (Secretariado Distrital de Beja), **Fátima Maria Mendes de Oliveira** (UCP «Pedro Soares», Montemor-o-Novo), **Amaro José Raposinho dos Santos** (UCP «Bento Gonçalves», de Montemor-o-Novo) **Luis Manuel Martins da Silva Cecília** (UCP «Freguesia de Unidade», Ervidel-Aljustrel), **Arminda Maria Mendonça** (UCP «Salvador do Pomar», Montemor-o-Novo), **Joaquim Leandro Grosso** (Cooperativa Agrícola de Santo António de Amareleja, Moura-Beja), **Ludovina Palmeiro Pinote** (Sindicato Agrícola de Portalegre), **José Marcelino Vieira Boias** (UCP «Joaquim do Sabugueiro» — Arraiolos), **Hélio dos Reis Inácio** (Junção de Cooperativas de Odemira), **José Francisco Brejo** (Coop. «Cravos Vermelhos», Alcácer do Sal), **Francisco Negraxa** (UCP «Salvador do Pomar», de Montemor-o-Novo), **Albino Reis**, (UCP «Cravo Vermelho», Montemor-o-Novo), **Marcelino de Campos Gonçalves** (Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Relíquias — Odemira) **José David** (Secretariado Concelho de Odemira), **Lurdes Ginet** (UCP de Aguiar, Viana do Alentejo) e **Emídio José Ramos** (UCP «Poder Popular», de Montemor-o-Novo).

Refira-se ainda que chegaram à mesa 60 saudações e sete telegramas vindos um pouco de todo o País e enviadas por diversas organizações de trabalhadores e algumas individualidades, sempre solidarizando-se com a luta da Reforma Agrária e manifestando o seu vivo apoio a esta conquista da Revolução.

Não deram por nada

Imagine-se só: três jornalistas portugueses foram no passado fim-de-semana a Moscovo fazer a cobertura da estreia mundial do novo disco do grupo escocês de rock «Big Country» e não deram por nada do que lá se passava naquela altura.

Quem o afirma é uma folhinha confidencial que anda por aí e dá pelo nome de «Jornal de O Dia». E, não bastasse o insólito da situação, isso seria suficiente para pôr em dúvida o que o jornaleco conta: houve a reunião do CC do PCUS, houve a sessão do Soviete Supremo da URSS, houve importantes alterações nas responsabilidades de quadros do Estado e do Partido e — imagine-se! — nem os 3 portugueses, nem os 300 jornalistas de todo o mundo que cobriam a apresentação de «Peace in our time», ninguém deu por nada.

Não sabemos onde foi colhida tão surpreendente notícia. O certo é que a imprensa parece não ter sabido que os jornalistas portugueses e os outros que estavam em Moscovo «não deram por nada». Mas isso são problemas de quem colheu este exótico fruto. Quanto ao que se passou naqueles dias na União Soviética, parece-nos não haver dúvidas de que, em Portugal como nos outros países, o essencial dos factos foi dado a conhecer ao público — e desse essencial também falamos noutra local desta edição. O preocupado jornalito é que parece não ter percebido muito bem o que por lá houve, melhor, o que lá se passa todos os dias. Pelo menos, se julgarmos pela prosa que acompanha a notícia dos que «não deram por nada».

Segundo a versão do grande jornal, «a televisão soviética apenas dava imagens dos jogos olímpicos, nas montras da agência Tass só havia fotos dos jogos de Seul e a rádio, obviamente, só transmitia em soviético». Mas, para cúmulo, «no domingo a «Pravda» publicava uma manchete cuja tradução foi impossível obter».

Além de ter inventado uma língua que, pelo menos por enquanto, ainda não se fala em lado nenhum (e não é, portanto, nenhuma das cento e tantas que se fala na URSS), o jornalão «não deu por nada» do que se passou na TV, na rádio ou na imprensa soviéticas.

Mas logo no parágrafo seguinte desvanecem-se as esperanças de que haja no sítio onde cozinham o ilustre *paper* alguma alminha que esteja a dar pelo que os soviéticos fazem no dia-a-dia.

Então não querem lá ver: «nas ruas de Moscovo não se vendem jornais e é também raro ver um moscovita ler um jornal!» Não é de morrer, mas é de rir muito!

Qualquer pessoa que passe pela União Soviética vê que, não só se vendem jornais aos milhões, como as pessoas os compram e lêem. Mas, para quem não pode ou não quer lá ir ver antes de emitir grandes sentenças — e o jornal em questão é dos que menos falam pela sua voz em questões internacionais —, bom, para esses há as estatísticas, os números, que dizem que os soviéticos são dos povos que mais lêem. Se acham os números uma coisa muito seca, então poderiam perguntar a quem já viu, antes de escarrapacharem nas suas páginas mentiras em letra de forma; poderiam perguntar, por exemplo, aos jornalistas que citam na notícia, não é?

Francamente! Tanta asneira numa prosa tão pequena! Parece é que pouca gente deu por ela...

E, se por um lado não perderam nada, por outro lado é de lamentar. É que casos destes mostram o que pode acontecer quando a dependência da imprensa portuguesa no que toca à informação internacional coloca o nosso país numa situação muito semelhante à dos Estados em vias de desenvolvimento.

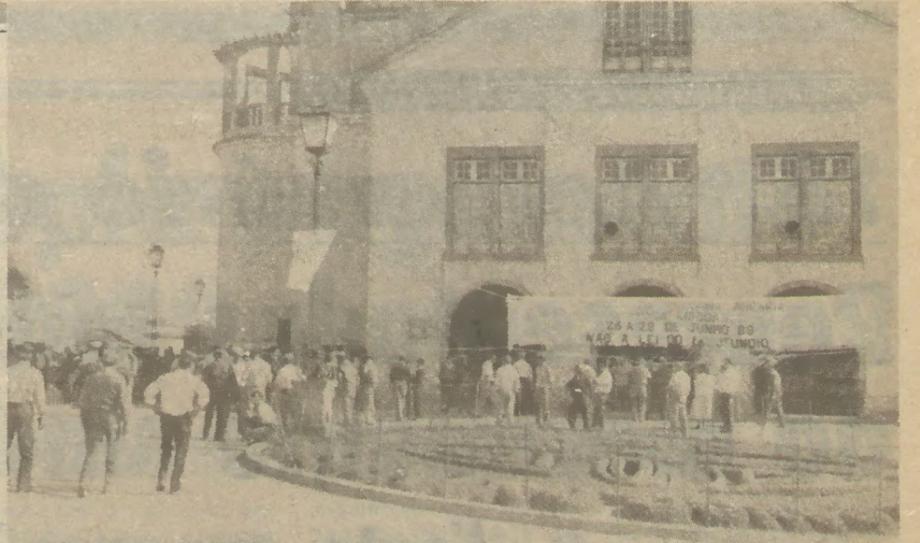


Uma assistência atenta, enchendo por completo todo o teatro onde decorreram os trabalhos

Terra

da Reforma Agrária

Proclamação do encontro Reforma Agrária é indispensável ao desenvolvimento da agricultura!



No final do III Encontro (extraordinário) da Reforma Agrária realizado no passado sábado no teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, foi apresentada uma proclamação que os 1712 delegados presentes aprovaram por unanimidade e aclamação, saudando a decisão com a talvez mais vigorosa ovação do Encontro. Sublinhando logo na introdução que «os trabalhadores tudo farão para continuar a luta em defesa da Reforma Agrária apesar das novas e mais difíceis condições que se deparam às UCP's/Cooperativas com a aprovação da lei do latifúndio», o documento desmontou o carácter inconstitucional da lei, realçou as lutas que a têm combatido, afirmou ser possível e necessário continuar a luta em defesa da Reforma Agrária, exortou à unidade nas acções concretas de luta e demonstrou que a Reforma Agrária «é uma força necessária ao País e ao desenvolvimento do Alentejo e do Ribatejo».

Reafirmando o carácter inconstitucional da chamada «lei do latifúndio» pois «apesar da decisão do Tribunal Constitucional as inconstitucionalidades mantêm-se no texto da lei», o Encontro recordou, a propósito das disposições deste diploma do Governo de Cavaco Silva:

«Não fixa, deixando indeterminado, o limite máximo da área das "reservas";

«Aumenta as pontuações para 91 000 pontos e não contando no cálculo da pontuação quaisquer benfeitorias ou povoamentos florestais de qualquer duração;

«Concede tantas reservas quantos os proprietários, os herdeiros de uma herança indivisa, os titulares e também uma a cada um dos cônjuges;

«Concede às sociedades por quotas tantas reservas quantos os sócios (e, por isso, os agrários, têm vindo a formar, nos últimos tempos, sociedades fantasmas de que são sócios todos os parentes mais próximos. É o caso da Sociedade Agrícola Calha do Grou, Lda., da família Praça Cunha; Sociedade Agrícola Água de Elvirinha, Lda., da família Themudo Barata; Sociedade de Gestão Agrícola Sousa Cabral, Lda., Sociedade Agrícola da Herdade da Amoreira, Lda., da família Vacas de Carvalho);

«Faz crescer à reserva a área que sobre e não dá para outras reservas;

«Permite a reabertura de todos os processos de reservas entregues nos últimos onze anos e permite ainda que os agrários que nunca pediram reserva o possam fazer ainda;

«As UCP's/Cooperativas deixam de ser notificadas dos processos de reservas;

«Impede as UCP's/Cooperativas de recorrer para os tribunais com efeitos úteis e mesmo nos casos em que o conseguissem fazer impede, na prática que os tribunais dessem provimento favorável ao recurso dos trabajado-



Também havia aqueles que, apesar de não encontrarem lugares sentados, fizeram questão de assistir aos trabalhos de pé, nas coxias e corredores da sala

res, fechando todas as possibilidades de suspensão judicial de despachos de reservas que o STA tem vindo a decretar com base nas escandalosas ilegalidades praticadas pelo MAP, o que se traduz também num acto de confrontação e de rebeldia contra a autonomia e competência do poder judicial.»

Tais factos demonstram a sociedade que «a lei do latifúndio é claramente inconstitucional e o Tribunal Constitucional ao decidir, em férias, nas condições e na forma em que o fez, teve por base critérios de ordem política e não critérios de ordem jurídica-constitucional, fez uma leitura da Constituição não de acordo com a que lá está mas de acordo com o que alguns gostariam que lá estivesse, não contribuiu nem para a dignificação do Tribunal nem para a independência das suas decisões nem para o equilíbrio e a defesa do regime democrático.»

Deste modo o Encontro entende «que assiste aos trabalhadores e às UCP's/Cooperativas toda a legitimidade para discordar da decisão do Tribunal e para reclamar que a lei volte a ser analisada pelo TC», decidindo «dirigir-se aos Grupos Parlamentares dos partidos que votaram contra a lei na Assembleia da

República e ao Provedor de Justiça para que, usando da facultade prevista no Artigo 281.º da CRP, requeiram ao TC que analise de novo a lei para efeitos de fiscalização abstracta da sua constitucionalidade».

O que é necessário

O Encontro recordou as lutas e solidariedade desencadeadas contra a lei do latifúndio — citando, entre outras, a Marcha para Lisboa de 26 a 28 de Junho, as jornadas de solidariedade realizadas no Fórum Picoas em

queiram ao Tribunal Constitucional a fiscalização abstracta da constitucionalidade da lei insistindo junto do Presidente da República e Assembleia da República com denúncias das situações que se venham a criar, reclamações e petições.

b) Continuar as acções na frente jurídica não abandonando o contencioso administrativo e aproveitando todas as possibilidades que existam por mínimas que sejam. É necessário estar-se atento aos editais sobre reservas nas Juntas de Freguesia e nos jornais.

c) Desenvolver as iniciativas necessárias à defesa dos bens das UCP's/Cooperativas e dos trabalhadores trabalhando para impedir que caiam nas mãos dos agrários.

d) Procurar garantir o máximo de terra nas UCP's/Cooperativas Agrícolas comprando ou arrendando terra, investindo nessas áreas, realizando planos de exploração, captando financiamentos, com o apoio de técnicos competentes e sérios, o que exige uma melhoria substancial da organização e da gestão nas UCP's/Cooperativas.

e) Reforçar o trabalho de informação junto da Comunicação Social e do País sobre as arbitrariedades do MAP e as consequências da sua política.

Cinco ideias centrais

Após sublinhar que «a luta de massas continua a ser a linha fundamental para defender a Reforma Agrária» o Encontro aprovou realizar «no momento adequado uma paralisação dos trabalhadores das UCP's/Cooperativas com o apelo a outros sectores», exortando ao mesmo tempo para que se prossigam outras formas de luta. De seguida alertou para os perigos que rodeiam o processo de revisão constitucional, «sobretudo com as propostas de eliminação da Reforma Agrária do texto constitucional apresentadas pelo PS, PSD e CDS, com o enfraquecimento das garantias para a liquidação do latifúndio» e vincando que «o reforço da solidariedade é condição necessária para defender a Reforma Agrária».

Neste aspecto, e mencionando que «a unidade dos trabalhadores é a pedra de toque para a defesa da Reforma Agrária», «o Encontro chama a atenção dos trabalhadores para as manobras dos agrários e outros tendentes a lançar boatos e a fazer

germinar o desânimo, a descrença, a desorientação e a divisão, tentando que os trabalhadores abandonem a luta com promessas ilusórias e enveredem pelo caminho da entrega ou venda dos bens ao desbarato, de distribuição de dinheiros, etc.», e «reafirma que a consciência e a dignidade dos trabalhadores não está à venda e que devem ser feitos todos os esforços para preservar a unidade e o espírito de luta».

Neste quadro «as soluções a encontrar, para os casos de UCP's/Cooperativas ameaçadas pela aplicação da lei, para a defesa dos seus bens e dos direitos, garantias e condições de vida dos trabalhadores, devem-no ser de uma forma organizada democraticamente decidida e no quadro de soluções colectivas e juridicamente defendidas, procurando encontrar-se alternativas que mantenham os postos de trabalho e os colectivos possíveis, explorando e rentabilizando instalações, gados, máquinas e outras formas de actividade económica, em estreita ligação com as organizações da Reforma Agrária e que, por outro lado, não deixem os trabalhadores sem meios de subsistência. Devem ser os trabalhadores, em cada UCP/Cooperativa, com o apoio das suas organizações que devem decidir das soluções concretas mais adequadas», acrescenta-se.

Em resumo: «os trabalhadores e as estruturas representativas da Reforma Agrária, os Secretariados e Uniões, e as estruturas sindicais devem unir esforços e agir de uma forma eficiente na base de cinco ideias centrais, quanto a esta matéria — preservar a unidade dos trabalhadores; defender os bens; evitar que os trabalhadores fiquem sem quaisquer meios de subsistência; manterem-se os colectivos possíveis a funcionar explorando os meios disponíveis; impedir que os agrários se apropriem da riqueza produzida pelos trabalhadores».

É preciso semear!

Considerando que se está na véspera do início de um novo ano agrícola, o Encontro decidiu igualmente que as UCP's/Cooperativas e os trabalhadores da Reforma Agrária devem realizar as sementeiras, reclamando do Governo garantias de que a colheita é de quem a semeia, afirmando também que «é necessário encontrar as soluções mais rentáveis e mais seguras para as sementeiras, procurar utilizar

variedades de sementes de qualidade e mais produtivas, com preço e escoamento garantido, seguindo as orientações adequadas». Além disso «o Encontro responsabiliza desde já o Governo pela desestabilização que se venha a abater sobre o processo produtivo em resultado da ofensiva contra as UCP's/Cooperativas Agrícolas».

Finalmente o Encontro demonstrou que a Reforma Agrária é uma força necessária ao País e ao desenvolvimento do Alentejo e do Ribatejo, avançando com alguns dados insofismáveis.

Assim, apesar da ofensiva destruidora, existem ainda 260 UCP's/Cooperativas que cultivam cerca de 300 000 ha e dando emprego a cerca de 14 000 trabalhadores.

Pelas transformações produzidas, pelos resultados alcançados, pelas potencialidades que encerra, a Reforma Agrária — englobando UCP's/Cooperativas Agrícolas e pequenos agricultores — é condição necessária para o desenvolvimento e a modernização da agricultura, para a dinamização da região, para que o País possa fazer face ao impacto resultante dos condicionamentos impostos pela adesão à CEE. «Os trabalhadores orgulham-se da obra realizada!», acentua-se, para se recordar mais adiante:

«Ao mesmo tempo que procura destruir a Reforma Agrária e reconstruir o latifúndio, o Governo promove de novo as coutadas e submete milhares de hectares no regime cinegético; diminui a área agrícola e aumenta a área florestal promovendo sobretudo a expansão do eucalipto; tem paralisados os grandes projectos de desenvolvimento hidro-agrícola como Alqueva; não dinamiza o investimento industrial.

A prosseguir esta política a zona da Reforma Agrária e, sobretudo, o Alentejo estariam condenados à desertificação e ao despovoamento acelerados.

É preciso combater esta orientação contrária aos interesses do País e dos portugueses», frisa-se.

Finalmente afirma-se que «a região tem instrumentos, recursos e potencialidades que, se aproveitadas, conduzem ao seu desenvolvimento, à fixação das populações e à melhoria das condições de vida, à diminuição da dependência alimentar externa do País», pelo que «a Reforma Agrária é indispensável a esse desenvolvimento e ao aproveitamento desses recursos. Também por esta razão é necessário garantir, preservar e realizar a Reforma Agrária».

Trabalhadores

18.º Aniversário da CGTP**Representadas todas as correntes do movimento sindical****● Forte expressão do apoio unitário às grandes reivindicações sociais**

Jovens e menos jovens, dia 1, no Pavilhão



Carvalho da Silva durante a sua intervenção

Momento alto das comemorações do 18.º aniversário da fundação da Intersindical Nacional, o comício de Lisboa em que Manuel Carvalho da Silva foi o orador principal, teve a presidência de todas as tendências e correntes do movimento sindical unitário fortemente representativo da maior organização social do nosso país. Mas essa representatividade tem talvez a sua expressão maior nas empresas, nos locais de trabalho onde as dificuldades dos trabalhadores são maiores e onde a luta não arrefece. Assim, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP, esteve terça-feira passada na Setenave. Américo Nunes e Emílio Martins, ambos membros da Comissão Executiva da Central estiveram por sua vez na Standard Eléctrica, e Joaquim Dionísio na Eurofil.

Essas e outras deslocações inserem-se nas iniciativas que o 18.º aniversário da CGTP-IN, que teve e está a ter extenso eco em todo o País, constituindo forte expressão do apoio sindical unitário às grandes reivindicações sociais e à recusa das «soluções» do Governo fortemente criticadas, aliás, em todas as intervenções dos dirigentes da Central. Recorde-se que o 18.º aniversário da Inter coincide com um amplo debate nacional para a preparação de iniciativas contra a legislação anti-social que o Executivo de Cavaco Silva tenta aplicar. Pacote laboral, lei do latifúndio, reforma fiscal, trabalho precário, desemprego, contratos a prazo, ausência de saídas para a juventude são motivos de luta e protesto que abrangem camadas cada vez maiores dos trabalhadores organizados ou não no movimento sindical. Chamar à luta pela unidade e pela eficácia o maior número desses trabalhadores, independentemente das suas opções políticas, partidárias ou de outra ordem, é o objectivo central da organização que comemorou no passado dia 1 uma data que reflecte dezoito anos de luta sempre orientada pelos princípios da unidade, da independência e da democracia sindical.

— PORTO —**Agravamento da situação económica**

O «pacote laboral», a lei do latifúndio, a lei da rádio, a reforma fiscal e a revisão da Constituição, foram pontos abordados na intervenção de Manuel Freitas, da Comissão Executiva da CGTP-IN, durante a festa do 18.º Aniversário daquela Central Sindical, que decorreu, no Porto, no Cinema Júlio Dinis.

Aquele dirigente sindical, referindo o «pacote laboral» disse que o mesmo «não está aprovado, não passou ainda... e a CGTP-IN mobilizará os trabalhadores para impedir que este tipo de legislação vá por diante». Quanto à lei do latifúndio (...) faria ressurgir o poder dos grandes agrários nos campos do Alentejo e Ribatejo, com claros prejuízos para a produção agrícola, para o emprego e o desenvolvimento da região». Sobre a lei da rádio e de afixação e marcação de publicidade e propaganda «uma e outra, visam, por um lado, facultar ao Governo o controlo do espectro radiofónico nacional e, por outro, limitar, se não proibir, a liberdade de expressão e de informação que a Constituição consagra».

Manuel Freitas referiu-se, na sua intervenção à política de rendimentos (...) é à custa dos trabalhadores e do aumento da exploração que tem surgido uma camada de novos ricos e cresce a ostentação da riqueza». Em relação à reforma fiscal, aquele sindicalista adiantou: «as propostas de códigos que o governo acabou de levantar, não só confirmam as críticas que a

CGTP-IN tem feito, de agravamento da injustiça fiscal, como também contém novas inconstitucionalidades. Falando sobre a revisão da Constituição, Manuel Freitas adiantou ter «de criticar-se o secretismo e os negócios de gabinete com que o partido do Governo pretende obter o acordo do PS e para uma revisão que dê cobertura à sua política de «pacotes legislativos» contra os trabalhadores e contra a essência do regime democrático».

Ana Maria Mesquita, da Comissão Executiva da USP, falou em nome desta União de Sindicatos e lembrou a luta, que nos últimos tempos tem sido travada «face à brutal ofensiva do grande patronato e o seu governo do PSD». E enumerou: na contratação colectiva, por salários (dos trabalhadores auxiliares do Hospital de Santo António, da Construtora do Niassa, do Palácio de Cristal, de várias empresas têxteis); pela manutenção dos

postos de trabalho, na Sitemor, Siderurgia Nacional, João Batista e na Facar; pela redução do horário de trabalho e pela semana inglesa dos trabalhadores do comércio, entre outros; pelo direito à negociação, por direitos profissionais e pelas suas carreiras os médicos, enfermeiros, professores e engenheiros técnicos; pelo pagamento de melhores salários na Companhia Portuguesa de Cobre «exemplo da determinação dos trabalhadores».

— BRAGANÇA —**Intensificar a acção nos locais de trabalho**

À semelhança das restantes estruturas intermédias da Central, a União dos Sindicatos de Bragança, correspondendo ao apelo do Conselho Nacional da CGTP-IN, está empenhada neste 18.º Aniversário da prestigiada Central dos Trabalhadores Portugueses, em intensificar a acção sindical nos locais de trabalho.

Nos últimos meses no distrito de Bragança tem-se intensificado a forte ofensiva de recuperação capitalista, com a destruição de empresas e serviços do Sector Empresarial do Estado e medidas contra os interesses dos trabalhadores e da população.

O Governo Cavaco Silva prossegue uma desastrosa política económica, em benefício dos monopólios e países

desenvolvidos da CEE, que naquele distrito está:

- a provocar a florestação acelerada de terrenos, com recurso entre outros à plantação de eucaliptos;
- a criar dificuldades de escoamento à produção de cereais, em Bragança, Miranda do Douro e Mogadouro;
- a colocar novas dificuldades aos produtores de leite, cuja produção é paga com 3 e 4 meses de atraso.

Aumentam as desigualdades e injustiças sociais. Crescem as negociatas e a corrupção, bem como o compadrio, em muitas autarquias e serviços do Estado. Proliferam as empresas «parasitas» à sombra das empresas estatais como nos CTT e a EDP, que alugam mão-de-obra e executam os serviços rentáveis,

sendo os responsáveis das empresas contratantes e das contratadas em inúmeros casos os mesmos. Desenvolve-se uma vasta rede de compadrio e negociatas pouco claras relacionadas com a formação profissional e as verbas do Fundo Social Europeu, mas também com o OTJ, OTL e ATD.

A situação de emprego degrada-se.

— Continuam encerradas as empresas mineiras do distrito;

— Aumentam os contratos a prazo (CAICA, onde o número de trabalhadores do quadro continua a diminuir);

— Encerram novas empresas (Quimigal em Mirandela);

— Aumenta a instabilidade e crescem as preocupações pela garantia de postos de tra-

balho (no CAICA, no IROMA, na EPAC);

— Continuam a arrastar-se e por resolver as situações de carreira profissional de muitos trabalhadores (ARS de Bragança, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, Escola Secundária de Mirandela).

Agrava-se a situação dos transportes no Distrito, aumenta a concentração nos transportes de passageiros nas empresas Cabanelas e Santos. Para isso contribuem as medidas do Governo e conselho de gerência da CP de acabar com os transportes rodoviários da CP na zona de também encerrada Linha do Sabor, a degradação e alteração de horários na linha férrea do Tua, o encerramento da circulação ferroviária entre

Pocinho e Barca d'Alva.

Aumenta o trabalho clandestino na emigração. Cresce o recurso pelo patronato ao trabalho precário e mesmo ao trabalho infantil, na construção civil, na hotelaria, na agricultura e no trabalho doméstico.

A União dos Sindicatos de Bragança irá prosseguir o seu empenho na resolução dos problemas dos trabalhadores e das populações.

- Contra a aprovação do «pacote laboral» e a precariedade de emprego;
- Pela melhoria das condições salariais e direitos dos trabalhadores;
- Contra as tentativas de descharacterização da Constituição;
- Pelo reforço da organização sindical.

Assembleia da República

PCP opõe-se a duplo pagamento de impostos em 1989

• Comunistas activos no início dos trabalhos parlamentares

A apresentação de um projecto de lei destinado a impedir o duplo pagamento de impostos em 1989 por efeito da introdução do imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares (IRS) constituiu em vésperas do início dos trabalhos de segunda sessão legislativa uma das iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP. Dada a conhecer em recente conferência de imprensa realizada após o final de uma reunião do Grupo convocada para preparar a abertura da sessão legislativa no próximo dia 18, esta acção dos parlamentares comunistas tem em vista evitar que seja consumado aquilo a que designam por uma «grave injustiça fiscal» e que consiste, com a introdução do IRS em 1989, no duplo pagamento no próximo ano de impostos, mais concretamente o Imposto Complementar relativo aos rendimentos de 1988 e o IRS sobre os rendimentos de 1989.

Para os parlamentares comunistas, segundo as palavras do seu líder parlamentar Carlos Brito, o Primeiro-Ministro «mentiu ao País» quando se referiu a esta questão, tentando «ocultar a grave situação criada» pela forma como procedeu o seu Governo e o seu partido, apesar das advertências dos partidos da oposição, refugiando-se para o efeito numa «linguagem técnica».

Com efeito, de acordo com a posição expressa pelos deputados comunistas, ao contrário do que tem sido largamente propagandeado pelo Governo nos órgãos de comunicação social, são os trabalhadores por conta de outrem que serão os mais «particularmente penalizados» por este duplo pagamento.

Ao avançar com esta iniciativa, o Grupo Parlamentar do PCP retoma assim anteriores diligências por si efectuadas designadamente durante o debate da legislação sobre a Reforma Fiscal com vista a uma reconsideração sensata do problema, esforços esses que na ocasião, como é sabido, foram gorados em virtude da intransigência governamental.

De acordo com o texto do projecto elaborado pela bancada comunista a cobrança

em 1989 do imposto complementar — secção A, relativa aos rendimentos de 1988, será considerada como pagamento por conta do IRS, evitando-se deste modo a «oneração dos rendimentos de trabalho com um duplo pagamento».

Carga fiscal

O líder parlamentar comunista, que estava acompanhado neste encontro com os jornalistas pelos deputados comunistas Ilda Figueiredo, Álvaro Brasileiro, Octávio Teixeira e Jerónimo de Sousa, chamou ainda a atenção em matéria de política fiscal para o real agravamento da carga fiscal, facto para o qual, como é sabido, o PCP alertara em devido tempo, designadamente por altura do debate do Orçamento para 1988.

A este respeito, foi também lembrado o facto de a receita cobrada respeitante ao IVA ter ultrapassado em cerca de 100 milhões de contos os valores orçamentados, sendo ainda os contribuintes compelidos a pagar no próximo mês de Outubro um acréscimo de pelo menos 40 por cento no imposto complementar. «É fundamental saber-se desde já quais

as medidas que o Governo pretende adoptar para corrigir em 1989 as brutais distorções fiscais», salientaria a propósito Carlos Brito.

Governo falha previsões

A reparação urgente da grave injustiça provocada pelo falhanço das previsões governamentais em matéria de inflação, valores que enformaram toda a sua política de rendimentos e preços e que acabariam por reduzir gravemente o poder de compra dos trabalhadores e de outras camadas de menores rendimentos, foi por outro lado severamente criticada pelos parlamentares comunistas presentes na conferência de imprensa, tendo sido reclamada a reparação «urgente» desta «grave injustiça».

Nesse sentido, recorde-se, o Grupo Parlamentar comunista propôs há algumas semanas a realização de um debate sobre esta matéria na Comissão Permanente da Assembleia com o ministro das Finanças, debate esse que acabou por não se efectuar devido à oposição do PSD que assim impediu a um tempo, como salientou Carlos Brito, que os partidos da oposição exerçam a sua actividade de fiscalização do Governo e proponham simultaneamente iniciativas que contribuam para a resolução dos problemas nacionais.

Convictos do carácter constitucional e regimental da sua proposta, e não se conformando com «este colate de forças governamental», os parlamentares comunistas não estão entretanto dispostos a abdicar do exercício pleno dos seus direitos, tendo nesse sentido já proposto a convocação urgente do plenário para a realização de uma sessão de perguntas ao Governo no sentido de

esclarecer a política de rendimentos e preços e adoptar as medidas indispensáveis.

Várias outras iniciativas abrangendo áreas tão diversas como o trabalho, a agricultura, a regionalização, o Orçamento do Estado e a revisão constitucional foram na mesma ocasião anunciadas aos órgãos de comunicação social. De comum, o carácter imediato que os deputados comunistas pretendem imprimir a estas suas iniciativas, todas elas de inegável alcance para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do País.

Redução do período de trabalho

É manifestamente o caso da apresentação de um requerimento ao presidente da

Assembleia da República para que seja posto à consulta pública o projecto de lei que tem em vista a redução do período semanal de trabalho com a publicação de uma Separata com o objectivo de ser debatido no plenário a curto prazo.

Na área da agricultura importa também referir a proposta para que o ministro da Agricultura seja chamado à Comissão de Agricultura e Mar para a consideração de medidas de apoio aos sectores agrícolas que se encontram em situação de calamidade.

Quanto à regionalização, e tendo em vista o apoio à consulta em curso às Assembleias Municipais sobre os projectos de lei das Regiões Administrativas, importa destacar o Guião já em fase de elaboração com as

questões essenciais em causa e com as diferentes soluções apresentadas quanto às atribuições e competências, composição dos órgãos e regime de financiamento.

Para lá de uma interessante iniciativa em matéria de revisão constitucional (ver caixa), refiram-se por último relativamente ao Orçamento do Estado a série de visitas que os deputados comunistas já programaram aos seus respectivos círculos eleitorais tendo especialmente em vista o contacto com as autarquias, as unidades de saúde e de ensino (especialmente o Ensino Superior), sindicatos e organizações populares, com o objectivo de formular propostas que contribuam para a «projectação no Orçamento do Estado das aspirações mais sentidas local e regionalmente».



Álvaro Cunhal falando aos jornalistas após encontro com delegação do PS para analisar processo de revisão constitucional

Acordo PS-PSD pode enfraquecer o regime democrático — alertou Álvaro Cunhal

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, manifestou segunda-feira em Lisboa a sua apreensão quanto a um possível grave enfraquecimento do regime democrático, sobretudo em alguns dos seus princípios fundamentais da organização política, em resultado de um possível acordo que venha a ser alcançado nas negociações sobre revisão constitucional entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata.

Álvaro Cunhal falava aos jornalistas à saída de um encontro destinado a apreciar o processo de revisão constitucional em curso, realizado na Assembleia da República entre delegações do PCP e do PS, por iniciativa deste último partido, encontro este que de acordo com as palavras do dirigente comunista decorreu de «forma franca e aberta».

Explicitando melhor o sentido das apreensões resultantes da conversa que a delegação do PCP manteve du-

rante cerca de hora e meia com os dirigentes do PS, Álvaro Cunhal afirmou que elas incidem sobretudo em «matéria económica», receando os comunistas que a revisão da Constituição por acordo do PS com o PSD possa conduzir a uma modificação do nosso regime no que respeita à organização económica.

Neste domínio, Álvaro Cunhal chamou particularmente a atenção para as privatizações, sublinhando a propósito que estas «podem levar à restauração de grupos monopolistas dominantes na nossa economia, com a consequente transferência da sua condução para o capital privado e para as multinacionais».

Depois de salientar que esta apreensão é igualmente extensível a outras áreas como seja o caso da Reforma Agrária, o dirigente comunista deteve-se nas questões respeitantes à organização do Poder político salientando a este propósito ser preocupação do PCP que

possa haver formas de alteração, seja das leis eleitorais seja nas áreas organizativas, que conduzam a uma «menor possibilidade de intervenção do nosso povo para escolher os seus representantes e determinar a composição dos órgãos de soberania».

Instituto a pronunciar-se sobre uma eventual modificação do sistema eleitoral e do número de deputados, Álvaro Cunhal afirmou que o actual número de deputados «está bem» e que uma diminuição pode eventualmente «atingir o princípio da proporcionalidade», princípio que, segundo disse, é muito apreciado pelo PCP e que é «fundamental no sistema político português».

Para além de Álvaro Cunhal, integravam a delegação do PCP os camaradas Carlos Brito, Luís Sá e Octávio Teixeira. A delegação do PS era constituída, por sua vez, por Vítor Constâncio, Almeida Santos, Jorgeampaio e António Vitorino.

Telefone de esclarecimento

Não sendo propriamente inédito (duas experiências, também da autoria do Grupo Parlamentar comunista, foram iniciadas este ano no distrito de Setúbal e na Juventude Comunista) a criação de um atendimento telefónico permanente, desta feita sobre revisão da Constituição, constitui um das mais interessantes iniciativas lançadas pelos deputados comunistas em vésperas de início da segunda sessão legislativa da V Legislatura.

Anunciada na conferência de imprensa realizada faz hoje oito dias, esta iniciativa visa contribuir para incentivar o interesse dos cidadãos para as questões constitucionais, prestando assim os parlamentares comunistas uma valiosa ajuda ao esclarecimento público de tão importante matéria.

Esta iniciativa é aliás tanto mais oportuna quanto se avolumam os receios de que sejam consumadas as negociações secretas entre, o PSD e o PS sobre uma questão que do ponto de vista dos comunistas tem obrigatoriamente de ser discutida com a maior transparência.

Para este mesmo aspecto chamaria de resto a atenção o dirigente comunista Carlos Brito ao alertar para os «sérios perigos» de tais negociações, ocasião que aproveitou para lançar um apelo à participação popular no processo de revisão da Constituição, o qual, asseverou, diz não apenas respeito às direcções dos partidos políticos e aos deputados, mas a todos os portugueses.

O número que serve este atendimento telefónico permanente, já em funcionamento, é o 60 61 35, rede de Lisboa.

Trabalhadores

Reclamações sobre o Chiado

Compareceram mais de 500 trabalhadores no plenário convocado pelo CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, para debater as reclamações dos trabalhadores afectados pelo incêndio do Chiado. Sexta-feira passada, no auditório do CESL, foi afirmado que muitos desses trabalhadores não chegam a receber o salário mínimo nacional. Por outro lado, não sabem como será o seu futuro nos tempos mais próximos. É público que a solução encontrada pelas autoridades para aqueles trabalhadores foi o do subsídio atribuído pela Segurança Social.

O coordenador da direcção do CESL, Joaquim Labaredas, afirmou que os subsídios são pagos com base nos salários de Julho — mês anterior ao incêndio — havendo casos, e não poucos, em que os cerca de 70 por cento daqueles valores da SS incidem sobre o seu valor normal, mas incluindo os descontos por faltas.

Um salário de caixa, por exemplo, que era de 26 500 escudos mensais, pode ter ficado reduzido em Julho a 24 900 escudos devido a um dia de falta. Pois é sobre este último valor e não sobre os 26 contos e 500 que incide a percentagem de 71,2 por cento paga pelos serviços da SS.

Os mais de 500 trabalhadores afectados pelo incêndio, que aprovaram um documento emitido pela CDU (vedadores da CML) fizeram saber através de um comuni-

cado que defendem a «continuidade dos contratos de arrendamento» das casas comerciais e dos contratos a prazo. Ao mesmo tempo apoiam nesse documento a concessão de «incentivos às empresas» que empreguem trabalhadores da zona sinistrada.

Mas uma das questões principais a que o plenário do CESL deu atenção é a garantia de salários e de posto de trabalho, depois de 31 de Dezembro deste ano. Nessa data, recorde-se, terminará o subsídio da SS, sem que os trabalhadores tenham tempo e oportunidade (muitos deles) para arranjar novo emprego.

Moção da AML

A Assembleia Municipal de Lisboa, segundo texto divulgado pela CDU, dirige-se numa moção aos «comer-

ciantes, trabalhadores e proprietários da zona sinistrada», destacando a «necessidade de realizar um inquérito rigoroso quanto às causas do incêndio».

Tornado público sexta-feira passada, é o seguinte o texto da moção aprovada pela AML:

«Considerando que as graves consequências do incêndio tiveram lugar numa zona particularmente sensível e de grande dignidade em termos patrimoniais e arquitecturais da cidade de Lisboa têm necessariamente de implicar uma profunda reflexão sobre a cidade e, em particular, sobre a baixa pombalina e a restante zona histórica, obrigando também a fazer um juízo crítico sobre os caminhos trilhados pela gestão municipal que tem prevalecido em Lisboa, a AML reunida delibera sobre:

«1. A necessidade de realizar um inquérito rigoroso, quanto às causas do incêndio, e que sejam tomadas públicas as suas conclusões;

«2. A necessidade de reformular o DL (Decreto-Lei) 239/86 de 18.8, no que respeita à competência em matéria de medidas de segurança contra incêndio que o mesmo DL atribui ao Governo e que deverão ser atribuídas às Câmaras Municipais;

«3. O estabelecimento de

	N.º ESTABELECIMENTOS	VALOR DAS REMUNERAÇÕES MENSIS PAGAS	TRABALHADORES JÁ RECOLOCADOS	TRABALHADORES NO ESTABELECIMENTO EM 25/8/88
Rua do Carmo	39	20 871 432\$00	74	493
R. N. do Almada	30	15 260 147\$00	10	354
Rua Garrett	4	4 533 724\$00	74	121
C. Sacramento	5	31 400\$00	—	32
Rua do Crucifixo	14	1 792 890\$00	—	39
C. Nova de S. Francisco	2	—	—	—
Rua Aurea	1	10 640 956\$00	—	289
Rua da Assunção	5	1 437 633\$00	—	47
TOTAIS GERAIS	100	54 568 182\$00	158	1375

um elenco mínimo de medidas de prevenção contra incêndios e contra a sua propagação na cidade de Lisboa, nomeadamente nos bairros populares e zonas históricas;

«4. Que o plano deve preservar as características e a traça das edificações da zona;

«5. A necessidade de definir uma metodologia de intervenção transparente;

«6. Recomendar ao Governo e à Assembleia da República a adopção de medidas legislativas especiais de emergência, necessárias para garantir a completa aplicação de medidas que acautelem os interesses de trabalhadores e comerciantes;

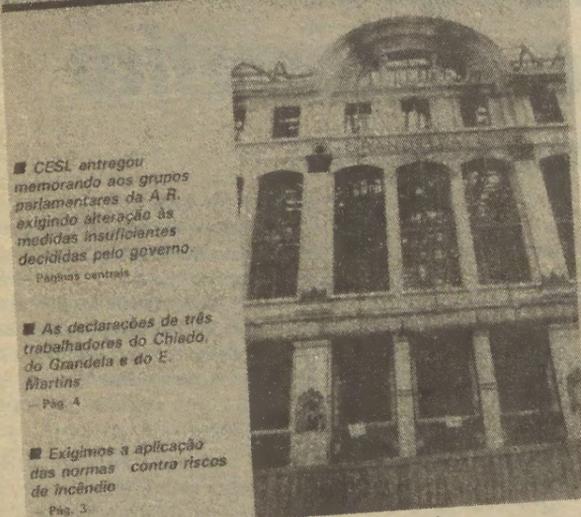
«7. Como a complexida-

de, grandeza e diversidade dos problemas que se colocam à recuperação do Chiado aconselham o envolvimento e a coordenação pelo colectivo da CML, são prejudiciais atitudes individuais de decisão que, além do mais, contrariam as mais elementares regras de funcionamento democrático;

«8. Saudar as corporações e todos os bombeiros».

Sumário sindical

INCÊNDIO DE 25 AGOSTO NO CHIADO... GARANTIR SALÁRIOS E POSTOS DE TRABALHO



■ CESL entregou memorando aos grupos parlamentares da A.R. exigindo alteração às medidas insuficientes decididas pelo governo.
Páginas centrais

■ As declarações de três trabalhadores do Chiado, do Grandela e do E. Martins
— Pág. 4

■ Exigimos a aplicação das normas contra riscos de incêndio
— Pág. 3

A imprensa sindical do comércio, neste caso o boletim do CESL continua a dedicar largo espaço ao problema do Chiado

FESHOT — A Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, que anunciou para anteontem, dia 5, uma «corrida de bandeja nacional» para a Figueira da Foz, com a «participação de dezenas de trabalhadores, do Minho ao Algarve e ainda da Região Autónoma da Madeira», adiantava-se segunda-feira passada que essa prova desportiva dos «nonos torneios desportivos e culturais dos trabalhadores da hotelaria e turismo», se inclui, até meados de Dezembro próximo, nas seguintes provas: finais de atletismo (15 de Outubro em Portimão); finais de ténis de mesa (12 de Novembro em Lisboa); finais de futebol de salão (Lisboa, ou Região Autónoma da Madeira, 8, 9 e 10 de Dezembro); finais de damas (16 de Dezembro no Porto). Integrados, como acontece com as provas desportivas, nas comemorações do 11.º aniversário da fundação da FESHOT, efectua-se também este ano Jogos florais de poesia, canto, artesanato (trabalhos do pessoal do sector) e fotografia.

FNSFP — A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública recebeu a seu convite uma delegação da Confederação dos Sindicatos da Função Pública da Grécia (Adeby). A delegação grega formada por Giannis Liaskos, C. Chistopolos e M. Mathiudakis, que esteve em Portugal até à passada segunda-feira, 30, visitou (além dos contactos com a sua congénere portuguesa) «vários serviços da Administração Pública em Lisboa e Évora». A Adeby é «a única organização que, no seu país, representa os trabalhadores da Função Pública», refere o departamento de informação da FNSFP, em nota do passado dia 26.

CGTP-IN — A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional enviou um seu representante a S. Tomé e Príncipe. Carlos Carvalho, do Conselho Nacional da CGTP, deslocou-se àquela ex-colónia portuguesa «no quadro das relações fraternais existentes entre a CGTP-IN e a ONTSTP — Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe» adianta o gabinete de imprensa da Inter. Carlos Carvalho, além de orientar um seminário de formação sindical, participará na Conferência Nacional Preparatória do Congresso Nacional Constitutivo da ONTSTP. A informação da CGTP acrescenta que Carlos Carvalho regressará a Lisboa depois de amanhã.

USS — A União dos Sindicatos de Setúbal, ao acusar recentemente (28.9) o Governo de «único responsável pela atraso na implementação do PROSET (plano integrado para a região) reclama um comunicado em sete pontos, assinado pela Comissão Executiva do seu Conselho Distrital, a entrada em funções do Gabinete de operação integrada de desenvolvimento da península de Setúbal, que o Conselho de Ministros decidiu criar em 19 de Fevereiro findo. A direcção da USS lembra que o PROSET foi criado em 30 de Junho de 1986 e que o «curto lapso de tempo» anunciado pelo Governo já vai em dois anos, «sem que existam resultados concretos e palpáveis».

SPGL — O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, num comunicado subscrito por Emília Tavares, da direcção, afirma que «é urgente fazer justiça» quanto à formação de professores, pois, conforme destaca num texto extenso, «a abertura de vagas verificada este ano permitiu a colocação de 13 312 professores efectivos», mas destes «apenas entraram para a formação 23 por cento». Esta taxa é para o SPGL «manifestamente insuficiente» perante «as necessidades do sistema, capacidades das instituições de ensino superior e expectativas dos professores, criadas no momento da abertura do concurso regulamentado pelo Decreto-Lei 18/88».

Atrasos na Indep

A comissão de trabalhadores da Indep, fábrica de armamento e munições do sector empresarial do Estado, que recentemente foi motivo de atenção televisiva e do secretário de Estado adjunto do ministro da Defesa, acusa aquele membro do Governo de ter escamoteado a verdade «ao transmitir à opinião pública a ideia de que os trabalhadores tinham os seus problemas resolvidos». A verdade, segundo nota da CT da Indep do passado dia 30, é que os salários de Setembro não foram pagos a tempo naquela empresa que estaria, segundo a TV e o Ministério da Defesa em fase de reestruturação.

Para os trabalhadores da Indep, reunidos em plenário, depois daquela emissão televisiva de 24 de Setembro, os problemas dos trabalhadores só se resolverão se «o Governo e a comissão executiva abandonarem a política de destruição» da empresa.

Para a CT da Indep, o atraso no pagamento dos salários do mês passado é uma medida repressiva. Na verdade, muitos casos de salários em atraso que se têm verificado não são outra coisa se não uma antecâmara dos despedimentos, reformas antecipadas e outros métodos de destruir postos de tra-

balho, ou de substituir pessoal efectivo por outro contratado a prazo.

Medidas repressivas desse tipo conduzirão inevitavelmente à «instabilidade social». A expressão é utilizada pelos trabalhadores da Indep que, segundo a CT, não procuram o conflito.

Mas a mesma CT, segundo nota transmitida pela Federação sindical dos metalúrgicos (FSMMMP) sexta-feira passada, o atraso nos salários de Setembro provoca «no mínimo perplexidade».

Assim, a CT da Indep que diz firmemente não aos salários em atraso, reivindica a viabilização da empresa e o pagamento dos salários a tempo e horas, pois sem isso os trabalhadores não terão os seus problemas resolvidos, como tentou fazer crer à opinião pública o secretário de Estado ao ir à Televisão em 24 do mês passado.

Ao resumirem as suas reivindicações imediatas, os trabalhadores da Indep, que por mais de uma vez estiveram em luta este ano, recorrendo à greve, reclamam do Governo e da comissão executiva que nomeou para a empresa o pagamento dos salários em atraso e a «tomada de medidas de reestruturação que permitam a manutenção dos postos de trabalho».

Trabalhadores



CIDS

Recusa da UGT

A UGT recusou-se a participar no primeiro encontro do CIDS (Centro Internacional para os Direitos Sindicais) a efectuar em Lisboa. A delegação portuguesa desta organização, que aprovou um relatório sobre a violação dos direitos sindicais no Irão, referindo-se à UGT, tornou público o seguinte esclarecimento:

«1. A representação do CIDS em Portugal lamenta o facto de a UGT ter decidido não participar no Colóquio Internacional comemorativo do 40.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção 87 da OIT, a levar a efeito nos próximos dias 8 e 9 de Outubro em Lisboa;

«2. Não é verdadeira a afirmação de que esta iniciativa seja patrocinada por sindicatos de Leste, conforme o comunicado daquela central;

«3. Com efeito, confirmaram até ao momento a sua presença organizações sindicais mundiais tais como a CMT (Confederação Mundial do Trabalho e Federação Sindical Mundial), organizações sindicais nacionais filiadas na CISL e CES e organizações independentes, tais como CGIL da Itália, USM do Mónaco, GWU de Malta, ICTU da Irlanda, STUL da Escócia, CSDL de S. Marino, além de muitas organizações não sindicais como a OIT, OLP, ANC, AI, Fretilin e Federação dos Advogados Árabes, além de inúmeras personalidades ligadas ao mundo da investigação social.

«4. O CIDS entende não sustentar polémicas com nenhuma organização sindical, no entanto não pode deixar de afirmar que a recusa da UGT em participar neste colóquio significa que o preconceito é mais importante que a discussão dos direitos e liberdades sindicais.»

Não aos 2 impostos

Além dos insuportáveis aumentos do imposto complementar a pagar neste ano de 88 pelos trabalhadores, a CGTP esclarece em nota do passado dia 4 que, embora o Primeiro-Ministro tenha afirmado que «em 1989 não haverá dupla tributação», o que Cavaco Silva «não disse, e é indesejável», é que em 1989 os trabalhadores vão pagar, com os rendimentos auferidos nesse ano, pelo menos dois impostos: o complementar relativo aos rendimentos de 1988 e o IRS relativo aos rendimentos de 89».

Sob o título «Portugueses vão pagar mais de impostos em 1988», a nota da Central sindical destaca que «hoje milhares de trabalhadores são surpreendidos com os montantes a pagar este ano (88) de imposto complementar» que incide sobre os rendimentos do trabalho de 1987.

Como a CGTP tinha previsto e alertado, as medidas de natureza fiscal do Governo Cavaco Silva, na altura da aprovação da Lei do Orçamento do Estado para este

ano de 88 «iriam determinar um significativo agravamento da carga fiscal que incide sobre os trabalhadores».

Centenas de milhares — reafirma a CGTP — com aumentos salariais superiores aos 6 por cento, mesmo que sejam inferiores à taxa de inflação prevista (mais de 9 por cento) estão a receber os avisos para pagar o imposto complementar liquidável em 1988 «com valores muito superiores aos que tiveram de pagar em 1987».

Não é só, por conseguinte, a dupla tributação que aflige centenas de milhares de trabalhadores. É também o complementar deste ano relativo aos rendimentos de 1987.

A situação é designada pela CGTP como «escandalosa e intolerável».

Recorde-se que, na prática, o complementar funciona como um segundo imposto profissional.

Assim, «mais justa e premente se torna», conclui a CGTP, a «abolição pura e simples do imposto complementar».

Professores

Reunião no Ministério

A FENPROF — Federação Nacional dos Professores — organização não filiada em qualquer estrutura confederada em Portugal — anunciou para a passada terça-feira uma reunião com «dirigentes do Ministério da Educação». Esta iniciativa de diálogo, pelo qual os professores não se têm cansado de lutar, é a primeira depois de 18 de Julho e — destaca a Federa-

ção — ocorre num momento em que «os professores tornaram pública a convocação de uma greve nacional para o próximo dia 28». A reunião no ME foi marcada para analisar o estatuto da carreira docente do ensino não superior.

Numa nota assinada por Vasco Graça, membro do Secretariado Nacional da

Fenprof, «os objectivos pelos quais os docentes de todo o ensino não superior se batem referem-se à necessária revalorização material da profissão e à garantia de um estatuto de carreira que seja efectivamente negociado com celeridade e dignificação da função docente».

Aquela categoria do professorado exige a «definição

de uma grelha salarial autónoma das letras da Função Pública».

O valor correspondente ao topo da carreira deve ser «igual — acrescenta Vasco Graça — ao de um professor auxiliar do ensino universitário sem agregação e com uma diuturnidade especial (actualmente 148 720 escudos)».

Inspeção económica

40 contos para inspectores?

De acordo com a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), os trabalhadores da Direcção-Geral da Inspeção Económica «auferem vencimentos na ordem dos 40 mil escudos mensais». Recorde-se que são esses trabalhadores que inspecionam os géneros alimentícios e outros produtos de consumo corrente para toda a população.

Numa nota distribuída à

comunicação social segunda-feira passada, a Comissão Executiva da FNSFP, depois de referir que a «carreira inspectiva continua a dar que falar», comunica, o seu propósito de reunir com o secretário de Estado do Comércio Interno e a Direcção-Geral da Inspeção Económica.

Essas reuniões, pois se trata de iniciativas separadas, «poderão tornar possível a abertura do diálogo»

que, segundo a Federação dos TFP, é desejado «há vários anos pelos trabalhadores da carreira inspectiva».

Trata-se para esta última carreira de «lutar pela discussão do seu projecto de regime de trabalho», pois o pessoal da Inspeção, além dos baixos salários — inqualificavelmente baixos, como se pode comentar, dado o tipo de serviço público que exercem — efectua muitas

vezes as inspecções e outras actividades «com reduzidos meios, o que limita a sua acção e os atinge na sua dignidade profissional», acrescenta a Federação sindical dos TFP.

O projecto de regime de trabalho — na prática uma convenção colectiva — foi aprovado em reunião nacional efectuada pela FNSFP em Coimbra em 2 de Julho do ano corrente.

Greve na Ponte

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPASA) convocou novo período de greves portagens da ponte 25 de Abril para 6 e 7 do corrente. O objectivo desta forma de luta continua a ser a actualização do abono para falhas.

Segundo o STFPASA, que se dirigiu à comunicação social através de Carlos Drummond Borges, da direcção, as paralisações são de duas horas por cada turno de seis horas de trabalho: das zero

às duas, das 10 às 12, das 16 às 18 e das 18 às 20 horas, nos dias 6 e 7.

A principal reclamação dos portageiros é a de que o abono de falhas, actualmente de 400 escudos mensais, passe para 5980 escudos, uniformizando-se assim esse tipo de abono relativamente ao auferido pelos «tesoureiros da Função Pública», refere o comunicado do STFPASA, entre outras considerações que justificam o recurso à greve.

PORTO

Plenário das CTs

«O avanço da ofensiva capitalista, o agravamento da situação económica, actualização desastrosa da CEE e, o momento da desigualdade e a injustiça sociais foram pontos que o Plenário Distrital de Comissões de Trabalhadores reunido em 30 de Setembro, constatou se situa a acção do governo PSD.

Na resolução do Plenário

lê-se que «o Governo PSD e o seu grupo parlamentar, através da execução de um projecto de revisão antecipada da Constituição, fizeram aprovar um conjunto de pacotes legislativos sobre matérias vitais para a concretização da sua estratégia de recuperação capitalista, designadamente os relativos às privatizações e à Reforma Agrária».

O documento refere-se, depois, à aplicação da «lei do latifúndio» que «conduziria ao desaparecimento da área expropriada e nacionalizada, à liquidação da Reforma Agrária e à reconstituição do latifúndio». Aborda também a lei da rádio e afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda (que visa «limitar, senão proibir, a liberdade de expressão e informação»); o «pacote laboral» (que «continua a defrontar-se com maiores dificuldades para vingar»). Na resolução do Plenário outros aspectos são sublinhados com o FMI e o Banco Mundial («voltam ao país para elaborar relatórios que põem a nu o fracasso da política económica seguida»); o agravamento do défice da Balança Comercial; a Reforma Fiscal («as propostas que o Governo nos apresentou confirmam o agravamento da injustiça fiscal») para concluir: «Estamos pois, perante uma grande ofensiva contra Abril e a Constituição. Os trabalhadores não vão ficar parados a ver a destruição passar».

No final foi aprovada uma moção sobre o processo de revisão da Constituição da República e uma saudação à CGTP-IN pelo seu 18.º aniversário.



Trabalho precário Encontro no Porto

Vai decorrer no próximo dia 13 de Outubro, com início às 9.30 e durante todo o dia no salão do Sindicato dos Ferroviários do Norte, na Rua Padre António Vieira, o Encontro Distrital Contra o Trabalho Precário, Por Emprego Certo e Seguro.

O Encontro enquadra-se nos trabalhos preparatórios para o Encontro Nacional a realizar pela CGTP-IN e tem como objectivos a caracterização da situação, a sua denúncia, as formas de organização adequadas, as reivindicações e o desenvolvimento da luta nesta frente.

Serão abordados, entre outros aspectos, os contratos a prazo, o aluguer de mão-de-obra, o trabalho domiciliário, o trabalho a tempo parcial, a subcontratação (ou subempregada), os colectados (recibo verde), o trabalho infantil, os salários em atraso e todos os aspectos de carácter reivindicativo que se prendem com trabalhadores nestas situações.

O Encontro destina-se a dirigentes, delegados e activistas sindicais, bem como a trabalhadores que estejam nas situações referidas e cuja experiência seja importante ser transmitida no Encontro.

Trabalhadores

Tão bom para privatizar!... Negócio do aço vale 112 milhões de contos

Em 1987 o negócio do aço em Portugal movimentou 112 milhões de contos: 47 milhões de vendas da Siderurgia Nacional EP e 65 milhões de produtos importados. Evidentemente, quantias destas fazem crescer água na boca aos grupos capitalistas e o Governo do PSD encarrega-se briosamente de lhes abrir caminho.

É certo que, para dar os lucros aos grupos privados, prejudica o país. Mas isso que importa? Afinal, Cavaco e o seu Governo estão lá é para servir o capital, não é verdade?

E os trabalhadores estão cá para combater tal política — como reafirmaram ao «Avante!» membros das ORTs da empresa com quem falámos na semana passada em Paio Pires.

Duas ideias sobressairam no que José Osório, Marques de Oliveira, Anibal Fortunato e Francisco Pacheco disseram à nossa reportagem: **A SN é uma empresa viável e não há ali trabalhadores a mais.**

O Governo e o conselho de gerência, contudo, manifestam opinião diferente e têm em marcha um plano de reestruturação que prevê o encerramento, até 1990, do trem de blocos, do trem de perfis pesados, do forno eléctrico e da nave de vazamento em grupo, e a liquidação de 2 mil postos de trabalho. «Limpa» assim a SN, estaria tudo pronto para a sua entrega ao capital privado.

A CEE foi um mau negócio

A ofensiva contra a Siderurgia Nacional EP vem desde 1981-82 e teve sempre a firme oposição dos trabalhadores e das suas organizações.

O Governo de Pinto Balsemão congelou em 1981 a componente nacional dos créditos para o Plano de Expansão da Siderurgia (PEPLS); com isto, com a má política comercial da gerência e com a forma como o Governo determinava os preços dos produtos da Siderurgia no mercado nacional, a SN passou por muito difíceis momentos e esteve «quase a ir ao fundo» em 1983, o que só não sucedeu por ter conseguido ganhar posição no mercado externo.

Com a adesão de Portugal e Espanha à CEE abrem-se

as fronteiras ao aço. Mas... este foi um negócio que mais uma vez veio pôr em sério risco a Siderurgia Nacional.

Por um lado, o Governo português aceitou um tecto de exportações que não acautelava em nada os interesses nacionais: 80 mil toneladas para os países da CEE e 40 mil para os EUA, quando em 1985 as exportações de aço de Portugal tinham atingido os 300 mil toneladas.

Mas, com a abertura total das nossas fronteiras ao aço (sobretudo espanhol) a partir de Março de 1986 as importações subiram em flecha: no primeiro semestre de 1986 Portugal importou mais aço que durante todo o ano de 1985.

«Em todas as nossas acções denunciámos esta situação» — sublinharam os representantes dos trabalhadores da SN ao «Avante!». E, se é verdade que a guerra pela Siderurgia ainda não está ganha — a reestruturação para que o Governo está a avançar não é a que mais interessa à empresa, aos trabalhadores e ao País —, não é menos verdade que já foram ganhas algumas batalhas.

Bons resultados: vitória dos trabalhadores

Os 112 milhões de contos que começámos por referir resultaram da venda de 853 mil toneladas de produtos da Siderurgia Nacional (46,9 milhões de contos) e de 883 mil toneladas de produtos importados (65 milhões de contos).

Aqui se vê logo uma especificidade da indústria siderúrgica portuguesa, que faz dela caso único na Europa dos doze: enquanto na Comunidade Económica Europeia há 30 milhões de toneladas de aço excedentário, o nosso país produz menos de metade do aço que consome. Este facto não foi, contudo, devidamente acautelado nas negociações dos acordos de adesão.

A luta dos trabalhadores e a firme denúncia dos perigos que ameaçavam a SN obrigaram o Governo português a pedir à CEE a aplicação da cláusula de salvaguarda, limitando as importações de aço dos países da Comunidade (sobretudo de Espanha, como já referimos) a partir de Outubro de 1986 e durante todo o ano de 1987; conseguiram ainda a substituição do director comercial e uma substancial alteração da política da SN para esta área, melhorando a ligação aos clientes. Tudo isto permitiu a retoma pela Siderurgia Nacional EP do mercado interno de produtos siderúrgicos.

É assim que em 1987 a SN obteve os seus melhores resultados de sempre, tanto em produção, como em vendas. Os dados disponíveis em relação a 1988 permitem já às estruturas representativas dos trabalhadores afirmar que os deste ano ainda serão melhores.

Para os membros da comissão de trabalhadores e da comissão intersindical com quem falámos «os resultados de 87/88 são uma das grandes bandeiras dos trabalhadores da Siderurgia» e provam aquilo que sempre têm defendido: «dê-mos-nos ao trabalho, que a Siderurgia Nacional EP tem pernas para andar!»

Reestruturação e diálogo

Mas não apontam para aí as intenções manifestadas pelo Governo PSD/Cavaco e pelo conselho de gerência da SN. No seu projecto de reestruturação da empresa mostram-se mais preocupados

em fazer os trabalhadores aceitar mimos como os 2 mil despedimentos ou a polivalência e outras formas de intensificação da exploração, do que em ouvir a sua opinião sobre o que se passa

das as expectativas dos membros da COTRA, «o secretário de Estado tentou ganhar a comissão de trabalhadores para aceitar os 2 mil despedimentos e não se referiu a mais nada do que



O «Avante!» na Siderurgia Nacional com José Osório, Anibal Fortunato, Francisco Pacheco e Marques de Oliveira. nos últimos 5 anos a Siderurgia teve resultados económicos positivos de mais de 14 milhões de contos. Como não seria com outra política e com uma melhor gestão?

na Siderurgia.

Manifestando o seu protesto à reportagem do «Avante!» pela constante recusa do diálogo com os trabalhadores, os membros das ORTs da Siderurgia recordaram que «temos todo o direito de participar na discussão e definição do futuro da empresa», tanto mais quando se discute um projecto de reestruturação que tem uma importância decisiva.

ORTs, sindicato e federação dos Metalúrgicos têm feito vários pedidos de reunião com o ministro da Indústria. O último foi em Março, reforçado em Julho. Finalmente, embora por telefone e apenas com 2 ou 3 dias de antecedência, a comissão de trabalhadores da CN (COTRA) foi convocada para uma reunião no passado dia 20 de Setembro com o secretário de Estado da Indústria.

Este estava acompanhado pelo presidente do conselho de gerência da Siderurgia — o Dr. Almeida Serra que, embora membro do PS, é considerado pelos representantes dos trabalhadores «um exímio cumpridor do que manda Cavaco».

E, contrariando todos

consideramos importante». Idêntica foi a posição do presidente do CG. A COTRA reafirmou a sua posição de firme recusa dos despedimentos.

«Ora isto não é a nossa participação na vida da empresa» — comentaram ao «Avante!». E informaram-nos que tinham na véspera enviado uma carta ao Primeiro-Ministro expondo-lhe a situação e «sugerindo-lhe que nos receba no dia 6» (ontem)

Mas que querem os trabalhadores da Siderurgia, no fim de contas? Será algo assim tão mau? Num documento distribuído aos jornalistas na quinta-feira passada a COTRA e a comissão intersindical da SN afirmam defender «a concretização de um verdadeiro projecto de modernização e ampliação da Siderurgia Nacional EP, gerador de emprego e reductor da nossa dependência externa». E não é esta a opção do Governo.

Interesses privados

Na opinião dos nossos entrevistados, «há interesses privados» que determinam a



A produção nacional de carril e de perfis pesados acabaria por completo se se concretizassem os encerramentos previstos pelo Governo e pelo conselho de gerência na Siderurgia Nacional EP. A tão necessária renovação da via férrea teria então que ser feita na total dependência do estrangeiro



A modernização à moda do Governo é um pretexto para aumentar a precarização do trabalho e intensificar a exploração dos trabalhadores da Siderurgia Nacional EP. Há 45 milhões de contos de equipamento encaxotado desde 1981, mas Mira Amaral e Almeida Serra preocupam-se é com a maneira de liquidar depressa 2 mil postos de trabalho

política do PSD, de Cavaco Silva e Mira Amaral para a Siderurgia — política essa que é aplicada num quadro nacional marcado pela ofensiva contra o SEE e os direitos dos trabalhadores, pela restauração do poder dos grandes grupos económicos, pelo menosprezo para com os interesses nacionais.

Falámos atrás de algumas batalhas que os trabalhadores conseguiram ganhar e que dificultam o avanço da ofensiva contra a SN. Mas o

certo é que ela prossegue. Não está ainda claro qual o objectivo final, mas os membros de ORTs que nos receberam inclinam-se para a possibilidade — muito forte — de «capital privado nacional» estar interessado numa siderurgia privada, com menos pessoal e menos encargos, mais precarização de emprego e mais exploração do trabalho, equipamento mais moderno...

A actuação do Governo e do CG da SN parece apontar

nessa sentida, pesem embora as muitas contradições do processo. Por exemplo:

— para o Governo há que provar que a Siderurgia Nacional como empresa pública não é rentável; mas a sua destruição pura e simples teria custos sociais, económicos e, sobretudo, políticos muito elevados;

— a SN, única empresa do sector siderúrgico, está impedida pelo acordo de adesão à CEE de aumentar a sua capacidade de produção; mas entretanto o Governo abre o sector à iniciativa privada;

— faz-se pairar na empresa o espectro dos 2 mil despedimentos, para forçar a rescisão de contratos de trabalho; mas recorre-se a trabalho extraordinário, tanto dos trabalhadores da empresa («Temos quem faça 16 horas por dia», disseram-nos), como de empreiteiros de mão-de-obra;

— fala-se em gastar 50 milhões de contos com o equipamento previsto na «reestruturação»; mas estão desde 1981 encaxotados um alto forno com uma capacidade de produção de um milhão de toneladas/ano, um trem de vazamento contínuo, uma aciaria e um trem de fio

equipamento que dava para uma nova siderurgia integrada e que está avaliado em 45 milhões de contos (preços de 1986);

— concedem-se finalmente as verbas necessárias para o saneamento financeiro da SN; mas tal não se insere numa perspectiva de desenvolvimento da empresa de acordo com os interesses do país, senão num quadro em que os trabalhadores e suas organizações são levados a crer que o Governo está antes a limpar a SN para a entregar à gula do capital privado;

— apregoam-se as vantagens da adesão à CEE; mas na prática (ao pedir a aplicação da cláusula de salvaguarda e ao negociar com Espanha para 1988 os valores de exportação) reconhece-se que, pelo menos para a siderurgia, isso implicou sérios prejuízos.

Também não se compreende por que é que Portugal é o único país onde a siderurgia não recebe subsídios para os preços dos seus produtos, ao contrário do que acontece em toda a Europa.

Há alternativas

Tal política não é uma fa-

Terra

No sábado, em Évora Alentejo é motivo de reflexão

Realiza-se no próximo sábado, dia 8, em Évora, por iniciativa de um grupo de cidadãos, uma jornada de reflexão sobre a temática geral «Agricultura no Alentejo; que soluções para o desenvolvimento?».

Trata-se de uma iniciativa cuja preocupação fundamental se traduz, segundo refere um comunicado chegado à nossa redacção, por uma discussão e reflexão acerca de questões e aspectos ligados à agricultura, sector fundamental para o desenvolvimento do Alentejo.

Esta jornada, a decorrer no Palácio D. Manuel a partir das 10 horas, assume um carácter de momento especial significado uma vez que se realiza no momento em que a política agrícola para o sector, os condicionamentos resultantes da integração comunitária e bem assim a legislação recentemente aprovada com destaque para a lei sobre a Reforma Agrária, aparecem a determinar a sua evolução futura.

Distribuídos por três painéis, os temas em discussão e respectivos conferencistas são os seguintes:

Painel 1 — «Para a história da evolução das estruturas fundiárias, as novas unidades de produção, o associativismo e a transformação da economia do latifúndio».

O prof. António Borges Coelho (historiador); o eng. Carlos Silva, (eng. agrónomo — investigador); o prof. Rebelo de Andrade (departamento de sociologia — secção de extensão rural da Universidade de Évora).

Painel 2 — «O quadro constitucional sobre a posse e uso da terra, a Lei de Bases da Reforma Agrária, a integração comunitária e os seus impactos na agricultura alentejana».

O prof. dr. Orlando de Carvalho (prof. catedrático de direitos reais da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra); o eng. Oliveira Batista (departamento de Economia Agrária do Instituto Superior de Agronomia); o eng. Rogério de Brito (deputado).

Painel 3 — «Que desenvolvimento agrícola para o Alentejo?»

O eng. Blasco Hugo Fernandes (eng. agrónomo assessor); o prof. dr. Ribeiro Teles (departamento de Planeamento de Biofísica da Universidade de Évora); o eng. João Espada (eng. agrónomo); Lino de Carvalho (deputado).

Agricultores do Porto a braços com prejuízos

Quebras na produção de vinho verde na ordem dos 80 por cento e perda de mais de dois terços das produções de cereais, batata, cebola e azeite, tudo no valor de milhões de contos, eis a quanto se elevam os prejuízos sofridos pelos agricultores da região do Porto em consequência do mau tempo que assolou aquela zona nos meses de Maio, Junho e Julho do corrente ano.

A informação partiu da Associação dos Agricultores do Porto e vem contida num comunicado dirigido aos órgãos de comunicação social no qual se reclama das entidades oficiais a atribuição de indemnizações compensadoras a cada agricultor de acordo com os prejuízos declarados.

Sem estas indemnizações e a implementação de medidas urgentes, alerta a APA, milhares de agricultores correm o risco de «enfrentar um ano de fome». Como efeito, recorde-se, segundo o recenseamento efectuado por aquela organização no decorrer de reuniões efectuadas nos concelhos do distrito, particularmente nas zonas do Vale do Sousa, Baixo Tâmega e Ribadouro, em que participaram cerca de 5500 agricultores, o número de declarações de prejuízos individuais, na sua maioria autenticados pelas juntas de freguesia, totalizam já cerca de 8 mil.

Depois de manifestar a sua disponibilidade para em conjunto com as estruturas do MAP proceder à concretização das necessárias medidas de apoio aos agricultores, a APA afirma no comunicado que continuará a lutar «por todas as formas ao seu alcance» por justas indemnizações aos agricultores, o único caminho em sua opinião que poderá evitar «maiores quebras de produção» assim como a «ruína de milhares de agricultores».

DORP toma posição

Sobre este mesmo assunto se pronunciou a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, solidarizando-se com os agricultores e exprimindo em comunicado o seu apoio às «justas reclamações dos agricultores face à situação de calamidade que os atingiu».

Tomando posição sobre esta situação, a DORP salienta a necessidade de serem urgentemente adoptadas pelo Executivo a «concessão de um subsídio a fundo perdido em função dos prejuízos concretos registados por cada agricultor do distrito do Porto, a moratória sem juros do pagamento dos débitos contraídos para o ano agrícola e a abertura e dotação de uma linha de crédito bonificado para o próximo ano».

O comunicado da DORP do PCP lembra ainda o projecto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar comunista em Julho passado no qual se propunha, entre outras medidas, que fosse concedido aos agricultores um subsídio a fundo perdido em função dos prejuízos concretos e diferido por dois anos sem juros o pagamento dos débitos contraídos pelos agricultores.



Setenave — manifestação de trabalhadores em Setúbal

Setenave

A Setenave e os seus trabalhadores vivem um momento extremamente difícil: escasseia o trabalho no sector de novas construções, há uma autêntica asfixia financeira, os salários não são revistos há 3 anos, mais de 2 mil pessoas estão ameaçadas de despedimento.

O Governo, mostrando sem pudor que antes prefere privatizar a todo o custo que equacionar e resolver os problemas da empresa numa perspectiva nacional, avança para a entrega da exploração à Lisnave (reparação) e à MPC alemã (construção).

A situação na Setenave e na Siderurgia Nacional, além de fortes prejuízos para a economia nacional, atinge ainda de forma dramática cerca de 20 mil pessoas (trabalhadores e seus familiares). A Federação Sindical da Metalurgia (FSMMP/CGTP-IN), tendo isto em conta, convocou para quinta-feira da semana passada uma conferência de imprensa em que participaram sindicais-

tas e representantes dos trabalhadores daquelas duas empresas.

Em breve esperamos poder vir a falar da Setenave tão desenvolvimentalmente como hoje o fazemos em relação à Siderurgia, tanto mais que as estruturas dos trabalhadores do estaleiro de Setúbal estão a utilizar um estudo em que demonstram que a sua empresa não pode empregar menos de 4 mil trabalhadores efectivos.

RTP

A Federação dos Metalúrgicos, entretanto, decidiu manifestar «o seu mais firme protesto» à direcção da RTP por esta, apesar de avisada em devido tempo da aquela conferência de imprensa, não ter feito a sua cobertura jornalística.

«Acrecece ainda — dis a FSMMP — que, recentemente, a RTP transmitiu imagens do ministro Mira Amaral, o qual fez considerações acerca das referidas empresas e da situação social dos trabalhadores, não tendo sido ouvidos, posteriormente, os representantes dos trabalhadores».

Nacional

Domingo é dia de eleições nas Regiões Autónomas

Termina hoje (sexta-feira) a campanha eleitoral para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira. Domingo próximo os cidadãos eleitores destes arquipélagos vão de novo às urnas.

Ilhas diferentes, alguns problemas locais diferentes realidades diferentes também, a verdade é que podemos encontrar neste momento político das Regiões Autónomas alguns traços comuns. Seja-nos permitido escolher um nesta breve coluna: a presença da CDU, a Coligação unitária que contra «ventos e marés» tem desenvolvido ao longo destas semanas um trabalho valioso, baseado não em princípios de eleitoralismo fácil, mas numa prática responsável de estímulo à acção e à vida democrática nas ilhas.

Congregando democratas de vários leques de opinião — PCP, Intervenção Democrática (ID), Verdes, independentes — a CDU é hoje uma realidade e de peso na esfera política dos Açores e da Madeira. Realidade que, independentemente dos resultados do próximo domingo, sai reforçada a todos os níveis pelo exemplo de trabalho e de intervenção que, estamos certos, dará os seus frutos mais visíveis no futuro.

Esclarecer as populações, «aproveitar» a campanha para de novo trazer a lume as grandes questões e problemas dos arquipélagos, ajudar a ultrapassar as hesitações dos democratas, reforçar as suas posições, retirar influência ao PSD, levantar caminhos alternativos para uma situação marcada pela incompetência e o autoritarismo — são algumas das múltiplas motivações que acompanham as candidaturas da CDU que, no concreto, têm já exemplos confirmados de dedicação aos arquipélagos e aos seus habitantes. O trabalho dos deputados comunistas nas Assembleias Regionais dos Açores e Madeira respectivamente **José Decq Mota e Mário Aguiar**, é disso prova destacada e cada vez mais reconhecida. Como se pode ler num dos jornais de campanha da Coligação nos Açores, «a CDU é indispensável para que os problemas sejam levantados, para que os abusos e as chantagens sejam contidos, para que o descontentamento se transforme em acção, para que haja discussão e vigilância na Assembleia Regional, indispensável, enfim, para que seja possível que se construa verdadeiramente uma alternativa regional». Palavras com largo significado no momento presente, mas com incontestável afirmação de futuro. Como se lê no programa eleitoral da CDU/Madeira, a Coligação é um projecto de unidade que se vai manter para além das eleições de 9 de Outubro, lutando para que cada vez mais se alargue e desenvolva a unidade de todos os democratas e das forças democráticas, empenhadas na defesa da autonomia, das liberdades, da democracia e de uma vida mais justa para os madeirenses. ■ **JPO**

Açores

CDU em acção nas 9 ilhas

Como sucedeu na Madeira, a campanha eleitoral nos Açores foi assinalada por uma boa intervenção da CDU. Sessões, comícios (destaque para os que ocorreram em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo esta semana), bancas, distribuição de documentos, mini-espectáculos, animação vídeo, contactos com agricultores e com a juventude (foi um êxito a Festa Jovem realizada no Campo de S. Francisco, em S. Miguel) marcaram a campanha da CDU, envolvendo activistas, candidatos e dirigentes do Partido e das outras forças integradas na Coligação.

As manobras de bipolarização em torno do PSD, como partido dominante e do PS como única força opositora com relevo, foram perdendo pontos nos últimos dias, assistindo-se, por outro lado, ao crescimento da campanha da CDU nas 9 ilhas.

Sem triunfalismos, a CDU está confiante.

Madeira

Intensa actividade marcou também na Madeira a cam-

panha eleitoral da CDU, notando-se boa receptividade nos inúmeros porta-a-porta realizados pelos activistas, candidatos e dirigentes locais.

Nesta página publicamos um resumo das principais posições divulgadas aos jornalistas pela CDU numa recente conferência de Imprensa realizada no Funchal.

A propósito de autonomia

Porque é questão central na vida das Regiões, a **autonomia** — conquista de Abril — tem merecido dos comunistas inequívocas tomadas de posição, esclarecendo e divulgando os aspectos fundamentais duma realidade com fortes repercussões nas ilhas. No passado dia 26 de Setembro, a Comissão Política do PCP afirmava a dado passo numa nota que aqui publicamos integralmente no nosso último número:

«A Autonomia Regional é uma característica político-administrativa essencial dos dois Arquipélagos. Essa importante conquista de Abril é, no entanto, falsamente res-

peitada e defendida pelos actuais Governos Regionais, que conduzem não só uma política antidemocrática como governamentalizadora, centralizadora e, não poucas vezes, de cariz separatista.

«O que está consagrado na Constituição é exactamente o contrário de tal política. A Autonomia Regional tem como principais objectivos a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais e o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

«A participação directa de eleitos comunistas nas Assembleias Regionais permitiu que nessas Assembleias, que são constitucionalmente os principais órgãos de governo próprio, passasse a ouvir-se uma voz consequente e firme em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, da democracia, do desenvolvimento económico regional (incluindo os problemas que se levantam com a integração na CEE), do progresso social, da autonomia democrática e da unidade nacional.»



Açores — a CDU está confiante...



Madeira — ... e dá uma resposta firme às ilegalidades do poder

Madeira

Um projecto virado para o desenvolvimento da Região

O Programa Eleitoral da CDU, mais do que um conjunto de projectos e de propostas, é acima de tudo um compromisso de trabalho que a Coligação assume para com as populações da Madeira e Porto Santo.

Esse compromisso radica fundamentalmente num projecto político que contempla medidas que consideramos indispensáveis para o efectivo desenvolvimento económico da Região, para a democratização e reforço do sistema autónómico e essencialmente para melhorar as condições de vida das populações.

A CDU compromete-se a apresentar na Assembleia Regional todas as propostas contidas neste programa e que consideramos indispensáveis que sejam discutidas, debatidas e aprovadas tendo em vista:

- Dignificar a Assembleia Regional garantindo o seu pleno funcionamento como órgão legislativo da Região e ao mesmo tempo fiscalizador dos actos e acções do Governo;

- Desenvolver esforços para que seja aprovado em definitivo o Estatuto Político Administrativo Regional;

- Incentivar o desenvolvimento económico da Região, propondo e discutindo as medidas necessárias para o incremento coordenado do sector agro-pecuário, das pescas, da indústria, do turismo, da energia, transportes, portos e rede viária;

- Procurar a solução mais rápida e eficiente de modo a resolver os muitos e graves problemas com que se debatem os trabalhadores desta região, nomeadamente o desemprego, o trabalho precário, a mão-de-obra infantil e os baixos salários;

- Propor e exigir que a Assembleia Regional se empenhe na resolução de carências primárias que afectam largas camadas da nossa população, como sejam a insuficiência de habitações, a falta injustificada de água, as condições de acesso à saúde e segurança social, as insuficiências do sistema educativo, quer para professores quer para estudantes, a ausência de uma política de juventude e as condições de pobreza em que vive a grande maioria dos pensionistas, reformados e idosos da nossa região.

O Programa Eleitoral da CDU contempla também medidas que consideramos

essenciais para a Região e pelas quais nos iremos bater na Assembleia da República, no sentido de que os órgãos de soberania assumam de facto as suas responsabilidades constitucionais de modo a:

- Garantir os meios financeiros necessários ao progresso e desenvolvimento da Região, bem como a correcção das desigualdades derivadas da insularidade;

- Consignar na Constituição, a partir da revisão em curso, o reforço e alargamento dos poderes legislativos da Assembleia Regional e a sua intervenção directa na nomeação do Ministro da República;

- Propor para as bordadeiras de casa o estatuto de trabalhadores por conta de

outrém e exigir o consequente direito à contratação colectiva.

O Programa da CDU foi elaborado também tendo em vista os novos desafios que se colocam à Região e que são derivados da integração no Mercado Comum Europeu. Nesse sentido consagramos também iniciativas que visam a defesa intransigente da Madeira e das suas populações, garantindo:

- O empenhamento dos deputados comunistas no Parlamento Europeu na elaboração do relatório, que está à sua responsabilidade, acerca da situação e carências da Região, instrumento que é fundamental e necessário para a execução do Plano Integrado de Desenvolvimento;

- A preparação e adopção de medidas que visem o alargamento dos prazos de aplicação da legislação comunitária à Região, assim como a alteração das normas de integração que lesem directamente os interesses desta Região.

O Programa que colocamos à consideração dos trabalhadores e da população da Madeira é, de facto, uma proposta alternativa à prática política dos governos do PSD, já que corporiza um projecto não só viável como necessário para melhorar as condições de vida e de trabalho da grande maioria da população, e não apenas de uma pequena minoria que detém o poder económico e condiciona o poder político.

Ordens do sr. Presidente...

Na sequência de actos anteriores já divulgados pela CDU/Madeira o presidente da Câmara Municipal do Funchal, violando abertamente a lei eleitoral e interpretando-a ao serviço dos interesses do PSD, mandou arrancar dezenas de cartazes, faixas e pendões colocados pela CDU-Madeira na abertura da campanha eleitoral.

Num passeio público situado junto ao

Município, um dos trabalhadores que procedia à destruição da propaganda informou ter ordens do presidente da Câmara para retirar toda a propaganda excepto a do PSD.

Este facto, devidamente testemunhado, foi imediatamente alvo de queixa-crime apresentada contra o presidente do município ao delegado do Ministério Público no Tribunal do Funchal.

Juventude

JCP tem a palavra

Os jovens comunistas expõem com clareza as suas ideias, os seus objectivos, as suas propostas. Igualmente com clareza e frontalidade apontam planos, comentam situações, avançam linhas de orientação futura.

Nos dois primeiros dias deste quente mês de Outubro, reuniu em Lisboa a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, para análise da situação dos jovens do nosso país e para tomar decisões sobre o trabalho da JCP no plano nacional, «para além de ter decidido alguns ajustamentos na sua composição».

Na última terça-feira à tarde os jornalistas ficaram a par das principais conclusões da DN da JCP, em conferência de imprensa realizada na Sousa Martins, com a participação de **António Filipe** e **José Morais**, do Secretariado da DN.

O «Avante!» dedica esta página (com todo o gosto) a essas conclusões essenciais.

III Congresso da JCP

A Direcção Nacional da JCP decidiu convocar a realização do III Congresso para o fim-de-semana de 15 e 16 de Abril.

A DN decidiu ainda, apelar a todos os jovens comunistas para um grande empenhamento na preparação do seu Congresso e mandar os organismos executivos para que tomem desde já as medidas necessárias para o desenvolvimento do trabalho preparatório.

Encontro Nacional da JCP

Com o objectivo de contribuir para o aprofundamento de algumas questões ligadas à situação da juventude, no âmbito da preparação do XII Congresso do PCP e como uma primeira iniciativa de preparação do seu próprio Congresso (Abril de 1989) a Juventude Comunista Portuguesa vai realizar um Encontro Nacional a decorrer em Lisboa na Voz do Operário, no dia 23 do corrente mês de Outubro.

Ainda no âmbito dos trabalhos preparatórios do XII Congresso do PCP, a JCP vai reunir a sua Direcção Nacional nos dias 5 e 6 de Novembro com o objectivo de debater o projecto de Programa, Estatutos e Teses que têm sido apresentados para debate em todas as organizações do Partido.

Questões actuais do ensino

A Direcção Nacional debateu as condições de início do presente ano lectivo e os grandes problemas que neste momento se colocam aos estudantes, tendo aprovado uma resolução sobre questões actuais do ensino, de onde se destaca:

- A caracterização da abertura do ano lectivo pela manutenção e mesmo agravamento dos problemas mais agudos. A realidade de inúmeras escolas do ensino secundário (superlotações, degradação de instalações, falta de professores) é profundamente contraditória com a propaganda governamental.

- A preocupação face ao anúncio de reduções orçamentais para as Universidades que impedem o normal funcionamento de muitas delas gerando situações de autêntica ruptura.

- A denúncia da irresponsabilidade do Governo ao aprovar, de forma inconstitucional o novo regime de acesso ao ensino superior, ainda mais selectivo, sem consulta às Associações de Estudantes e gerando a confusão nas escolas.

A DN da JCP reafirmou a posição de que tal diploma não deve ser aplicado, devendo qualquer regime de acesso ao ensino superior ser debatido com os estudantes — como a Lei exige — antes da sua aprovação definitiva.

Apoio social estudantil

A Direcção Nacional debateu o problema do apoio social aos estudantes do Ensi-

no Superior tendo aprovado uma resolução sobre esta matéria, definindo os pressupostos que em seu entender devem presidir a uma justa política de apoio social e cuja consagração se propõe em projecto de lei a apresentar pelos deputados jovens no Grupo Parlamentar do PCP.

A DN tomou conhecimento de um projecto de decreto-lei sobre linhas de crédito a estudantes. Considera que a abertura de linhas de crédito não substitui a necessidade de melhorar radicalmente os actuais mecanismos de apoio social, que o próprio governo reconhece hoje serem claramente insuficientes. O projecto de decreto-lei agora conhecido clarifica os objectivos do Governo de progressivamente substituir o actual sistema de apoio social por empréstimos bancários que alienariam a responsabilidade do Estado no apoio aos estudantes e acarretaria para estes encargos insuportáveis após a conclusão dos seus estudos.

Emprego juvenil

No plano do emprego a Direcção Nacional da JCP denuncia um aumento do emprego precário e clandestino provocando a instabilidade dos jovens e a incógnita quanto ao seu futuro profissional.

A DN considera ainda como preocupante e grave o aumento do desemprego de 2,5% registado no 2.º trimestre de 1988 em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outrolado é notório o não cumprimento dos direitos dos jovens trabalhadores por parte das entidades patronais. A DN da JCP aponta a pequena percentagem dos jovens abrangidos pelo subsídio de desemprego, desconhecendo-se ainda a amplitude da aplicação do «subsídio de inserção na vida activa» para os jovens que procuram o 1.º emprego.

Serviço Militar Obrigatório

A Direcção Nacional da JCP reafirmou a sua posição de defesa do SMO e da recusa da sua profissionalização, considerando que a par de uma redução efectiva e a curto prazo para os 12 meses previstos na lei, deve ser assegurada a dignificação do Serviço Militar com a melhoria substancial das condições da sua prestação (pré, transportes, etc) tal como foi conclusão do 2.º Encontro Nacional de Juventude. Neste sentido, foi recentemente apresentada na AR pelos deputados da juventude do Grupo Parlamentar do PCP um projecto-lei que constitui um contributo assinalável para a dignificação do SMO. Denunciamos por último o carácter demagógico utilizado pelo Governo ao anunciar como uma grande novidade a regulamentação da lei do Serviço Militar, lei esta que já anteriormente fora aprovada na AR e é agora regulamentada com atraso considerável.

Face ao atrás referido a JCP chama particularmente à atenção para o facto do Governo só pretender aplicar, no que respeita à duração do SMO, o período mais longo que a lei permite (15 meses) e não garantir a sua rápida redução para os 12 meses (tempo mínimo previsto na mesma lei).

Encontro de jovens pelos Descobrimientos

A DN da JCP analisou a sua recente participação no Encontro de Jovens pelos Descobrimientos. Considerou correcto o seu empenho no conjunto da iniciativa e valorizou a realização enquanto expressão da capacidade realizadora do Movimento Juvenil, considerando porém que deviam, em futuras iniciativas, ser corrigidas algumas deficiências. A DN considera que foi excessivo o peso governamental no processo preparatório e destaque público e insuficiente a cobertura desta realização por parte da generalidade da Comunicação Social.

O 2.º Encontro Nacional de Juventude, a mais importante iniciativa integrada no Encontro de Jovens pelos Descobrimientos, reflectiu a vontade de participação expressa por uma parte significativa do Movimento Juvenil português.

A DN da JCP, salientando a importância do debate nos seminários e a riqueza das conclusões do 2.º Encontro que visam responder a problemas e aspirações sentidas por centenas de milhares de jovens, destaca a necessidade do 3.º Encontro de Juventude vir a representar ainda mais largamente as diversas componentes do Movimento Juvenil, rumo a uma iniciativa autónoma dos jovens portugueses.



CNJ e CCJ

A Direcção Nacional da JCP analisou a sua participação no Conselho Nacional de Juventude e no Conselho Consultivo da Juventude.

Sobre o CNJ, a DN reafirmou a disponibilidade e a disposição da JCP de contribuir para o fortalecimento e um maior dinamismo da sua acção, ligando cada vez mais aos interesses da juventude e em diálogo com as diferentes expressões do Movimento Juvenil.

A DN considerou ainda que, apesar de algumas melhorias na sua actividade o CNJ mantém dificuldades de resposta e insuficiências. A DN rejeita porém soluções de reformulação do CNJ que reduzem numa divisão artificial entre organizações partidárias e não partidárias e reafirma a necessidade de um CNJ, plataforma de diálogo, democrático e aberto.

Relativamente ao CCJ, a DN manifesta a sua discordância pela forma como este órgão tem sido desvalorizado pelo próprio Governo e considera que o CCJ como órgão e as organizações nele representadas, deverão ver os seus pontos de vista reflectidos nas matérias tratadas pelo Governo.

Ação parlamentar

A DN da JCP apreciou o trabalho desenvolvido pelos deputados da juventude no Grupo Parlamentar do PCP, bem como um conjunto de iniciativas a desencadear no reinício dos trabalhos da AR.

No que se refere em particular, ao Orçamento de Estado para 1989, a DN entende dever nortear a sua intervenção no sentido de garantir a transferência de mais verbas para as estruturas juvenis, para a Educação (designadamente para a acção social escolar, construção e recuperação de escolas, equipamento escolar, instalações desportivas e universidades), para apoio financeiro a jovens desempregados e para melhoria das condições de prestação do Serviço Militar Obrigatório.

Paz, Solidariedade e XIII Festival

A Direcção Nacional da JCP manifesta o seu empenhamento na dinamização de iniciativas pela Paz em Portugal contra o envolvimento do nosso país em quaisquer planos belicistas e contribuindo para o alargamento do Movimento da Paz em geral. Solidária com jovens que em qualquer parte do Mundo lutam pela Paz, pela Liberdade e Democracia, a JCP exprime a sua solidariedade activa e fraterna para com:

- Os jovens que em Timor-Leste resistem ao genocídio perpetrado pela Indonésia e lutam nas mais difíceis condições contra a ocupação e pela sua autodeterminação.
- Os jovens palestinos, vítimas quotidianas da barbárie sionista, que protagonizam o levantamento popular contra a ocupação israelita.

- Os jovens chilenos que após 15 anos de ditadura fascista dão passos decisivos para o derrubamento do regime de Pinochet.

- Os jovens sul-coreanos em luta constante contra a ditadura que os oprime.

- Os jovens da Nicarágua, em defesa da sua revolução, contra a ingerência norte-americana.

A DN da Juventude Comunista Portuguesa saúda particularmente os progressos notáveis das negociações sobre a Paz em Angola e a independência da Namíbia, assim como a luta dos jovens na África do Sul pelo desmantelamento do *apartheid*.

A realização no Verão de 1989 do XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes na República Popular Democrática da Coreia coloca aos jovens portugueses a tarefa da sua preparação, baseada nos valores da Solidariedade, da Paz e da Amizade de todo o Mundo. A DN da JCP apela aos jovens e em especial às organizações juvenis democráticas portuguesas para que participem na formação dum Comité Nacional Preparatório em Portugal.

IX Aniversário da Juventude Comunista Portuguesa

A Direcção Nacional da JCP decidiu promover a realização de um conjunto de iniciativas de âmbito distrital com vista a assinalar o IX Aniversário.

Neste sentido apela a todos os seus militantes e simpatizantes para que façam do aniversário uma festa, dando o melhor do seu esforço no sentido do fortalecimento da JCP no momento da realização do seu III Congresso.

Contactos com organizações juvenis

A DN da JCP, face à actual situação da vida política nacional, propõe-se desenvolver um conjunto de contactos com um vasto leque de organizações juvenis da área democrática com o objectivo de debater, designadamente, a revisão da Constituição, a política e situação da juventude e a participação portuguesa no XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.



Começaram as demolições na lagoa de Santo André

A demolição das construções clandestinas na Lagoa de Santo André, em Santiago do Cacém, começou na segunda-feira sem que se assistisse à habitual concentração de forças policiais nem ao desespero de todos quantos ao longo dos anos fizeram sua uma zona que é de todos.

Trata-se de um processo que só tem paralelo com as outras demolições ao longo da costa portuguesa devido a um factor: a existência das construções clandestinas e a necessidade de com elas acabar.

Tudo o resto é diferente. A Câmara Municipal de Santiago do Cacém não se preocupou apenas na preservação da área. Preocupou-se também com os proprietários dos clandestinos.

«Isto mostra que a Câmara pode estar a defender a população.» Estas palavras são de um pescador, proprietário de uma das construções clandestinas existentes na Lagoa de Santo André e foram ditas ao jornalista a propósito do começo das demolições. Poderão no mínimo parecer estranhas depois de processos como os da Arrábida, Lagoa de Albufeira e Fonte da Telha.

São no entanto palavras que se explicam pela diferença nos processos utilizados. Nos outros casos imperou o camartelo. Aqui, foi o diálogo. Daí não ser o ambiente de consternação.

Daí que não possamos falar de demolição. A palavra correcta é autodemolição.

Em termos puramente factuais, a notícia é de que na segunda-feira 23 casas clandestinas na Lagoa de Santo André começaram a ser demolidas pelos seus próprios proprietários. Está claro de se ver que existe um longo trabalho por detrás da notícia.

Ciente da necessidade de se preservar o ambiente, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém avançou com o processo, mas encontrou uma solução diferente.

Resolveu transferir os clandestinos para uma zona situada cerca de quinhentos metros para o interior da duna onde se empilham as pouco mais de cem construções clandestinas.

Contrapartidas

Para que essa transferência pudesse ser uma realidade, foi criado um loteamento municipal destinado aos proprietários dos clandestinos e a todos quantos aí vivendo queiram construir a sua primeira habitação.

Trocando por miúdos. Os proprietários de segundas habitações, têm até Abril do próximo ano para demolir as construções que edificaram à margem da lei.

Se o fizerem dentro desse prazo — e se estiverem interessados — poderão comprar lotes no terreno municipal, beneficiando de algumas contrapartidas, a primeira das quais é o seu baixo preço, qualquer coisa como 800 contos por cerca de 300 metros quadrados.

Preço que baixa até aos 500 contos consoante a rapidez na autodemolição. Além do mais, o lote poderá ser comprado em cinco prestações.

Estamos de acordo

Mas a grande contrapartida, é a existência de uma alternativa. Isto mesmo nos foi dito por um casal que há 26 anos aí passa as suas férias. Os Paiva afirmaram que «a Câmara Municipal sempre foi muito correcta connosco. Nas várias reuniões entre a autarquia e os moradores foram sempre dialogantes e houve cedências de parte a parte».

«Nós — disseram ainda — quando para cá viemos, já sabíamos que isto nos ia acontecer.» Assim sendo, e pela forma como todo o processo foi conduzido, afirma-

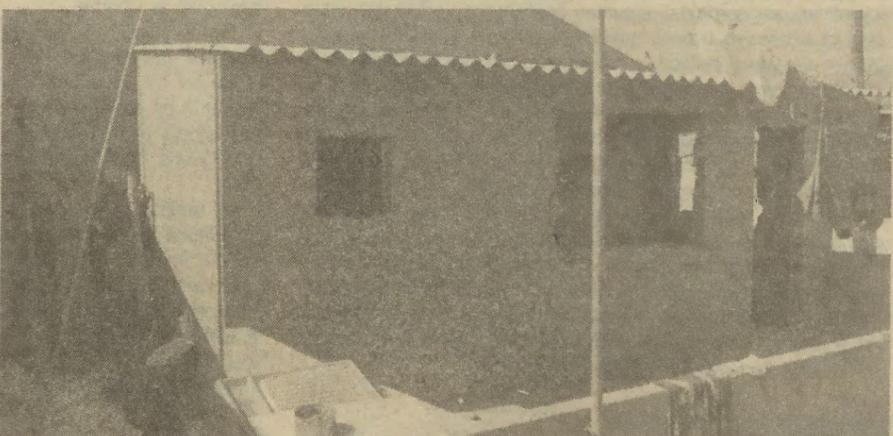
● Câmara encabeça processo único no País



130 construíram sem autorização. Vão agora demolir as casas, mas foi-lhes dada alternativa



Júlio Sabino: «a Câmara está a defender a população»



Uma das 23 casas que começaram a ser demolidas segunda-feira. A lagoa de Santo André vai ficar mais bonita

ram estar «completamente de acordo» com a actuação da autarquia.

Caso não muito diferente, mas mais sentido, é o de Júlio José Sabino. Este homem, pescador, foi quem sublinhou que «isto mostra que a Câmara pode estar a defender a população».

A dúvida ainda persiste, mesmo sabendo que um lote de terreno com as mesmas características dos descritos anteriormente custa apenas cinco mil escudos (5000\$00) aos que têm a sua primeira habitação na Lagoa de Santo André.

É que, desabafou Júlio Sabino, «construir uma casa é muito caro e a faina do mar só dá para viver».

Sérgio Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, diz que a edilidade «está atenta» ao problema. «Aqueles que saírem da primeira habitação, têm de ter outra preparada, e para que tal aconteça foi enviado ao secretário de Estado do Ambiente um projecto de contrato-programa de 70 mil contos para as infra-estruturas do loteamento.»

Júlio Sabino alerta ainda para uma outra situação,

quando sublinha que «a Câmara tem de estar atenta aos que se fazem passar por moradores de facto na lagoa».

Uma situação que nos foi confirmada pela edilidade, que tem conhecimento de pessoas que possuem duas ou três casas na primeira duna e que as registaram em nome de familiares que não as habitam.

Lagoa mais limpa

Com o processo agora iniciado, e que deverá estar concluído em 1993, a Câmara Municipal de Santiago do

Cacém pretende «a recuperação e reconversão urbana e paisagística da costa de Santo André e a sua valorização turística dentro de níveis compatíveis com o desenvolvimento de outras potencialidades da zona, nomeadamente a aquacultura na Lagoa de Santo André e a agricultura nas zonas envolventes».

Nesta primeira fase, o objectivo da Câmara Municipal é a libertação da primeira duna das cerca de 130 casas que aí se engarrafam. Uma etapa que estará concluída, como já dissemos, em 1993 — altura em que expira o prazo para a demolição das casas de primeira habitação.

No entanto, o plano é mais ambicioso. Pretende a autarquia o aproveitamento turístico da zona. Um aproveitamento que preserve a paisagem.

Para tal, propõe-se promover a despoluição da lagoa, devida, em grande parte, à suinicultura e aos deficientes esgotos domésticos.

Com este projecto, dentro de uns anos, a Lagoa de Santo André poderá voltar a ter o aspecto que levou tantos clandestinos a destruí-la.

Até cá

Uma pergunta que se coloca, é de se saber porque é que só agora a Câmara Municipal decidiu actuar. Porque é que não o fez enquanto a destruição da paisagem podia ser evitada.

Tudo aconteceu porque em 1971 a Câmara perdeu qualquer poder de intervenção. Foi nesse ano que foi criado o Gabinete da Área de Sines, com a consequente transferência de poderes.

No entanto, e já a partir de 1980, a Câmara Municipal começou a avisar os clan-

destinos de que a situação não se poderia prolongar indefinidamente e que mais tarde ou mais cedo as demolições teriam de começar.

Depois, o ano passado, o Decreto-Lei 155/87 devolveu à autarquia as competências em matéria de planeamento urbanístico.

Foi então que começou todo o processo que levou às primeiras autodemolições. A edilidade reuniu-se por várias vezes com os clandestinos, e do diálogo surgiu a solução encontrada.

Não sem que, na Primavera deste ano, a Secretaria de Estado do Ambiente anunciasse a sua intenção de começar as demolições. A autarquia conseguiu fazer parar o processo, solicitando em primeiro lugar que nada fosse feito até ao final da época balnear que agora terminou, para que os comerciantes que aí exercem a sua actividade não ficassem prejudicados.

Daí à solução encontrada foi um passo. Segunda-feira, 23 clandestinos começaram a demolir as suas casas. Construirão outras com projecto oferecido pela Câmara Municipal, a cerca de quinhentos metros da primeira duna e numa zona arborizada.

Quem ganha

Com este processo, todos ficam a ganhar. Ganham os clandestinos porque lhes foi dada uma alternativa e podem ver melhoradas as suas condições de habitação ou de veraneio. Ganha a autarquia, porque consegue ultrapassar um autêntico cancro existente no seu concelho.

Por último, ganha a lagoa, porque fica mais limpa e recupera o esplendor de antanho. Com isso, ganhamos todos.

PCP

Distrito do Porto

Só nos dois últimos anos mais de 5000 trabalhadores foram despedidos por encerramento de empresas

«Hoje são particularmente evidentes no distrito do Porto as diferenças entre as promessas de garantia de «bem-estar dos portugueses» tão insistentemente propaladas pelo Governo do PSD/Cavaco Silva e a realidade dos problemas concretos e das dificuldades com que se debatem os trabalhadores, os agricultores, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais, as populações e a região», salienta a DORP no comunicado que divulgou à Comunicação Social após a realização da reunião plenária em que foi abordada a situação política e social e a preparação do XII Congresso do PCP, no passado sábado, dia 1 de Outubro.

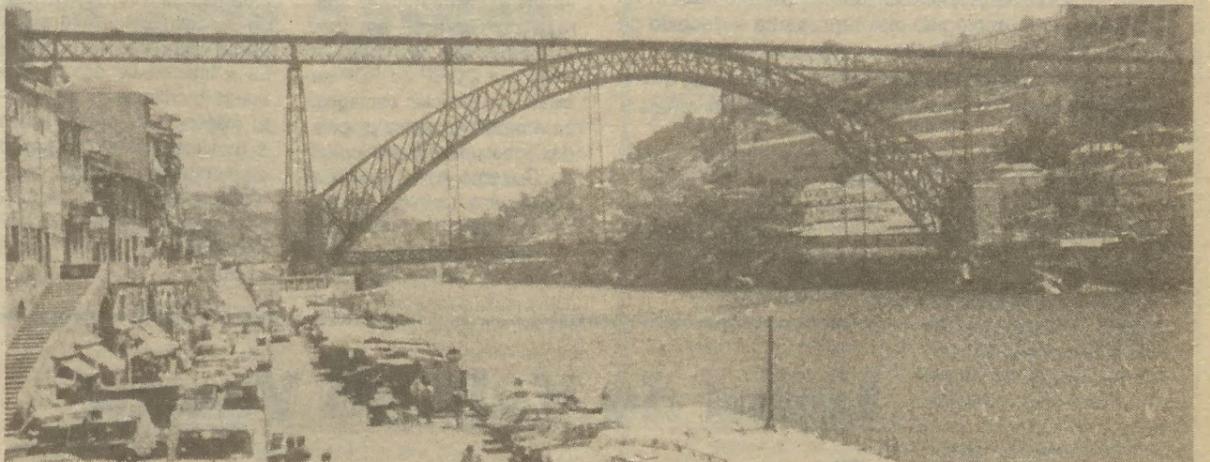
«Persiste no distrito do Porto um conjunto de graves situações que atingem os trabalhadores: mais de cinco mil foram despedidos por encerramento de empresas nos dois últimos anos, cerca de seis mil estão impedidos de laborar em virtude da paralisação total ou parcial de empresas e continua a haver dez mil trabalhadores com salários em atraso», afirma mais adiante.

«A actual ofensiva do Governo contra as empresas públicas e nacionalizadas, com o objectivo de entregar ao grande capital e às multinacionais da CEE os sectores básicos da nossa economia e restaurar o capitalismo monopolista, só no distrito do Porto — refere a DORP — está a traduzir-se numa situação de instabilidade e insegurança de emprego em 15 sectores de actividade, abrangendo cerca de 30 mil trabalhadores».

Na opinião da DORP, largos sectores da população do distrito e a própria região sentem-se atingidos nos seus in-

teresses, consequência da política do Governo. «A insuficiência de verbas orçamentadas face à dimensão dos problemas e das necessidades do ensino, com particular incidência em certas áreas e sectores do sistema educativo, como seja o caso da universidade; o aumento dos preços dos medicamentos e a gravíssima situação existente na área da Saúde; a ausência de quaisquer medidas para a resolução do gravíssimo problema da habitação; o atraso no calendário de execução de obras públicas fundamentais como a nova ponte ferroviária; a navegabilidade do Douro e as auto-estradas; a proliferação da corrupção e o aparecimento do Governo activamente envolvido nas negociadas de grandes grupos capitalistas, de que a tentativa de entregar o abastecimento de gás à região do Porto é o actual exemplo mais escandaloso» — são razões apontadas pela DORP no comunicado que vimos a citar.

«A base de apoio social e



A actual ofensiva do Governo contra as empresas públicas e nacionalizadas, tendo como objectivo a entrega ao grande capital e às multinacionais da CEE dos sectores básicos da nossa economia, está a traduzir-se, no distrito do Porto, numa situação de instabilidade e insegurança de emprego para cerca de 30 mil trabalhadores, informa a DORP do PCP

político do Governo do PSD e de Cavaco Silva tem vindo a reduzir-se consideravelmente», considera a DORP, «mas é necessário desenvolver e intensificar ainda mais a luta, nomeadamente a luta reivindicativa dos trabalhadores, dos agricultores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, das populações, em defesa dos seus interesses e contra a política do Governo».

Neste quadro, «a constituição da Região Administrativa do Porto assume uma importância e uma urgência cada vez maiores». «Só ela», refe-

re a DORP, «poderá travar a crescente ofensiva contra o Poder Local democrático e o avanço da política centralizadora do Governo e das estruturas em que se apoia, como a CCRN/Comissão Coordenadora da Região Norte que, desrespeitando a Constituição, procura assumir o papel de um ilegítimo «governo regional» centralmente comandado e a comandar a vida das autarquias do distrito». Neste contexto, a DORP considera que o debate agora em curso nas Assembleias Municipais sobre a Lei Quadro das

Regiões Administrativas poderá constituir uma contribuição positiva para a luta pela criação efectiva das Regiões Administrativas que o PSD e o PS tudo têm feito para protelar.

Em relação à próxima discussão na AR da proposta de Orçamento do Estado para 1989, a DORP deliberou, nomeadamente, «contribuir para a dinamização dum movimento de opinião pública, em particular das autarquias do distrito, reclamando que no mínimo as transferências do Orça-

mento do Estado para as autarquias não sejam inferiores à de 1987, actualizadas (107 milhões de contos)».

A DORP decidiu «intensificar a intervenção política em defesa da Constituição de Abril, contra a revisão subversiva que está a ser negociada entre o PSD e o PS no segredo dos gabinetes».

A DORP do PCP debateu ainda os problemas relativos à preparação do XII Congresso do PCP, tema que abordamos no «Em Foco» desta edição do «Avante!».

Camaradas Falecidos

Augusto Valdez Morre o homem não morre o exemplo

Faleceu Augusto Valdez, destacado militante comunista, figura de assinalável prestígio na luta antifascista. Membro do Partido Comunista Português desde 1931 (tinha então 17 anos), Augusto Valdez foi seu funcionário e dirigente na clandestinidade tendo desempenhado, entre outras tarefas, uma activa participação nas tipografias do «Avante!».

Preso por diversas vezes, algumas das quais exactamente em tipografias, passou mais de sete anos no «Campo da Morte Lenta», em Cabo Verde. Uma das suas evasões das masmorras fascistas ocorreu com Francisco Miguel, deixando para trás o segredo de Caxias, como refere uma nota divulgada pelo gabinete de Imprensa da DORL do PCP.

Numa das prisões chegou a estar seis meses incomunicável.

Nascido a 1 de Dezembro de 1914, casapiano e condiscípulo de Cândido de Oliveira, foi a convite deste chefe de Redacção do jornal desportivo «A Bola», tarefa que deixou para regressar à clandestinidade, com responsabilidades nas tipografias. Integrou o Secretariado do Partido com Álvaro Cunhal em 1946. Por razões de saúde, deixou o trabalho clandestino nos finais dos anos 40. De novo preso em 1959 é transferido da cadeia por pressão dos médicos. Nas vésperas do 25 de Abril era eminente a sua detenção pela polícia política do fascismo.

Manteve até à sua morte uma intervenção significativa. Pertenceu aos corpos gerentes da URAP. Foi também dirigente da Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal. Nos últimos tempos desenvolvia actividade na freguesia de S. João, em Lisboa.

Augusto Valdez era pai do jornalista da Lusa, Fernando Valdez, também militante do PCP e membro do organis-



Augusto Valdez

mo de direcção do Sector de Informação da Organização Regional de Lisboa.

Numa breve nota em que apelava à participação no funeral de Augusto Valdez — realizado no passado dia 2 —, o Conselho Directivo da URAP sublinha o seu exemplo e a sua vida «repleta de luta pela liberdade», paga, entre outros sacrifícios, com sete anos de prisão no Tarrafal.

«Profundamente culto e humano, trabalhador e jornalista, militante clandestino e militante até ao último momento da sua vida, Augusto Valdez deixa uma profunda saudade como exemplo de

combatividade», acrescenta a URAP.

Ilisária Libério

Antiga militante do Partido Comunista Português, faleceu recentemente a nossa camarada Ilisária Pais Libério, de 64 anos. Integrava a célula dos reformados da Damaia, na região de Lisboa.

Lusitano M. César

Com 69 anos faleceu em Santiago do Cacém (distrito de Setúbal), o militante comunista Lusitano Matos César, reformado. Foi o distribuidor do «Avante!» em S. Domingos, freguesia de Santiago.

Arminda da Luz

Organizada na freguesia de Alcabideche, faleceu no passado dia 27 de Setembro a militante do Partido Arminda Alexandra da Luz, de 73 anos.



Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.



A situação laboral no distrito do Porto é assunto em destaque na nota com as conclusões da DORP do PCP

PCP

Crime ecológico

DORP do PCP toma posição sobre o afundamento do cargueiro «Reijin»

«Acossado pelos protestos da opinião pública portuguesa e pela condenação generalizada de organismos internacionais, o Governo de Cavaco Silva após um longo período de silêncio veio agora, através de um comunicado da Secretaria de Estado do Ambiente, procurar ilibar-se das acusações que lhe são dirigidas e iludir as responsabilidades que lhe cabem no verdadeiro crime ecológico que representa a decisão de afundamento do navio *Reijin* e respectiva carga de mais de 5 mil automóveis, em águas nacionais e, em flagrante violação de normas e acordos internacionais.»

São palavras da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP, em nota de imprensa divulgada esta semana, e que acrescenta:

«A posição divulgada pela Secretaria de Estado do Ambiente não consegue apresentar um só argumento válido que justifique a decisão tomada pelo Governo português, nem desmentir as graves consequências ecológicas que dela decorrem.

«Nada é dito quanto às razões porque não foram consideradas outras soluções, designadamente a do transporte para terra e aproveitamento dos materiais, o que poderia ser feito sem qualquer dano ecológico.

Governo ao serviço da transnacional

«Ao contrário do efeito pretendido, a posição da Secretaria de Estado do Ambiente é a confirmação singular de que o Governo português optou deliberada e conscientemente contra a integridade e equilíbrio ecológico das nossas águas marítimas e contra a segurança da navegação próxima daquela

zona, colocando-se subversivamente ao serviço de interesses comerciais e financeiros da transnacional japonesa fabricante dos automóveis transportados a bordo

do navio *Reijin* e do seu armador.»

Justa exigência

Chamando a atenção para «a irresponsabilidade e ligeireza do Governo em todo este processo do cargueiro *Reijin*», a DORP do PCP sublinha «o carácter demagógico e mistificador das propaladas preocupações ecológicas do Governo e em particular de Macário Correia, secretário de Estado do Ambiente».

Conclui a Direcção Regional do Porto:

«A imediata suspensão por parte do Governo da operação de desmantelamento e afundamento do *Reijin* e respectiva carga, e a implementação de uma solução que, no quadro dos regulamentos internacionais e do respeito pelos interesses nacionais, preserve e defenda a integridade das nossas águas marítimas, é uma justa exigência de organizações e movimentos ecologistas e de sectores cada vez mais amplos da opinião pública portuguesa, à qual a DORP do PCP dá o seu claro apoio.»



Património: histórico, arquitectónico, cultural, natural — património de um povo, de um país, de uma região, património, palavra gasta, tantas vezes «utilizada» demagogicamente. O caso «*Reijin*», o porta-automóveis que encalhou ao largo da praia da Madalena, em Gaia, é mais um exemplo — bem dramático, este — de como «as melhores soluções possíveis» na óptica deste Governo não são, de facto, as melhores soluções para os problemas. Portugal foi condenado pelo plenário da Convenção de Oslo por ter feito imergir no oceano toneladas de cobre, chumbo, plástico, tintas, borracha e óleo. Tudo isto com o consentimento dum Secretário de Estado do Ambiente...

Linha do Vale do Vouga A ameaça persiste

Deitando por terra legítimos direitos e necessidades das populações, o Governo Cavaco em sintonia com a gerência da CP prossegue as ameaças a várias linhas ferroviárias do País. O alerta desta semana vem da Comissão Distrital de Aveiro do PCP e refere-se à linha do Vouga, um dos alvos do projecto de Lei de Bases dos Transportes Terrestres, recentemente entregue pelo Governo na Assembleia da República.

Com o pretexto que a linha do Vouga, entre outras, é **inviável**, e preconizando que a sua «exploração deverá ser entregue a outras entidades» (leia-se **operadores privados**), o mencionado projecto oficial esquece que a menor rentabilidade das referidas linhas foi rigorosamente planeada — lembra a Distrital do PCP — pelos governos e conselhos de gestão da CP ao longo dos tempos.

Os comunistas de Aveiro apontam algumas das manobras desse plano: «entre outras atitudes, suprimiram os despachos de mercadorias que eram importantes e rentável serviço, criaram e impuseram carreiras rodoviárias da CP e privadas para concorrerem com a própria linha, suprimiram pessoal, designadamente nas bilheteiras, chegando ao cúmulo de impedirem que nas estações da linha do Vale do Vouga se

possam adquirir bilhetes de ligação aos comboios rápidos da linha do Porto, caso dos **Alfas**».

Este «assalto» premeditado à linha do Vouga não é de hoje, recordam os comunistas: «Lembramos que já no tempo de Marcello Caetano, um tal secretário de Estado de nome Oliveira Martins desencadeou um mesmo processo que só não foi concretizado face à resistência das populações atingidas».

Hoje, como no passado, acrescenta a Distrital de Aveiro do PCP, um ministro de nome Oliveira Martins insiste em instruir o conselho de gerência da CP e em tomar iniciativas legislativas com os mesmos objectivos.

Condenando firmemente tal atitude, aquele organismo do PCP chama a atenção das populações e autarquias abrangidas para a necessidade de se organizarem na luta.

Está em causa a função social de um serviço público. A linha do vale do Vouga não deve ser destruída. Antes pelo contrário, deve ser melhorada e modernizada, servindo as populações e a economia de uma importante zona do País.

Excursão a Ceuta

Até 29 de Outubro funcionam no Centro Vitória, na Av. da Liberdade, as ins-

crições para a excursão a Ceuta, promovida pela organização local de Lisboa. A viagem terá lugar em 16, 17 e 18 De Dezembro, com partida às 18 horas do dia 16. Preço por pessoa: 5500 escudos (inclui transporte e passagem de barco Algeciras-Ceuta-Algeciras). Contactos e informações pelos telefones 53 21 61 / 2 / 3.

Delegação húngara em Santarém

A convite da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP, visitou o distrito de Santarém de 27 a 30 de Setembro uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro, do distrito de Békés.

A delegação dos comunistas húngaros deslocou-se a vários pontos do distrito: no dia 28 teve um encontro com a DORSA do PCP, visitou a Grufer, a Madeirarte e o Hospital em Torres Novas, tendo na mesma localidade um encontro com a União de Sindicatos; no dia 29 foi recebida na Câmara Municipal de Benavente, e visitou o concelho. No dia 30 teve um encontro com a Câmara Municipal de Almeirim, visitou a Adegua Cooperativa e a freguesia das Fazendas de Almeirim.

A delegação húngara era composta pelos camaradas Pál Guyulavári, presidente do conselho distrital; Sándor Kiss, membro do Comité Distrital do POSH, e Ferenc Seleszt, redactor-chefe adjunto do jornal Népujság.

A visita da delegação dos comunistas húngaros decorreu em ambiente amistoso e fraternal, contribuindo para um melhor conhecimento dos nossos dois povos e para o reforço dos laços de cooperação e amizade existentes entre o PCP e o POSH — sublinha a DORSA.

EP da Festa deu um automóvel



A satisfação do condutor diz (quase) tudo... Trata-se do feliz contemplado com o automóvel relativo ao sorteio da Entrada Permanente (EP) da Festa do «Avante!» deste ano. 65 460 foi mesmo a EP da sorte para o dr. Adriano Garcia, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul (Barreiro), que já circula ao volante do seu *Wartburg*, um robusto automóvel da RDA, em plena comercialização no nosso país. Uma das fotos regista o momento em que o director do nosso jornal, camarada Dias Lourenço, entregava as chaves da viatura ao dr. Adriano Garcia; no meio, o sr. Carlos Nobre, da empresa importadora.

Internacional



Nobel da Paz para «azuis» da ONU

A atribuição do Prémio Nobel da Paz de 1988 às forças de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas — os conhecidos «capacetes azuis» — constituiu uma das decisões mais pacíficas tomadas ao longo da história pelo Comité Nobel, como o aplauso generalizado com que foi acolhida em todo o mundo bem testemunha. O Comité, formado por cinquenta deputados indicados pelo parlamento da Noruega, justificou a sua escolha pelo facto de as forças de manutenção da paz da ONU desempenharem «um papel significativo na redução do nível de conflito, mesmo quando as causas fundamentais das lutas se mantêm, o que acontece frequentemente».

«Sob condições extremamente difíceis — sublinhou o Comité Nobel — têm contribuído para reduzir as tensões onde foi negociado um armistício, mas ainda não foi firmado um tratado de paz».

Foi com natural satisfação que o secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, acolheu a notícia, que antes do mais representa o reconhecimento internacional do crescente prestígio da ONU e das suas organizações, particularmente em foco nos últimos meses graças à série de êxitos alcançados nas suas iniciativas em defesa da paz.

Nas palavras do próprio Perez de Cuellar, tratou-se de

«uma das mais brilhantes decisões jamais tomadas pelo Comité Nobel».

«Este prémio, salientou, é um tributo para o idealismo de todos os que têm servido esta organização e, em particular, para a coragem e sacrifício dos que contribuíram e continuam a contribuir para as nossas operações de manutenção de paz».

Em termos práticos, o pré-

mio, no montante de 380 mil dólares, que Cuellar receberá em Oslo no dia 10 de Dezembro, representa uma ajuda para fazer face às enormes dificuldades económicas com que se debate a ONU, para além de — o que é mais importante — fazer com que essa questão seja trazida à ribalta.

Recorda-se que alguns dos principais contribuintes da ONU, como os EUA e a Grã-Bretanha entre outros países capitalistas, suspenderam nos últimos anos o pagamento das suas cotas como forma de pressão sobre as orientações seguidas pelas Nações Unidas, que consideram demasiado «terceiro-mundistas». As consequências de tais atitudes fazem-se naturalmente sentir a todos os níveis da ONU, incluindo as forças de observação e manutenção da paz — os «boinas azuis» e os «capacetes azuis» — cujas capacidades de intervenção foram bastante diminuídas.

Acresce que no futuro próximo, com a provável intervenção das referidas forças em processos em vias de resolução como é o caso da Namíbia, por exemplo, é imperioso que a ONU disponha dos meios financeiros necessários para implementar as missões que lhe são atribuídas.

De referir, a propósito, que os EUA anunciaram recentemente a sua decisão de pagar a dívida acumulada à ONU,

da ordem dos 500 milhões de dólares, bem como retomar o pagamento das cotizações. A concretizar-se, esta decisão permitirá à ONU ganhar novo fôlego, para além de consolidar a situação de desanuviamiento internacional em curso.

Constituídas em 1948, as forças de manutenção da paz da ONU envolvem 500 mil soldados de 58 países, tendo desempenhado um total de 15 missões em diversas partes do Globo, das quais sete ainda em curso.

Nos seus quarenta anos de existência, aquelas forças perderam 733 «boinas azuis» e «capacetes azuis», mortos em missão. De salientar que as operações da ONU se dividem em missões de observadores, que não andam armados, e forças de manutenção da paz, que embora possuindo armamento só podem disparar em casos de legítima defesa.

Actualmente são cerca de 10 mil os soldados em desempenho de missões de paz da ONU: na Palestina, para observar o respeito dos acordos de paz israelo-árabes, desde 1948; entre a Índia e o Paquistão, desde 1949; entre o Afeganistão e o Paquistão, para observar os acordos de Genebra, desde Abril de 1988; entre o Irão e o Iraque, para supervisionar o cessar-fogo, desde Agosto último; em Chipre, desde 1964; nos montes Golã, desde 1974 e no Sul do Líbano desde 1978.

Chilenos dizem Não a Pinochet

O povo do Chile alcançou anteontem uma estrondosa vitória ao afirmar maioritariamente nas urnas o seu Não à ditadura de Pinochet.

Na sua primeira ida às urnas, minimamente controlada e com garantias de respeitar a vontade do eleitorado em 15 anos de ditadura militar, quase sete milhões e meio de chilenos acorreram a expressar o seu voto, tranquilamente e sem se deixar intimidar com as ameaças mais ou menos veladas com que o regime tentou até ao último momento pressioná-los para garantir resultados em seu favor.

Na verdade, poucas vezes na história se registaram casos em que o promotor de um referendo o tenha perdido, até porque o recurso à fraude eleitoral é nestes casos uma prática comum, a par das enormes discrepâncias existentes no que respeita às capacidades de intervenção junto do eleitorado.

No Chile, ninguém duvidava, como afirmou Luis Guastavino, um dos dirigentes do Partido Comunista saídos da clandestinidade, que «só graças a uma fraude grandiosa é que seria possível arrancar ao povo, que se manifesta contra Pinochet, a vitória no referendo».

A julgar pelos resultados que deram uma folgada vitória ao Não, pode concluir-se que o velho ditador subestimou as capacidades de intervenção da oposição, que embora limitadas estiveram em consonância com o sentir das massas que a ditadura só submeteu à custa da mais feroz repressão.

A aparente abertura permitida por Pinochet no período que antecedeu o referendo não iludiu o povo chileno. Os mortos, os desaparecidos, os presos políticos, a miséria, a ausência de liberdades, a falta de respeito pelos direitos humanos que caracterizam o Chile desde o golpe militar de 1973 não são fáceis de esquecer.

É cedo para se dizer se a aparente tranquilidade que hoje se vive no Chile, após a divulgação dos resultados eleitorais, com a derrota de Pinochet, se vai manter, dando seguimento ao processo previsto, com a realização de eleições gerais no próximo ano. As primeiras declarações oficiais, feitas pelo ministro do Interior, parecem apontar nesse sentido. Lendo um comunicado do governo, o ministro afirmou que os resultados eleitorais seriam respeitados e que o Chile era o grande vencedor deste referendo.

Resta saber como reagirá Pinochet e os seus apoiantes à derrota que nunca admitiram. Como o próprio ditador chegou a afirmar numa recente entrevista à televisão, «nunca entra num jogo sem ter a certeza de sair vencedor».

Pinochet quis brincar à democracia; entrou num jogo em que ele próprio estabeleceu as regras e definiu os limites; montou um cenário em que esteve sempre na primeira linha. E perdeu.

Os próximos dias serão decisivos para o futuro da democracia no Chile. Ao recusar nas urnas a permanência de Pinochet por mais oito anos na chefia do Estado, o povo chileno alcançou uma vitória contra o medo, contra a ditadura, pela democracia. Venceu uma batalha, mas ainda não venceu a guerra. Por isso a luta no Chile continua. Cabe à comunidade internacional dar-lhe todo o apoio para que a torne vitoriosa, com o regresso à democracia plena.

60.º Aniversário do PC do Peru

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista Peruano, que hoje celebra o seu 60.º aniversário, a saudação que transcrevemos na íntegra:

Queridos Camaradas,

Por ocasião da passagem do 60.º aniversário do Partido Comunista Peruano, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses e, por vosso intermédio, a todos os comunistas peruanos.

Ao longo dos 60 anos da sua existência, travando complexos e duros combates de classe, o Partido Comunista Peruano, o partido da classe operária e dos trabalhadores peruanos, afirmou-se como uma grande força nacional, patriótica e internacionalista, indispensável à solução dos problemas do Peru.

Evocando as honrosas tradições revolucionárias do Partido Comunista Peruano, os comunistas portugueses

proveitam esta ocasião histórica para confirmar a sua activa solidariedade para com a luta corajosa e firme do vosso Partido em defesa dos interesses da classe operária e do povo trabalhador peruanos, pelo progresso social, pela independência nacional, a paz e o socialismo.

É com grande alegria que tomamos conhecimento do papel crescente desempenhado pelo vosso Partido no movimento operário e popular peruano e dos importantes êxitos alcançados pela Esquerda Unida, na qual os comunistas desempenham um papel determinante; de todo o coração desejamos os maiores sucessos à vossa luta.

Reafirmamo-vos, queridos camaradas, a nossa vontade de continuar a agir para que os laços de fraterna amizade e solidariedade recíprocas que unem os nossos dois partidos se reforcem sempre mais, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e da causa da paz e do socialismo.

Situação trágica das crianças guatemaltecas

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), recentemente divulgado no México, revela que 72 por cento das crianças guatemaltecas vivem subalimentadas, sendo as primeiras vítimas da grave crise que afecta o país.

O documento salienta a existência na Guatemala de duzentas mil crianças órfãs, em consequência do conflito armado que afecta o país há várias décadas, e que vivem numa situação verdadeiramente trágica. Milhares delas vagueiam pelas ruas pedindo esmola e outras aceitam os trabalhos mais pesados e pior remunerados, para não morrerem de fome, sublinha-se.

O citado estudo faz ainda notar que esta situação traduz o estado de pobreza geral, já que as estatísticas indicam que quase oitenta por cento dos habitantes da Guatemala mal ganham para sobreviver.

Nas regiões rurais a situação é ainda agravada por constantes surtos infecciosos, devido à inexistência de serviços de saúde eficazes; segundo a UNICEF, mais de 65 por cento dos habitantes rurais nunca consultaram um médico, que continua a ser considerado um luxo inacessível.

PCP em Bruxelas

Convocada pelo Comité Internacional para a Segurança e Cooperação Europeias, realizou-se em Bruxelas, de 30 de Setembro a 2 de Outubro, um Fórum sobre o tema «Novas vias com a Europa nova».

O Partido Comunista Português participou neste Fórum, no qual esteve representado por Martins Coelho, membro do Comité Central.

Saudação ao PS da Austrália

O Secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Central do Partido Socialista da Austrália uma saudação desejando «os melhores votos de sucesso» para o respectivo Congresso, «no interesse da unidade e da luta dos comunistas e trabalhadores australianos».

Internacional

Reorganização do PCUS

Mikhail Gorbatchov eleito chefe de Estado da URSS

Optando pela «perestroika», partimos da necessidade de, com base no potencial económico e espiritual criado no país, desenvolvendo a iniciativa dos trabalhadores e livrando-nos energicamente das deturpações dos princípios do socialismo, fazer avançar o país, em prazos curtos, para um nível moderno e alcançar um melhoramento sensível das condições materiais e sociais de vida dos soviéticos. Já podemos dizer que esta foi uma opção histórica.

As palavras são de Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do Comité Central do PCUS e Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, ao intervir no passado sábado na sessão extraordinária do Soviete Supremo que o elegeu, por unanimidade, para o alto cargo que passa a desempenhar, equivalente a chefe de Estado.

Na breve intervenção que então proferiu, Gorbatchov salientou o facto de não haver necessidade de «qualquer discurso programático», pois quer a estratégia da «perestroika» quer o seu programa foram elaborados pelo XXVII Congresso do PCUS e estão contidos nas resoluções do Comité Central e da XIX Conferência Nacional do PCUS.

Sublinhando que a «perestroika» entrou numa nova etapa, Gorbatchov afirmou que não se pode «continuar com discussões e análises sobre os erros do passado», pois o que são precisas são «medidas práticas para avançar, de uma maneira genuína, em todas as direcções, especialmente no que diz respeito ao nível de vida das pessoas».

Para atingir estes objectivos, Mikhail Gorbatchov considerou essencial a intervenção dos soviéticos, comprometendo-se a fazer «tudo o necessário para reforçar e aumentar o prestígio dos

soviéticos, transformando-os em verdadeiros órgãos do poder popular». Só desta forma, disse, «aumentando e desenvolvendo o papel dos soviéticos, poderemos efectuar uma divisão racional dos direitos e obrigações entre os órgãos partidários e administrativos e as organizações sociais».

Neste contexto, o secretário-geral do PCUS e presidente do Presidium referiu-se à necessidade de aperfeiçoamento do funcionamento do Soviete Supremo da URSS, fazendo notar que «ao lado da resolução de importantes questões da política interna, crescerá, sem dúvida, a actividade do órgão supremo do poder na realização da política externa soviética, que nos últimos anos adquiriu carácter dinâmico e progressivo».

A propósito, Gorbatchov reafirmou que a política soviética nos assuntos internacionais «é a política de eliminação da ameaça de uma catástrofe nuclear, pela normalização das relações inter-

nacionais, estabelecimento de relações iguais em direitos e mutuamente vantajosas entre os países e povos de todo o mundo, pela ampla cooperação em diferentes esferas e pela garantia a todos os povos do direito à escolha livre do seu destino».

«Esta política, disse, é saudada pelos soviéticos, goza do apoio por parte dos amigos dos países socialistas e encontra uma compreensão cada vez maior nos amplos círculos da comunidade internacional. Esta política já fornece resultados.»

Mudanças de quadros

Recorda-se que a reunião extraordinária das duas câmaras do Soviete Supremo se seguiu a uma sessão plenária do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, realizada na sexta-feira, que exonerou dos seus cargos Andrei Gromiko e Mikhail Solomentsev, do Bureau Político; Peotr Demichev, membro suplente do Bureau Político; e Vladimir Dolguikh e Anatoli Dobrinine, secretários do CC. As exonerações foram feitas a pedido dos referidos camaradas, por motivo de passagem à reforma.

O plenário do CC do PCUS havia sido convocado para «analisar as propostas sobre a reforma política e o aperfeiçoamento da estrutura do aparelho partidário à luz das decisões da XIX Conferência Nacional do PCUS».

Na ocasião, Mikhail Gor-

batchov sublinhou que a análise detalhada destas questões mostrou haver necessidade «devido às alterações das funções do partido e o aumento do seu papel como vanguarda política da sociedade, de aperfeiçoar a actividade do CC, do Bureau Político, dos Secretários e do aparelho do Comité Central», o que naturalmente «exige realiar determinadas alterações na distribuição de quadros dirigentes do partido».

Referindo-se ao pedido de exoneração de Andrei Gromiko, Gorbatchov lembrou que «há mais de trinta anos que A. Gromiko, grande personalidade política e estatal, é membro do CC do PCUS. Em 1973 foi eleito membro do Bureau Político do CC e em 1985, presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS. A sua vida política tem sido extremamente rica. Gostaria — disse a finalizar — em nome dos seus colegas do Bureau Político e, creio, de todos os participantes do plenário, agradecer-lhe o seu grande trabalho, o serviço fiel ao partido e ao Estado e desejar-lhe boa saúde».

Ao agradecer as palavras de Gorbatchov, Andrei Gromiko referiu-se por seu turno «à política de transformação revolucionária de todo o país», que considerou ser a «única certa e cientificamente fundamentada».

«Apoio energicamente — disse Gromiko — tudo o que faz o partido e o seu Comité Central para materializar as decisões do XXVII Congresso do PCUS, da XIX Conferência Nacional do PCUS e dos plenários do Comité Central do partido. Estou profundamente satisfeito com o facto de no nosso colectivo dirigente haver unidade ideológica e política. (...) Agradeço a todos o trabalho conjunto e a confiança.»

Unanimidade nas decisões

A unidade parece de resto ter sido a tônica desta reunião do CC do PCUS, ao contrário do que especulações surgidas na imprensa mundial nos últimos dias procuraram fazer crer.

Vadim Medvedev, secretário do CC do PCUS agora eleito para o Bureau Político,

disse a propósito, em conferência de imprensa realizada em Moscovo na sexta-feira, que «surgiram algumas suposições e invenções sobre uma crise, que estaria a afectar a direcção soviética, e sobre hipotéticas divergências entre alguns membros da direcção. Chegou-se mesmo a exprimir compaixão para com o camarada Gorbatchov e a política de «perestroika».

«Vejo-me obrigado — disse — a declarar que tais boatos são totalmente infundados. O actual plenário é um passo legítimo e necessário ao partido e ao Comité Central, passo necessário para a implementação das resoluções da XIX Conferência Nacional do PCUS (...) que decorreu num ambiente de unanimidade total. Todas as resoluções foram aprovadas por unanimidade, o que voltou a demonstrar tanto a firmeza da linha política seguida pelo PCUS como o seu apego à «perestroika» e à decisão de levar à prática as directrizes da XIX Conferência Nacional do PCUS.»

Quanto à reorganização aprovada pelo plenário, Vadim Medvedev anunciou que será consideravelmente reduzido o número de departamentos e funcionários do CC do PCUS. «Efectuaremos, disse, uma redução substancial, talvez para metade, não só do aparelho central, como também dos comités centrais dos Partidos Comunistas das Repúblicas Federadas e dos comités regionais do partido. Esta redução deve ser maior ainda no Comité Central. Quanto aos comités de base, ou seja, os comités urbanos e de bairro, nesses praticamente não haverá quaisquer reduções.»

Não é um problema simples, salientou aquele dirigente soviético, visto que no aparelho central estão concentrados quadros qualificados, de grande experiência política e profissional. Trata-se da criação de condições favoráveis para os camaradas que, deixando de trabalhar no aparelho do Comité Central, sejam transferidos para outros sectores: para a gestão estatal e administrativa, sistema de ensino ou para os ramos da sua especialidade. É um problema complexo e penoso que afecta os interesses das pessoas.

«A magra representação portuguesa enviada às Olimpíadas atesta de forma bem clara o atraso do país em matéria desportiva. Essa representação, assim como os seus resultados, constitui uma vergonha para o país, mas os responsáveis não são os desportistas portugueses mas sim o regime fascista. É aliás significativo que de todos os países europeus foram os de ditaduras fascistas os que revelaram maior atraso.

Poder-se-ia alegar que as medalhas são coisas secundárias desde que a representação do país tivesse sido condigna e não desprestigiante. Mas, como é sabido, Portugal esteve representado apenas em meia dúzia das muitas dezenas de modalidades. No que respeita a mulheres, nem uma só portuguesa esteve nas Olimpíadas!»

(«Os Jogos Olímpicos mostraram» — «Avante!», VI Série, n.º 446, Outubro 1972)

AVANTE! PROLETARIADO DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS

Orgão Central do Partido Comunista Português

«O prof. Cid dos Santos, catedrático da Faculdade de Medicina, director dos Serviços de Cirurgia do Hospital Escolar de Lisboa e conhecida figura de cientistas nos meios internacionais, foi recentemente punido com três meses de suspensão, por uma desconhecida figura no campo da Medicina, o ministro da Saúde, por «grave falta de respeito para com o seu superior hierárquico».

Que actos cometeu o prof. Cid dos Santos para se afiar a cólera deste títere fascista?

As perguntas formuladas num inquérito pelo próprio ministro da Saúde, respondeu o professor Cid dos Santos com a sua autoridade de médico e de catedrático: «o funcionamento do Hospital corresponde a um massacre da Medicina».

Três meses de suspensão do seu cargo de Director dos Serviços de Cirurgia! Esta foi a resposta do ministro.»

(«O prof. Cid dos Santos foi punido» — «Avante!», VI Série, n.º 371, Outubro 1966)

ANO 43, Nº 10, 7 de Outubro de 1988, Preço: 100

Publicação de todos os dias: UNL-VOS!

Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

«No período correspondente ao auge da demagogia «liberalizante» caetanista, a PIDE passou a designar-se DGS, anunciando-se então que essa polícia seria regida por novo regulamento. Pretendeu-se assim criar a ilusão de que a sinistra PIDE desapareceria (...).

Segundo o decreto agora publicado, «as autoridades administrativas, judiciais, militares, marítimas e policiais» ficam obrigadas a prestar à PIDE-DGS «toda a colaboração que estiver no âmbito das suas atribuições». Isto significa, muito particularmente no que respeita à PSP e outras forças policiais, que todas elas ficam dependentes da PIDE-DGS.

Os efectivos da PIDE-DGS foram grandemente alargados. São agora mais de 3500 agentes, mas este número não engloba os milhares dos chamados agentes auxiliares (como é o caso dos «flechas» nas colónias), os bufos e informadores de toda a espécie. Qualquer dos inspectores pode ordenar prisões, a todos eles e a outros funcionários superiores «é facultado o uso de armas de qualquer espécie». (Aos presos políticos) «a assistência do advogado constituído poderá ser interdita quando haja inconveniente...», sendo substituído por «defensor ad hoc ou por testemunhas qualificadas e obrigadas a segredo de justiça». Essas testemunhas serão os próprios agentes da PIDE-DGS, isto é, os mesmos que torturam e espancam os presos.»

(«A «reorganização» da PIDE-DGS» — «Avante!», VI Série, n.º 446, Outubro 1972)

Novas Comissões do CC do PCUS

Ao analisar as questões relacionadas com a reorganização do aparelho partidário, o plenário do CC do PCUS decidiu criar as seguintes novas comissões, para as principais orientações da política interna e externa:

- Comissão para as questões do desenvolvimento partidário e política de quadros. Presidente — Georgui Razumovski.
- Comissão Ideológica do CC do PCUS. Presidente — Vadim Medvedev.
- Comissão para as questões da política económico-social. Presidente — Nikolai Sliunkov.
- Comissão para as questões da política agrária. Presidente — Egor Ligatchov.
- Comissão para as questões da política internacional. Presidente — Aleksander Iakovlev.
- Comissão para as questões da política jurídica. Presidente — Viktor Tchebrikov.

O Plenário encarregou ainda o Bureau Político de tomar medidas concretas para a criação de uma nova estrutura do aparelho do CC do PCUS e dos comités locais do partido.

Alterações no Governo da URSS

O Soviete Supremo (Parlamento) da URSS decidiu, na sua reunião extraordinária do passado sábado, proceder a alterações na composição do Governo. Assim, e para além da eleição dos camaradas Mikhail Gorbatchov e Anatoli Lukianov para os cargos, respectivamente, de presidente e primeiro vice-presidente do Presidium do Soviete Supremo, registaram-se as seguintes alterações:

- Passagem à reforma de Aleksei Antonov, vice-presidente do Conselho de Ministros e representante soviético no CAME, cargos em que é substituído por Nikolai Talizine;
- Talizine, que exercia o cargo de presidente do Bureau do Conselho de Ministros para o Desenvolvimento Social, é substituído por Aleksandra Biriukova, também nomeada vice-presidente do Conselho de Ministros;
- Vladimir Krutchokov passa a ocupar o cargo de presidente do Comité de Segurança do Estado (KGB), lugar até agora assumido por Viktor Tchebrikov, entretanto eleito para secretário do CC do PCUS.

Em Foco

Avante!

Ano 58 — Série VII

N.º 771

7 de Outubro de 1988

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



congresso PCP *com o PCP por uma democracia avanzada no limiar do século XXI*

Notícia, informação, opinião — espaço do XII Congresso do PCP em foco no «Avante!» a partir deste primeiro número de Outubro até à abertura dos trabalhos do Congresso em 1 de Dezembro no Porto.

O «Avante!», órgão central e voz do Partido Comunista Português, estará, com os condicionamentos da sua periodicidade «em cima do acontecimento».

Espaço que se pretende aberto, mas necessariamente responsável.

Espaço de notícia, directa e objectiva, na realização de uma tarefa prioritária que diz respeito ao futuro imediato e a médio prazo do movimento operário, popular e democrático em Portugal, dos destinos do nosso povo e do nosso país, do reforço do nosso Partido e da sua ligação com as massas.

Espaço de informação do Partido e dos seus órgãos dirigentes, dos problemas e questões essenciais que se colocam aos comunistas, à classe operária e a todo o povo trabalhador, aos portugueses ciosos da democracia, do progresso social e da Paz, problemas e questões a que o XII Congresso deverá dar a resposta adequada e cabal.

Espaço de opinião que permita o aprofundamento de ideias visando o esclarecimento interno do Partido, a unidade política e a coesão ideológica dos comunistas é do seu Partido à luz dos princípios e dos critérios de classe por que se norteiam na construção de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Necessariamente **notícia** que exclui o boato sob o véu diáfano dos «critérios jornalísticos»; **informação** que exclui a voz da divisão, do diversionismo e do fraccionismo; **opinião** que exclui a retórica sem princípios e sem bases e o afrontamento pessoal.

Espaço aberto à correspondência dos leitores à redacção do «Avante!» que, naturalmente, se reserva o direito e as formas da resposta no âmbito do jornal.

Todas as propostas, sugestões, emendas aos projectos de documentos a submeter ao Congresso, oriundos das Assembleias e reuniões plenárias ou simplesmente expressas na correspondência dos leitores do «Avante!» serão consideradas pelos organismos e comissões de trabalho específicas de preparação do Congresso.

Este é o espaço que se pretende aberto, responsável e **em foco** no «Avante!».

XII congresso PCP com o PCP por uma democracia avançada no limiar do século XXI

O 1.º, O 2.º, O 3.º, O 4.º, O 5.º e O 6.º

O Congresso que o Partido Comunista Português realiza este ano no Porto é o XII da sua história e o sexto realizado depois da Revolução de Abril que, em 1974, libertou Portugal duma ditadura fascista de quase meio século.

Tal pormenorização é importante. Com a evidencia-se de imediato algo que, sendo sobejamente conhecido, é sobretudo significativo na definição de um Partido: o facto de o PCP, que agora vai realizar o seu XII Congresso, ser uma organização política com uma história, uma luta e uma vida que começaram há já muitos anos, o que não tem paralelo no panorama político-partidário nacional.

Os seus dois primeiros Congressos decorreram ainda no período republicano, respectivamente em Novembro de 1923 e Maio de 1926. Aliás o II Congresso foi interrompido exactamente por ocasião do golpe que instaurou em Portugal o regime fascista, a 28 de Maio de 1926.

A partir daí e até à alvorada libertadora de Abril de 1974, o Partido Comunista Português seria a única organização política a resistir, nas mais duras condições de clandestinidade, à perseguição feroz e sangrenta levada a cabo pelo regime salazarista contra toda e qualquer oposição à sua política de miséria, exploração desenfreada e terror institucionalizado. Seria também o PCP o único partido a organizar e dirigir nesse longo período a resistência e a luta contra tal política e o regime que a engendrou.

A história dos seus Congressos são, também disse, um testemunho maior.

O III Congresso do PCP — primeiro ilegal — decorreu em 1943, no seguimento dos esforços de reorganização de 1940-41, altura em que o Partido passou a dispor de um núcleo central de revolucionários inteiramente dedicados ao Partido.

É no III Congresso que o camarada Álvaro Cunhal apresenta um Informe Político do Secretariado do Comité Central intitulado «A Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência», documento em que se sublinha a importância fundamental da unidade da classe operária como «condição indispensável da unidade antifascista».

ção dos comunistas tendo em vista o combate pelo derrubamento da ditadura.

Onze anos depois, em 1957 — e sempre na mais rigorosa clandestinidade — reuniu-se o V Congresso, onde o PCP foi o primeiro partido português a tomar posição sobre o problema do colonialismo. O Congresso pôs portuguêses reconhecem o direito à independência completa e imediata.

Finalmente em 1965, após intenso trabalho político, decorre o último Congresso realizado na clandestinidade — o VI.

Rumo à vitória

O VI Congresso do PCP realizado em 1965 é, sem dúvida, um marco na história do Partido e do próprio País. Nele foi aprovado o Programa do Partido, que definia o caminho para o derrubamento da ditadura e os oito objectivos

essenciais da Revolução Democrática e Nacional — conceito formulado então pela primeira vez — no quadro de uma linha política cuja justeza seria confirmada alguns anos mais tarde, com a restituição das liberdades e a realização de profundas transformações sociais, económicas e políticas.

A definição da Revolução Democrática e Nacional foi feita pelo camarada Álvaro Cunhal no seu célebre relatório intitulado «Rumo à Vitória — As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional» e apresentado ao Comité Central do Partido em Abril de 1964, no âmbito dos trabalhos preparatórios do VI Congresso. Este aprovaria os oito objectivos essenciais da Revolução Democrática e Nacional, definindo as características, os objectivos e a via da Revolução Portuguesa que se desencadearia cerca de dez anos mais tarde, que eram os seguintes:

- 1.º) — Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º) — Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico ge-

ral; 3.º) — Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º) — Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5.º) — Democratizar a instrução e a cultura; 6.º) — Libertar Portugal do imperialismo; 7.º) — Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º) — Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

A vida comprovou as análises e as previsões então feitas, o que não quer dizer que todos os objectivos apontados para a Revolução Democrática e Nacional tenham sido alcançados. É sabido, nomeadamente, que alguns dos objectivos da construção de um Estado democrático e da libertação do imperialismo não foram concretizados — o que de resto, o «Rumo à Vitória» previra e prevenira com clareza.

No próximo número recordaremos os Congressos que se realizaram após o 25 de Abril, na situação da legalidade conquistada com a Revolução.

VI SÉRIE N.º 44 QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1943 PREÇO 500. Avante! O I CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. VI SÉRIE N.º 53 QUINZENA DE ABRIL DE 1946 PREÇO 500. Avante! O 2.º CONGRESSO ILEGAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. VI SÉRIE N.º 56 QUINZENA DE OUTUBRO DE 1948 PREÇO 1000. Avante! O 3.º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. VI SÉRIE N.º 60 QUINZENA DE ABRIL DE 1957 PREÇO 1000. Avante! O 4.º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. VI SÉRIE N.º 63 QUINZENA DE ABRIL DE 1965 PREÇO 1000. Avante! O 5.º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. VI SÉRIE N.º 66 QUINZENA DE ABRIL DE 1974 PREÇO 1000. Avante! O 6.º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

O Porto prepara-se para receber o Congresso

A DORP aprovou um plano de realização de 129 assembleias plenárias que, por proposta dos vários organismos, se vão realizar no distrito, abrangendo todos os militantes do Partido, para debate do projecto de novo Programa do PCP, do projecto de alteração aos Estatutos e do projecto de Teses e para eleição dos delegados.

O comunicado divulgado no final da reunião plenária daquela Direcção Regional, realizada no passado sábado, refere, ainda a propósito dos problemas relativos à preparação do XII Congresso do PCP, que, dado balanço à distribuição do Programa e das alterações aos Estatutos, «a análise da programação do debate destes documentos e das Teses do Comité Central a distribuir a partir do próximo dia 15, em todos os organismos e organizações, estando já marcadas centenas de reuniões, o estudo, o debate nas reuniões partidárias, a formulação de propostas de alteração e de outras contribuições para os projectos de documentos constituem nesta fase dos trabalhos preparatórios do Congresso uma tarefa fundamental que há que intensificar e estimular».

«O trabalho preparatório das 129 assembleias plenárias já marcadas, garantindo a convocação de todos os membros do Partido, o debate vivo dos projectos de documentos e a eleição dos 256 delegados do distrito, constituem», na opinião da DORP, «outra tarefa de grande importância».

A DORP do PCP, exprimindo a sua alegria pelo facto de o XII Congresso se realizar na cidade do Porto, analisou o conjunto de tarefas daí decorrentes e que envolvem o trabalho militante de milha-

res de camaradas da Organização Regional.

Finalmente o comunicado afirma que «a DORP do PCP e os comunistas do Porto tudo farão para estar à altura desta responsabilidade e da confiança que o Partido neles depositou, e não se pouparão a esforços para receber condignamente no Porto os representantes de todo o Partido, todos os camaradas e amigos e as delegações dos partidos irmãos convidados».

Considerando como questões indissociáveis a discussão dos projectos dos documentos, a realização das assembleias plenárias e a concretização das tarefas decorrentes da realização do Congresso no Porto, a DORP apelou a todos os organismos e militantes do Partido para **redobrar o seu trabalho e a sua militância** garantindo assim a realização deste vasto e diversificado conjunto de tarefas com pleno êxito

Começou o debate

Mais de quatro dezenas de reuniões de organismos do Partido, em que participaram centenas de camaradas, ficaram a marcar o início dos debates na Organização Regional do Porto dos projectos de alterações aos Estatutos e do novo Programa do PCP apresentados pelo Comité Central. Entre essas reuniões referem-se as de comissões concelhias como as de **Gaia, Gondomar, Valongo, Santo Tirso, Póvoa, Vila do Conde**, o Comité Local do Porto, diversos organismos e células de empresa, organismos de direc-

ção de vários sectores, do Sector Intelectual e da Saúde entre outros.

Reuniões em que se tornou patente a necessidade de fomentar ainda muito intensamente a distribuição e leitura dos documentos em apreciação, bem como de uma cuidada organização dos debates, que proporcione a possibilidade de ser analisado o conjunto muito vasto de temas em consideração, o qual será substancialmente alargado com a divulgação próxima das Teses. E que demonstraram ainda a necessidade de chamar mais e mais militantes às reuniões, nesta fase que antecede as assembleias plenárias que encerrarão os debates, e elegerão os delegados ao Congresso. Com a certeza de que os projectos agora em debate necessitam de contribuição criativa, empenhada, franca e aberta que neles faça repêrcuir a experiência rica e diversificada e as opiniões de todos os militantes, de todo o Partido.

Para já o debate, essencialmente cen-

trado, nas primeiras reuniões, no projecto de alterações aos Estatutos, trouxe ao de cima uma apreciação geral positiva expressa por muitos camaradas. Na diversidade de opiniões manifestadas, muitos camaradas exprimiram o acordo com os princípios fundamentais definidores do Partido e do seu funcionamento e com diversas alterações estatutárias que acolhem experiências que foram acumuladas pela vida partidária.

A procura da fundamentação política de alterações que o Comité Central propõe, o empenhamento em contribuir para ver reflectidas nos Estatutos preocupações em relação a questões como a articulação entre os diversos níveis da estrutura orgânica, a circulação da informação interna, os direitos e deveres dos militantes, assinalaram de modo muito positivo a riqueza do debate e traduziram-se já em diversas contribuições concretas, algumas das quais sob a forma de emendas escritas. ■

Viseu

Distrital do PCP avista-se com entidades da região

Reunida recentemente, a Comissão Distrital de Viseu do PCP analisou aspectos do trabalho preparatório do XII Congresso do Partido, no âmbito do qual estão programadas até 22 de Outubro 98 reuniões de organismos e organizações nos diferentes concelhos do distrito.

Depois, entre 22 de Outubro e até 13 de Novembro, segundo as previsões do plenário da Distrital de Viseu, irão decorrer mais 17 assembleias plenárias para continuação dos debates em torno da documentação (projectos de alteração aos Estatutos, novo Programa e Teses) e eleição dos 21 delegados que, de acordo com o regulamento do Congresso, cabem a esta organização distrital do Partido.

Entretanto, a CD do PCP solicitou audiências a diversas autoridades civis, militares e religiosas e a entidades e organizações sociais locais, bem como às direcções dos partidos democráticos sediados no distrito. Objectivo destas audiências, iniciadas ontem com um encontro com representantes da Federação Distrital de Viseu do PS, a entrega do projecto do novo Programa do PCP e a abordagem de «pontos de vista que têm a ver com o desenvolvimento soberano do nosso país e com o bem-estar material e moral das suas populações».

Na próxima segunda-feira, dia 10, a Distrital do PCP é recebida pelo Bispo da Diocese de Viseu. ■

Trás-os-Montes e Alto Douro DORT planificou trabalho preparatório

Na região transmontana e duriense estão previstas, desde já, 24 assembleias plenárias que até Novembro elegerão os 46 delegados ao XII Congresso que cabem à Organização Regional. Reunido recentemente com a presença do camarada António Lopes, membro suplente da Comissão Política, o plenário da DORT do PCP discutiu e planificou o trabalho preparatório do Congresso nos distritos de Vila Real e Bragança, salientando «a importância dos dois documentos já em discussão (projectos de alteração aos Estatutos e do novo Programa do Partido) e a necessidade do seu estudo e aprofundamento face à realidade política e social da região e às características da Organização Regional do Partido».

Em breve nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social, o plenário da DORT refere que «foram discutidos as-

pectos do trabalho de divulgação do Congresso junto da opinião pública transmontana e duriense».

Os comunistas de Trás-os-Montes e Alto Douro colocam a preparação do XII Congresso como tarefa de primeiro plano na vida partidária, associada ao fortalecimento de uma resposta à ofensiva reaccionária do Governo Cavaco e aos problemas causados às populações pela política direitista.

Segundo o *telex* que chegou à nossa redacção, o plenário da DORT, ao preparar as questões do Congresso, analisou também a situação na agricultura, as tentativas de encerramento de linhas ferroviárias, a liquidação de importantes empresas regionais (Vicominas e Tabopan), problemas da saúde e do ensino, revisão da Constituição, as eleições para o Parlamento Europeu e os órgãos do Poder Local no próximo ano. ■

Vila Franca de Xira

Stand do PCP na Feira de Outubro

Na Feira de Outubro, festa de largas tradições populares, o PCP teve um stand onde foi possível conviver e dialogar. Aí se encontraram também os documentos em discussão para o XII Congresso — informa a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira.

Num comunicado dirigido à população, aquele organismo do PCP sublinha que «estamos numa fase decisiva dos trabalhos preparatórios (do Congresso), com um vasto leque de iniciativas que visam recolher o maior número possível de con-

tribuições de todos quantos convergem na aspiração de uma democracia mais real, de um País mais desenvolvido e de um futuro mais feliz».

Os comunistas de Vila Franca, que anunciam várias reuniões, assembleias e debates para os militantes, convidam também «os nossos amigos, os simpatizantes do Partido, os trabalhadores e os democratas» a manifestarem, «verbalmente ou por escrito, os seus comentários e sugestões». ■

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

O facto de, pela primeira vez, ter sido aprovado pelo Comité Central e publicado um regulamento para a fase preparatória de um Congresso do PCP pode ter surpreendido alguma gente fora do Partido. Certamente não surpreendeu nenhum militante, nem mesmo os que, por uma razão ou por outra, se encontram menos empenhados na actividade partidária, no trabalho colectivo, sentindo menos a vida e a orientação do PCP, reflectindo menos na organização da luta e no modo e nas vias em que ela se desenvolve.

A novidade é o facto de ter sido publicado um regulamento. Porque nenhum dos congressos anteriores, nas duas fases preparatórias, se processou desregradadamente. De tal modo que este regulamento, aprovado pelo CC em 23 e 24 de Agosto passado, constitui um repositório de regras que já faziam parte do modo de proceder dos comunistas. Trata-se, também, de corresponder ao que de novo a experiência dos comunistas tem vindo a integrar.

A experiência revolucionária do PCP, na organização dos seus congressos — nomeadamente nos que se realizaram a partir de 1974, conquistada a legalidade — é, pois, neste Regulamento condensada, aperfeiçoando-se, por certo, os procedimentos que essa mesma experiência aconselhou.

Em todos os anteriores congressos houve normas — pouco diferentes das que hoje este Regulamento estabelece — para a organização de um debate sempre vivo e sempre participado, que nortearam o Partido na convocação das assembleias e plenários, na eleição dos delegados, no debate dos documentos fundamentais que o Congresso viria a aprovar. A publicação de um Regulamento definindo com precisão cada uma dessas normas e introduzindo algumas novas regras e definições apenas significa a importância que o Partido e o seu Comité Central atribuem à realização deste Congresso — que aprovará um novo Programa e deverá introduzir substanciais alterações aos Estatutos — e corresponde à expectativa natural gerada entre os comunistas que

participam já há algum tempo, vivamente, nos trabalhos preparatórios.

Como antes, como sempre, todo o Partido é chamado ao debate. Ninguém,

nenhuma organização, nenhum militante, ficará fora dele e, se ficar, não poderá arrogar-se a situação de preterido ou recusado na discussão dos temas que o Comité Central projectou como fundamental para o Congresso. O próprio regulamento é garante dessa participação, ao definir as regras da convocação e da realização das assembleias plenárias em que cada militante é chamado a participar. As normas de convocação de funcionamento, ponderadas a partir das experiências anteriores, descem suficientemente ao pormenor para que essa garantia não possa ser posta em causa. Seria mesmo desnecessário escrever, como se faz no ponto 7, que «os participantes das assembleias plenárias têm o direito de expressar livremente as suas opiniões, de fazer as propostas de emendas aos documentos em debate, de eleger e ser eleitos e de apresentar propostas para a eleição de delegados». Sempre assim foi feito. Ao consagrar, por escrito e publicamente, tal regra, o Regulamento aprovado pelo Comité Central estabelece um princípio que

os comunistas portugueses têm observado ao longo dos anos e dos congressos. Trata-se, aliás, de um «segredo» seu: o de promover a mais ampla democracia interna ao mesmo tempo que recusa as menores veleidades de introdução dos métodos parlamentaristas burgueses nos seus processos de trabalho colectivo.

É assim que a direcção dos comunistas, assumindo a organização do Congresso no seu conjunto e as propostas dos documentos fundamentais que vão estar no centro dos debates, garante, por outro lado, que «todos os militantes têm o direito de fazer propostas de alteração e emendas aos Projectos de Programa, de alteração aos Estatutos e Teses», assegurando que tudo será debatido no Congresso, organizada e colectivamente, sem peias nem silenciamentos, mas sem veleidades de formação de grupos e de fracções em torno de plataformas, de líderes e de interesses (vulgo, lobbies), tão ao gosto das formações políticas burguesas, onde se discute primeiro quem e depois o quê.

Os delegados

Cerca de dois mil delegados vão estar presentes e participar no XII Congresso do PCP. Eleitos na proporção de um por cada centena de militantes, relativamente

Como antes, como sempre, todo o Partido é chamado ao debate

às organizações de que serão representantes.

As normas de convocação das assembleias plenárias e as que vão reger os debates, bem como as regras que presidem à eleição de cada participante no Congresso, dão desde já as coordenadas através das quais é possível definir o perfil do delegado do Partido ao XII Congresso do PCP.

Homem, mulher ou jovem, o militante a eleger é um camarada verdadeiramente representativo do que a organização que o elegeu quer que seja levado ao Congresso. É pois, um delegado responsável, observações e propostas deve ser capaz de exprimir dando sentido à vontade de todos quantos votaram em si e ao seu próprio mandato.

Eleito num processo em que é salvaguardada a seriedade do acto e a sua democraticidade, com possibilidade de recuso se tal não acontecer, eleito pela as-

sembleia plenária da organização a que pertence, o delegado ao Congresso do PCP é o militante achado no seio do Partido pelos seus camaradas, legítimo na forma da escolha e escolhido em função das suas qualidades conhecidas. Não participará no Congresso quem quer. Muito menos quem, fora do Partido, for indicado. Assim mesmo, as campanhas que, de fora, visam comandar o processo de eleição em torno de personalidades ou de plataformas estranhas ao PCP, estão condenadas ao fracasso. Nem fazem sentido as declarações de «recusa» de participação no Congresso, da parte de quem nem sequer foi escolhido para tal. O delegado do Partido é dentro do Partido que é eleito, é pelos seus camaradas que é escolhido, é pelas suas provas e militância que tal escolha sobre si incide.

Votar

A votação, no seio do Partido, nunca foi regulamentada. Seguiu-se apenas uma tradição. E a tradição indicou sempre

nas fileiras dos comunistas portugueses a votação aberta — isto é, a de braço no ar —, baseada na experiência de muitos anos de resoluções, quer de organismos, quer de organizações, quer mesmo de congressos em que os militantes, fosse qual fosse a sua responsabilidade, se responsabilizavam frente aos seus camara-

das pelas decisões tomadas após debate. Esta opção partidária decorreu, pois, não só da profunda experiência do trabalho colectivo dos comunistas durante o longo período da clandestinidade, como do riquíssimo e vasto processo revolucionário que teve lugar após o 25 de Abril, na situação de legalidade. A tradição do debate livre e participado, da opinião francamente exposta e da ausência de coacções, fizeram com que o voto aberto nunca fosse contestado no interior do Partido durante largos anos.

As votações, mesmo públicas, de documentos fundamentais ou tão só de orientações locais do PCP, se mostraram a maior parte das vezes a unanimidade de votos, nem por isso deixaram, em variados e importantes casos, exemplos bastantes de camaradas que não hesitaram em mostrar publicamente a sua discordância global face às propostas maioritariamente votadas pelo Partido.

A experiência, no entanto, tem, neste caso como noutros, duas faces. Por exemplo aquela que indica que, no PCP,

de um modo geral, o voto aberto mostra com evidência não apenas que o debate é livre e responsável como que o voto discordante não sofre anátemas ou perseguições. A outra face da experiência pode, no entanto, indicar que, em determinadas organizações, nem tudo corre pelo melhor, que em determinadas situações pode acontecer que o voto aberto não seja um voto completamente franco, livre e responsável.

Pesando a consciência que o Partido possui, o Regulamento do Congresso, debruça-se, pela primeira vez, sobre a questão. E decide que «conforme a tradição democrática do Partido», as eventuais votações de documentos na genera-

lidade «deverão realizar-se de braço no ar». Por outro lado, o Regulamento estipula que, no caso da eleição de delegados, cuja regra será ainda a da votação de braço no ar, poderá «cada assembleia plenária, se o entender, adoptar por maioria simples o sistema de voto secreto».

Contradição? De modo nenhum. O Regulamento adoptando esta «novidade», nada mais fez do que propor levar à prática algo cuja teorização já havia sido feita. Nomeadamente na obra «O Partido com Paredes de Vidro», de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, publicada há alguns anos. Não faz, por isso, sentido a «ideia» posta a correr na comunicação social anticomunista, de que essa disposição do Regulamento constitui uma «cedência» a determinada «exigência» de certas «correntes» não afectas à orientação geral do Partido. E é absurda, para não dizer pior, a tese sustentada por outros, de que a admissão do voto secreto em determinadas circunstâncias possa abrigar quaisquer intenções persecutórias

em relação àqueles que o defendem. Não se trata de uma questão tabu.

Recordemos algumas passagens do livro «O Partido com Paredes de Vidro»: «No nosso Partido não se adoptou o sistema de voto secreto», escreve Álvaro Cunhal a páginas 109 da obra citada. E continua:

«Reconhecendo-se aos militantes o direito de voto, reconhece-se realmente o direito de exercê-lo: de votar por ou contra. E existindo uma educação e um ambiente democráticos a votação não secreta não provoca problemas.

«Se se chegasse à conclusão de que o voto não secreto era uma limitação à expressão da vontade dos militantes, porque sujeitava os votantes a quaisquer retaliações posteriores, seriam possíveis duas soluções. Uma a adopção do voto secreto. Outra, exigindo modificações do funcionamento e um trabalho educativo mais profundo, estabelecer e praticar normas de vida interna do Partido, que garantissem efectivamente o direito de cada militante votar segundo a sua própria opinião, assumir naturalmente perante os outros a sua opinião e ver a sua opinião respeitada pelos outros.»

O Regulamento, privilegiando o voto aberto, de braço no ar, não deixa, no entanto, no caso da eleição de delegados, de colocar à apreciação de cada assembleia plenária a escolha do modo de votação, que poderá, se os militantes o quiserem, ser por voto secreto. De todo o processo que a partir de agora se vai desenrolar em todo o Partido, o próprio Partido retirará, colectivamente, as lições que houver a tirar. No sentido de aperfeiçoar a sua democracia interna e não de responder aos «convites» ou de fazer «cedências» às pressões ideológicas da burguesia; no sentido de aprofundar a responsabilidade e a liberdade de cada militante e não de coagir o Partido às normas parlamentaristas dos partidos burgueses. O Partido vai realizar o seu XII Congresso. Com abertura. Mas segundo os seus próprios princípios e com as suas próprias regras. ■

Rigor e honestidade

O rigor e a honestidade intelectual que os comunistas defendem dever presidir à análise e à prática políticas não encontram a sua razão de ser em puros pressupostos de ordem moral. Débil moral seria essa se entrasse em conflito com o que a vida ensina e a História comprova...

A verdade é que, tanto quanto qualquer outra área de actividade humana que requiera aquisição de conhecimentos e sua ponderação, a eficácia da actividade política intimamente se liga à exactidão, à riqueza, ao rigor dos conhecimentos e dos conceitos que a informam e balizam. O viciar de dados com vista ao forçar de uma conclusão previamente adoptada, o mistificar da realidade para a adaptar a conceitos constituem manifestações de menoridade intelectual e, politicamente, garantias de fracasso. No campo do debate das ideias, parti-

cular relevância assume o rigor da apreensão de conceitos que se pretende combater, o rigor da compreensão de afirmações que se pretendem contestar, o rigor da citação que se pretende exemplificativa do que se combate ou contesta.

A propósito

Vêm estas considerações a propósito das sucessivas referências feitas ao discurso do secretário-geral do PCP no comício da Festa do «Avante!» e às conclusões delas retiradas.

Em concreto e sobre a questão que tem mobilizado opiniões, afirmou Álvaro Cunhal:

«O PCP é o principal bastião da defesa do regime democrático e das suas conquistas.

«Esta realidade a razão da permanente e orquestrada campanha contra o PCP, que nos últimos tempos adquiriu

formas novas de insidiosa e violência.

«A campanha contra o PCP não é uma campanha isolada antes se insere na ofensiva ideológica universal do imperialismo e na sua tradução portuguesa.

«Procuram reabilitar o capitalismo monopolista de Estado, negar a realidade da exploração capitalista sob o manto diáfano da «iniciativa privada», da «modernidade» e dos estafados logros do «capitalismo popular» e da «democratização do capital».

«Procuram instilar na sociedade, como ideal de vida, o individualismo ferroz, o egoísmo, o consumismo, o enriquecimento à custa dos outros e da especulação.

«Procuram denegrir e caluniar as conquistas e as lutas dos trabalhadores e convencer que elas contrariam o desenvolvimento e o progresso.

«Procuram fazer crer que democracia se identifica com os países capitalistas e negar a essência democrática da sociedade socialista.

«Procuram negar as realizações dos países socialistas ao longo dos anos e fazer crer que os países socialistas regressam ao caminho capitalista, que o socialismo deixou de ser uma perspectiva para os povos e que o movimento comunista internacional já hoje nada é.

«Na sua versão portuguesa, a ofensiva ideológica do imperialismo junta actualmente a estas componentes universais três principais linhas de ataque.

«A primeira contra as conquistas da revolução de Abril, contra tudo quanto elas trouxeram de positivo ao país, contra o regime democrático de que são parte integrante e contra a Constituição que as instituiu.

«A segunda propagando supostos benefícios da integração na CEE e defendendo como causa sua a supranacionalidade da CEE apesar de gravemente atentatória da soberania e independência nacional portuguesa.

«A terceira, a campanha contra o PCP, falsificando e injuriando a sua his-

tória, apresentando-o como um partido com objectivos antidemocráticos e sem democracia interna, um partido dirigido por «ortodoxos» e «estalinistas», um partido de agitadores contra tudo e contra todos, um partido sem programa político próprio, um partido «em crise».

«Tendo em conta que o PCP é a principal fortaleza política dos trabalhadores e do povo, o principal obstáculo ao avanço dos planos subversivos da direita, a campanha de inimigos e adversários é inteiramente natural.

«Já não é natural que, de há tempos para cá, essa campanha contra o Partido, tenha como principal alimento informações, opiniões, entrevistas, artigos, cartas e declarações de membros do Partido, e também essa nova figura repugnante de anónimos que escondendo a face dizem ser do PCP. A linha de força da campanha é procurar fomentar no PCP dúvidas, desalentos, fracções e divisões.

«Fazer mal, fazem. Mas que não se

iludam. Ninguém conseguirá que o PCP deixe de ser o grande partido comunista que é, com fundas raízes na classe operária e no povo, com um poderoso e unido colectivo militante, fiel ao seu passado heróico, fiel ao seu ideal, fiel ao povo português e à pátria portuguesa.»

As palavras foram estas, exactamente estas, nem mais nem menos do que estas.

Considerando-as, pergunta-se se delas é legítimo concluir que o secretário-geral do PCP «tentou ligar os militantes com pontos de vista diferentes a uma ofensiva ideológica do imperialismo, transformando-os quase em agentes» (sublinhado nosso) e acrescentar: «Qual seria o reflexo desta afirmação se o PCP estivesse no poder?»

Ou se é legítimo concluir que foi pronunciada uma «insinuação sobre ligações entre a iniciativa que tomámos («documento enviado ao Comité Central do Partido em finais de Junho por significativo número de militantes») e a campanha

Vejam os

É uma evidência que as palavras do discurso de Álvaro Cunhal se limitam a ser uma pura constatação de facto. Dizer que «de há tempos para cá, essa campanha contra o Partido tem como principal alimento informações, opiniões, artigos, cartas e declarações de membros do Partido e também essa nova figura repugnante de anónimos que escondendo a face dizem ser do PCP» é uma singela decorrência da leitura e da audição de declarados e assumidos anticomunistas.

Não se afirma em nenhum ponto do discurso proferido em Loures que os membros do Partido autores de «informações, opiniões, artigos, etc.» são «agentes» da campanha: constata-se a exuberante evidência que a campanha

aproveita essas informações, opiniões, etc.

O que está sim em causa é o juízo sobre este facto. Não dão boa conta de si próprios quantos pretendam ignorar uma evidência e muito menos pretendam que outros o ignorem. Aos autores das informações, opiniões, artigos, etc., de que fala o discurso poderá ser indiferente a utilização que é feita desses materiais na campanha anticomunista: o que não podem é negar a evidência dessa utilização.

Na política como em toda a actividade criadora do homem, a forma não é separável do conteúdo. E fraca ideia fica do conteúdo de posicionamentos políticos cujos defensores tentam ocultar as vertentes e consequências do que fazem e dizem para se escudarem em citações indevidas e processos de intenções persecutórias que — note-se bem — a realidade, longe de autorizar, inteiramente desmente.

Porque, no Partido e em todo o Partido, o debate está aberto e toda a participação é necessária. ■

Será que andamos tão desatentos quanto o «Expresso» costuma dizer?!....

O quadro que abaixo se publica fala por si e quase dispensaria comentários ou introduções. Mas é irresistível sublinhar alguns aspectos.

Como se constata, trata-se de uma singela comparação entre excertos dos artigos publicados no último número do «Expresso» sobre a previsível eventualidade de o governo Cavaco Silva sofrer graves revezes na sua política económica em 1989 e afirmações feitas pelo PCP há mais de um ano.

O mesmo jornal que, com ar revelador divulga agora dados e previsões, multiplica-se habitualmente em observações sobre o «estiolamento do discurso» do PCP, o «imobilismo» das suas análises, a «incapacidade» de os comunistas se aperceberem das realidades profundas e das mutações na sociedade portuguesa.

Tradicionalmente, o «Expresso» é, por outro lado, considerado um fidedigno repositório de factos e previsões e afirma-se serem particularmente credíveis e fundamentadas as suas incursões na área económica.

Não pode pois deixar de ser considerado significativo que só ao fim de doze meses os seus comentadores e analistas se tenham apercebido de fenómenos, tendências e até inevitabilidades que os comunistas apontaram há muito, em textos então considerados como «não trazendo nada de novo»...

É evidente que este facto terá que nos fazer meditar a nós próprios: interessará saber se em deficiências nossas poderá residir total ou parcialmente alguma dificuldade para apreensão das nossas análises, das nossas propostas, dos nossos documentos. Não será difícil concluir que, em menor ou maior grau, assim é e que se torna prioritário dedicar atenção e tomar medidas na nossa informação e na nossa propaganda.

Mas a verdade é que dificilmente se aceita que um jornalista ou um comentador minimamente atento e preparado ignore análises e factos apenas porque o discurso que os envolve é menos sedutor formalmente. Dificilmente se aceita que hoje sejam evidentes para o «Expresso» os factos que há um ano eram por ele considerados como pura e repetitiva propaganda do PCP.

Resumindo, das duas uma: ou o «Expresso» viu, consultou e julgou os documentos do PCP de há um ano, não lhes atribuiu qualquer importância e os arquivou no «discurso habitual dos comunistas» e bem mal se fica a pensar de quem assim ignorou o que um ano depois descobriu; ou então, pura e simplesmente, o «Expresso» não lê o que o PCP escreve, e então não se percebe de onde lhe vem rigor e autoridade para fazer sobre ele os seus juízos. ■

O que o «Expresso» descobriu em Outubro de 1988

Em 1980, quando o actual primeiro-ministro se tornou conhecido por ser o titular das Finanças do Governo de Francisco Sá Carneiro, ele soube sair-se bem da missão que o líder da Aliança Democrática lhe confiara: gerir a economia para ganhar novas eleições no curto prazo de um ano.

(...)
Conseguiu transmitir ao país uma sensação de tranquilidade económica que, pouco tempo depois, o país pagaria bem cara.

(...)
Dois anos depois, na verdade, a AD desfazia-se diante de um défice da Balança de Transacções Correntes que atingia os três biliões de dólares.

Cavaco vai regressar também a tempo... de usufruir sozinho os resultados conjugados de um conjunto de factores praticamente «únicos» para a economia portuguesa.

(...)
É nessa conjuntura (particularmente favorável) que mais uma vez Cavaco Silva pode governar com o objectivo essencial de ganhar as eleições seguintes e transformar o seu gover-

no minoritário de 1985 num governo dotado de uma maioria inigualável, em 1987.

(...)
O cenário (actual — Out./88) é, de facto, de borrasca: o preço das matérias-primas tem vindo a subir; ao dólar ninguém sabe o que acontecerá após o termo da era Reagan; as taxas de juro sobem em toda a Europa; o défice comercial português não pára de crescer; a Bolsa arrasta-se, moribunda, sem acompanhar a recuperação de que as estrangeiras dão sinal; a despesa pública não pára de crescer; a inflação comporta-se como se viu.

(...)
Além da interrogação legítima sobre como se comportará em tempo de maiores dificuldades um Governo que até agora gozou da conjuntura económica mais favorável dos últimos 40 anos, outras incógnitas podem vir ensombrar ou desanuviar o clima do próximo ano.

(...)
A especialização de exportações não sofreu alterações apreciáveis, antes se mantém a hipertrofia dos têxteis, vestuário e calçado, que ocupam (ainda) mais de 40 por cento do

total das exportações; as balanças energética, agro-alimentar e de bens de equipamento continuam altamente deficitárias.

(...)
O raciocínio é simples e os modelos tradicionais. Basta ter em consideração o ritmo das importações (até muito recentemente a crescer mais depressa do que as exportações), calcular que a despesa pública também não vai ser sujeita a reduções e supor não existirem já modos de fazer com que a diminuição dos salários pague esta factura. O resultado é sempre o mesmo: a partir de 1991 não haverá banqueiro que queira financiar o consumo dos portugueses e do seu Estado.

(...)
Para o cidadão comum tal travagem significa que o seu poder de compra vai entrar num patamar, que vai pagar mais pelos serviços públicos (saúde, educação, transportes e comunicações) e que irá enfrentar mais dificuldades para encontrar emprego. Por outro lado, os aumentos das prestações sociais com que o Governo tem cativado o voto de largas camadas da população serão mais lentos.

In Revista «Expresso» — 1/Out./88 Artigos de Jorge Wemans e Teresa de Sousa

O que o PCP disse em 1987

A primeira coisa que há a verificar é que, durante o ano de 1986, o Governo Cavaco Silva beneficiou de uma conjugação de circunstâncias internacionais favoráveis para Portugal que não se verificava há mais de vinte anos e seguramente não se verificará tão depressa.

Ao contrário do que aconteceu com outros países, uma série de factores da vida económica internacional actuaram conjugada e simultaneamente de forma positiva sobre a economia portuguesa.

Como se costuma dizer, Portugal ganhou em vários tabuleiros:

— ganhou com a queda dos preços internacionais do petróleo, dos cereais, das oleaginosas e do algodão, tudo produtos que constituem uma parte determinante do nosso volume geral de importações (34% do total em 1985);

— ganhou com a queda da cotação do dólar também face ao escudo que se reflectiu nos preços daquelas mercadorias. Ou seja: o petróleo, os cereais, as oleaginosas, etc., que pagamos em dólares,

não só baixaram o preço em dólares, como o próprio dólar passou a custar menos escudos;

— ganhou porque a queda do dólar não se reflectiu apenas nas importações, mas também na dívida externa. Sendo os empréstimos que contraímos ao estrangeiro contabilizados em grande parte em dólares, é evidente que continuámos a dever o mesmo em dólares, mas menos em escudos, o que beneficia a economia nacional;

— ganhou porque internacionalmente baixaram as taxas de juros dos empréstimos internacionais, o que nos levou a pagar menos de juros pelos empréstimos que devemos;

— ganhou, finalmente, porque praticamente em todos os países de onde importamos mercadorias a inflação baixou, o que levou a que, na origem, os preços não subissem mercê da inflação.

In «Avante!», n.º 699, de 21 de Maio de 1987.

Trata-se de um acontecimento (a vitória eleitoral do PSD em 19 de Julho de 87) que exigirá ainda uma análise mais profunda de todas as suas determinantes, seja de natureza política, seja relativas a fenómenos de psicologia social.

Podem entretanto apontar-se desde já três causas fundamentais:

1.ª — Factores económicos internacionais fortemente favoráveis para Portugal que permitiram ao governo dispor de avultados recursos financeiros (200 a 300 milhões de contos) e conter a degradação que se verificava na situação económica e financeira, designadamente nas trocas externas e na dívida externa, ganhando assim, ao contrário de governos anteriores, uma «imagem» de «competência» e «eficácia» constante e intensamente propagandeada pelos serviços governamentais e secundada por partidos democráticos através de elogios à acção do Governo e do Primeiro-Ministro.

2.ª — A utilização abusiva e eleitoralista dos poderes do Governo e do aparelho de Estado pelo PSD:

• desenvolvendo a acção governativa durante 18 meses com o uso sistemático da demagogia;

(...)

• tomando medidas concretas e distribuindo somas de âmbito limitado mas de eficaz efeito psicológico (reformados, jovens, desempregados, agricultores, desportistas, colectividades, preços de chamadas telefónicas, etc.);

(...)

• utilizando discricionariamente fundos da CEE;

(...)

In «Tarefas imediatas do PCP na nova situação após as eleições de 19 de Julho». Resolução do CC do PCP de 23 de Julho de 1987.

XII
congresso
PCP
com o PCP
por uma
democracia
avanzada
no limiar
do século
XXI

A propósito do capítulo II do projecto de revisão dos Estatutos

Deveres e direitos ou direitos e deveres?

Em diversas reuniões já realizadas sobre o projecto de alteração dos Estatutos tem surgido uma crítica sobre uma questão que mereceu já debate durante a preparação daquela proposta: a **hierarquia dos deveres e direitos dos membros do Partido consignados no Capítulo II**: à semelhança do que já sucedia nos anteriores estatutos, o ordenamento adoptado faz surgir primeiro os deveres e só depois os seus direitos.

Não se viram razões bastantes para alterar tal ordenamento. Há partidos comunistas que nos seus Estatutos referem primeiro os direitos e depois os deveres. Não se contestam as razões de tal opção. Mas a opção do PCP, tanto nos Estatutos agora em vigor, como na proposta de alterações, tem sólidos fundamentos.

Objectam muitos camaradas não ser correcta a primazia concedida aos deveres sobre os direitos. Acrescentam – e com evidente razão – que o problema da relação entre os direitos e deveres cívicos constituiu e constitui um ponto fulcral da luta política e que representa um indelével progresso a consagração – que globalmente se poderá situar no triunfo da Revolução Francesa – do princípio de que os deveres do cidadão são uma decorrência dos seus direitos, de que a sociedade no geral não tem o direito de impor deveres sem correspondentes direitos. Mais conciso: serão os direitos usufruídos pelo indivíduo que legitimam que lhe possam ser exigidos deveres – e não o contrário.

Na verdade, o essencial dos direitos individuais que hoje enformam a maioria das normas que regem as sociedades democráticas constituem valores em si e o seu usufruto não tem que ser considerado com uma «retribuição», o resultado de uma «transacção» com a sociedade que os concederia a troco da imposição de deveres.

A não contemplação desta hierarquia no projecto de Estatutos seria tanto mais contraditória quanto se verifica no Projecto de Programa haver redobrada atenção para pontos desta área, como sejam as afirmações contidas no ponto 1.1. do Capítulo II («a democracia política (...) possui um valor intrínseco pelo qual é necessário salvaguardá-la (...)), no ponto 1.2 («pertença do povo e do indivíduo, a liberdade é um elemento básico da democracia avançada (...)), ou ainda as dos pontos 2.3.1 e 2.3.3. do capítulo III sobre Portugal e o socialismo.

Um problema a debater

Como tudo quanto está nos projectos de Programa e revisão dos Estatutos, tra-

ta-se de um problema a debater e a aprofundar. Afigura-se porém estarmos perante um bom exemplo dos efeitos contraditórios que pode ter o estabelecer paralelos – pior ainda, subordinações – entre conceitos de áreas diferentes. No caso concreto, entre normas de âmbito de direito constitucional e normativos para a vida e acção de um Partido Comunista.

A norma constitucional que consagra o primado dos direitos do cidadão sobre os seus deveres corresponde obviamente a um progresso do relacionamento do indivíduo enquanto cidadão com a sociedade enquanto colectivo. Mais correctamente, do indivíduo enquanto cidadão **com as normas político-jurídicas da sociedade de que faz parte e muito especialmente com o poder político e o Estado.**

Esta relação entre o cidadão e a sociedade apresenta duas características congénitas importantes: por um lado, a sociedade é anterior ao indivíduo e a capacidade de escolha deste face a ela encontra-se grandemente condicionada por uma multiplicidade de factores (desde nascer num país e não noutra, numa classe social e não noutra, ser educado de uma determinada forma correspondente a essa sociedade que tende a reproduzir-se, etc.); por outro, as formas de organização social conhecidas até ao século XX – de exploração do homem pelo homem –, e que sobrevivem, determinam dominações impostas pela própria dominação da sociedade por classes dominantes senhoras do poder político e económico.

O conceito da universalidade dos direitos individuais constitui assim simultaneamente uma defesa do indivíduo enquanto tal e uma defesa contra a imposição indevida de deveres no interesse de minorias sociais em condições de impor à sociedade as normas que as beneficiem. Digamos que a consagração dos direitos individuais e o seu primado deriva e defende a concepção de que a sociedade existe para servir os cidadãos e que é de tal facto que retira a legitimidade para estabelecer normas e deveres que não podem entrar em contradição com aqueles.

Diferenças

É claro que de imediato se apresentam substanciais diferenças entre as situações que se pretendem comparar.

Se ao nascer um indivíduo não escolhe a sociedade em que nasceu, ao inscrever-se num partido político um indivíduo escolheu voluntária e concisamente, fez uma opção a que nada o obrigava. Por outro lado, o próprio facto de ser voluntária essa opção indicia uma evidência: a de haver poucas probabilidades

de contradições essenciais entre ele e o colectivo em que se integrou, uma vez que se as houvesse não a tomaria.

A isto se responderá que estas diferenças não são suficientes para de todo alterar o paralelismo: igualmente quando um indivíduo toma a decisão de se integrar num corpo colectivo fá-lo em função de objectivos e opções pessoais cuja salvaguarda continua a ser necessário assegurar. Um clube desportivo ou um sindicato encontram a sua legitimidade no facto de servirem, de serem úteis aos seus associados, pelo que o seu funcionamento estatutário tem de consagrar esse aspecto básico, isto é, os direitos dos associados. Só porque os tem é que os associados aceitam sê-lo e aceitam deveres que eventualmente a manutenção dessa estrutura impõe – isto é, os deveres são consequência dos direitos.

E ainda, acrescentar-se-á, o facto de teoricamente não existirem contradições *a priori* não significa que elas não possam vir a surgir, pelo que igualmente há que garantir a defesa dos objectivos da estrutura colectiva contra possíveis perversões, sendo embora que esta vertente requer essencialmente a fixação de normas de funcionamento democrático que assegurem não só a participação individual, mas também a participação colectiva e expressão da sua vontade.

Uma questão ética

Sucede porém que a mecânica transposição destes critérios para o funcionamento e concepção do PCP em particular defronta logo à partida uma questão: **trata-se de saber se a razão básica de ser do PCP reside nas vantagens que proporciona aos seus membros, à semelhança do que ocorre com as situações anteriores.**

À evidência, a resposta é negativa. Di-lo a história, di-lo a realidade, dizem-no os artigos que constituem o Capítulo I do projecto de revisão dos Estatutos e muito especialmente os artigos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º.

Definindo-se como uma estrutura cujo objectivo é o exercício da actividade política com vista à transformação da sociedade, é evidente que são tais objectivos, a sua prossecução e o contributo para ela, que estarão na origem da decisão de um indivíduo se tornar membro da PCP – e só eles.

Poder-se-á dizer que a questão é de certa forma eufemística na medida em que o PCP se assume partido de classe, enquanto partido da classe operária e dos trabalhadores. Assim sendo, é evidente que o atingir do socialismo representa **uma vantagem** para os trabalhadores e que é esta vantagem que está na origem da sua integração partidária e da sua militância.

Não parece contudo que a objecção tenha qualquer cabimento: contui presuposto adquirido que o socialismo – que é sem dúvida uma vantagem para os trabalhadores – corresponde a uma transformação da sociedade que não beneficia apenas a classe operária, tal como não poderá ser conseguida apenas por ela. Muito menos poderá ser conseguida exclusivamente pelos comunistas, donde muito menos beneficiará exclusiva ou essencialmente os comunistas.

Este presuposto com evidentes reflexos éticos não tem bases puramente idealistas, antes corresponde a uma visão clara e precisa dos objectivos do Partido e à própria realidade da actividade política revolucionária exigida.

Uma questão política

Ao aceitar o Programa e os Estatutos do Partido (como define o artigo 9.º dos Estatutos), o membro do Partido assume assim, antes de tudo o mais, uma série de compromissos de carácter político e revolucionário que, acima de tudo, envolvem deveres. É lógico e é natural.

Mais ainda, constitui um importante elemento de intervenção política na medida em que corresponde ao que o PCP afirma ser e afirma pretender. Na luta quotidiana e face a outros partidos onde o clientelismo constitui lógica norma de funcionamento, os comunistas têm no seu comportamento ético um trunfo precioso para a sua implantação e capacidade de mobilização.

Esta ética corresponde sem dúvida ao **que de mais profundo e correcto existe no ideário democrático e colhe as suas raízes afinal nas mesmas fontes democráticas e humanistas que alimentam a defesa dos direitos individuais.**

A consagração do artigo 54.º número 2 do projecto de Estatutos da prática de há muito seguida de que «os membros do Partido eleitos para cargos políticos não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente por este facto» integra-se exactamente dentro do mesmo critério e não se torna necessário sublinhar a sua importância na realidade política e no prestígio do PCP.

Naturalmente que não será por um simples ordenamento de artigos estatutários que se garantirá a vigência de princípios de ética e de prática política que todos subscrevemos. Mas parece inteiramente contraditório que esse ordenamento não lhes corresponda e muito mais seria que, em nome de paralelismos com práticas constitucionais gerais, mutilássemos a expressão estatutária da prática e da moral dos comunistas portugueses e que têm constituído factores basilares da construção e da defesa da democracia portuguesa e da sua Constituição. ■

Cartas do Leitor

Tendo em conta a preparação do XII Congresso e o debate em torno dos seus documentos básicos, o «Avante!» vai reabrir nas suas páginas a secção de *Cartas do Leitor*.

A secção está aberta a todos os leitores que queiram enviar a sua correspondência à Redacção do «Avante!» abordando questões relacionadas com o XII Congresso e os temas nele em debate.

À semelhança do que já sucedia com esta secção no «Avante!» e constitui prática comum em toda a imprensa, torna-se necessário estabelecer alguns critérios, nomeadamente com vista a um melhor aproveitamento de espaço no jornal. Assim, fixaremos como limite para cada carta incluída (ou excertos de carta) 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente: os nossos leitores que queiram escrever-nos facilitarão o trabalho da Redacção se desde logo tivessem em conta esta condicionante.

Naturalmente que o autor de cada carta terá de vir identificado, respeitando contudo o «Avante!» o desejo, se expresso, de o nome não ser divulgado.

A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de realizar a selecção que as limitações de espaço imponham, referindo-se contudo sempre a recepção nas nossas páginas. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários.

Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. ■



No privatizar é que está o ganho

Quem não se recorda dos tantos e mais que muitos argumentos favoráveis à desnacionalização de empresas do sector empresarial do Estado batendo na tecla dos prejuízos? Poucos, certamente, porque aí estão todos os dias os arautos privatizantes apregoando em todos os altifalantes que têm à boca isso mesmo: são prejuízos e mais prejuízos, o Estado é mau gestor, não há nada como a privada, etc., etc.

E quer o leitor saber mais? Então repare na entrevista do ministro Mira Amaral da Indústria publicada dia 16 de Setembro no «Semanário económico».

Ele esclarece aí, entre outras coisas, as razões do Governo para privatizar a Companhia Nacional de Petroquímica:

1 — «O *steam cracker* de Sines é o mais novo da Europa e está a trabalhar em óptimas condições»;

2 — «é muito mais aliciante para os grupos internacionais assumirem a gestão ou mesmo comprarem unidades

que se encontrem em laboração em boas condições para responderem às solicitações do mercado»; 3 — «o mercado está em alta» e «há um clima favorável para se ganhar dinheiro na actividade petroquímica».

Por tudo isto, «obviamente que, logo que a Constituição seja revista, o Governo pode encarar a venda da quota pública da CNP» e «nada justifica a manutenção do complexo petroquímico na posse do Estado».

Depois de um esclarecimento destes, alguém é ainda capaz de negar que no privatizar é que está o ganho? Pelo contrário, até se consegue ver logo de quem é esse ganho.

Que culpa temos disso?

Pela leitura de uma das últimas edições de «Astrosete» ficámos um pouco mais esclarecidos sobre a personalidade do primeiro-ministro.

Não que houvesse muitas novidades. Diz a revista que os astros afirmam ter Cavaco um excesso de ambição e um temperamento rude. Não são novidades.

Pontos Cardeais

Novidade é que o autoritarismo do primeiro-ministro tem qualquer coisa de edipiano.

Por um lado, a «vontade desmedida — e sempre inconfessável — de superar o pai ou o seu arquétipo». Por outro «a autoridade fria e distante de que o próprio foi, provavelmente, vítima por parte da mãe, durante a infância».

Tudo bem. A cada um os seus problemas. Mas por que raio temos de ser nós a sua terapia?

Help!

Na Madeira parece que as coisas andam um pouco de pernas para o ar, neste tempo de eleições regionais. Ainda há pouco tempo o actual presidente do Governo Regional, João Jardim, se queixava de que o maior partido do arquipélago era o partido da... abstenção. Deve

ser por ter meditado tanto nisto que, receando que esse tal «partido» se desloque para algum lado que não o seu (dele, Jardim), o chefe do PSD madeirense pôs a circular um cartaz, com um apelo urgente: «Ajude-me!», pede Alberto João.

Ora, quando, pela voz do PCP, se sabe que, por exemplo, «apenas 40 por cento da população da cidade (do Funchal) usufruiu da rede de água canalizada em sua casa», fica-se um momento na dúvida — que tem mesmo necessidade de ajuda?

No fim de contas, talvez Alberto João Jardim tenha mesmo razão. A população da Madeira há-de saber ajudar-se a si própria votando em quem defende os seus interesses. E o PSD, cada vez metendo mais água, há-de continuar por bom tempo a gritar por ajuda...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Sobe e desce

Diz o Governo em abstracção total, que está a subir o salário real.

O povo, esse, ao ver o fundo à caixa, acha que realmente o seu salário baixa...

E a economia? O Governo diz que cresce mas a distribuição da riqueza, essa é que desce...

Quanto à inflação, a palavra da moda, o Governo garante que está a descer à força toda.

Mas quem trabalha e olha a realidade vê que ela sobe em grande velocidade...

Vejam o desemprego. Ouvimos o Cavaco dizer que ele desce, desce, naco a naco.

Mas cada vez mais gente doutra forma responde: quer trabalhar e não encontra aonde...

E neste dia a dia, carrocel com tais sobes e descas a granel,

a estrela de Cavaco é que está a baixar e está a subir a afronta popular!

Anedota

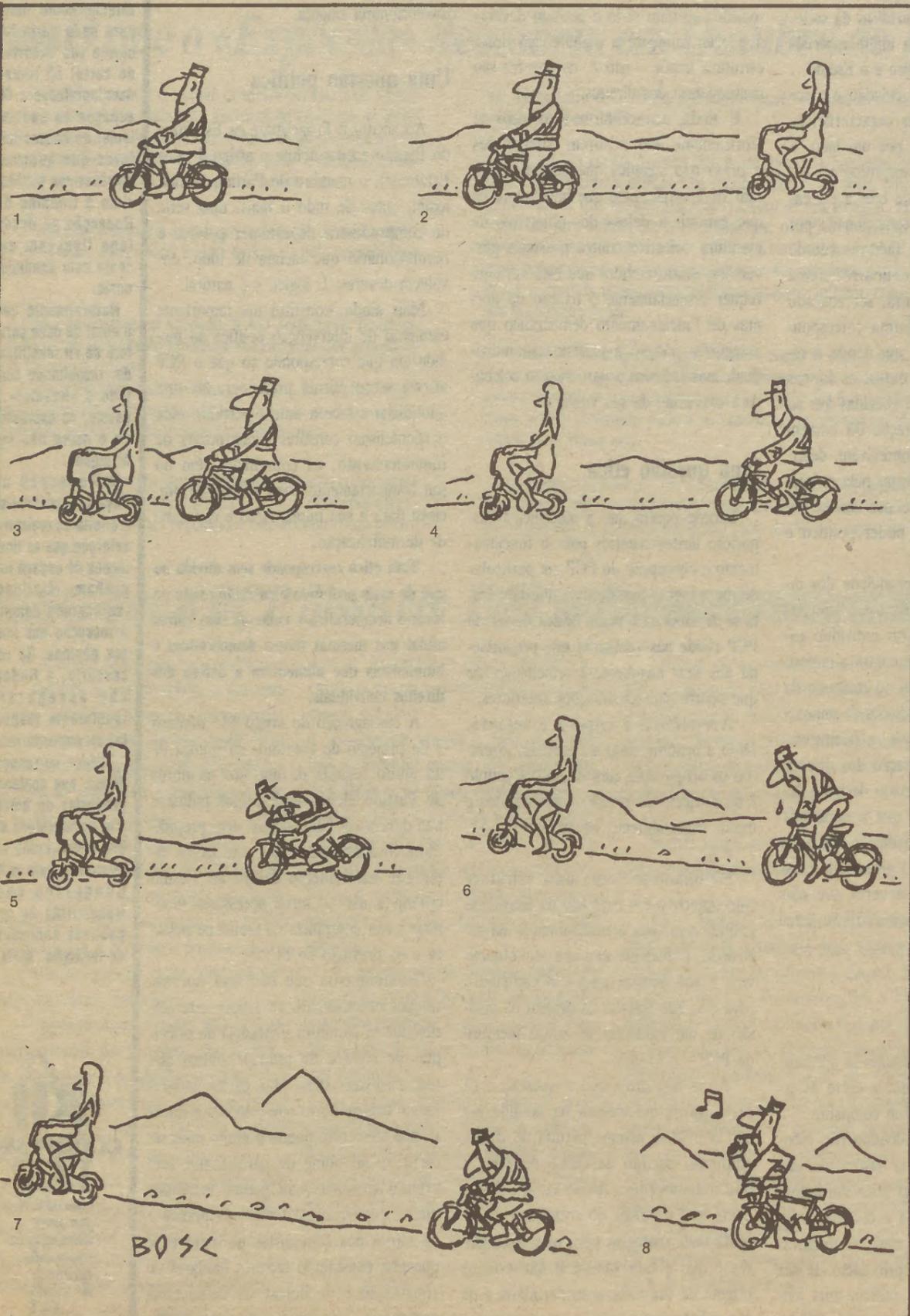
Foi Cavaco passear por Ílhavo e por Ovar por Mira, no litoral. Houve até quem lhe dissesse: — Nós não estamos, parece, no período eleitoral...

O Cavaco, superior, riu, com o sorriso melhor que achou entre as velharias. Depois, franzindo o sobrolho: — Alto, eu cá por mim não olho a tamanhas ninharias...

Buracos

São buracos, são buracos mais buracos na mantilha são buracos nos cavacos com que Cadilhe cadilha são buracos de espavento são buracos no orçamento buracos cheios de vento nos negregados carris do engenheiro Abecasis mais buracos na corrupção buracos na inflação buracos na economia buracos na construção mais do que horas tem um dia são os buracos fiscais são buracos tais e tais buracos nos hospitais são buracos na virtude também na legalidade buracos em toda a estrada que mais nos parece um brejo buracos na barretada que quer ferir o Alentejo são buracos, são buracos no projecto feito em cacos...

... e à conta desses buracos lá no cavacal recinto estão os portugueses mais fracos com mais buracos no cinto...



Agenda

Avante!

Ano 58 - Série VII
N.º 771

7 de Outubro de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Sexta

• AVEIRO

Plenário concelhio de Anadia — 21.00, CT Anadia; dos concelhos de Arouca e Sever do Vouga — 21.30, sala do Café Miramar, Castelões, Silva Escura; dos sectores de Professores, Função Pública e Saúde do concelho de Aveiro — 21.00, CT de Aveiro; da freguesia de S. Paio de Oleiros — 21.00, Escola Primária; das freguesias de Ovar, S. João de Ovar, Válega e S. Vicente de Pereiro e do concelho de Murtoza — 21.30, CT Ovar.

• COIMBRA

Reunião plenária da Com. Concelhia de Soure — 21.30, CT de Soure; da célula da Centralcer/Coimbra — 18.00, CT Coimbra; da organização local da freguesia de Arzila — 21.00; da organização local de Póvoa/S. Martinho do Bispo — 21.00; da org. local de Corujeira/S. Martinho do Bispo — 21.00.

• LISBOA

Plenário da célula do BESCL; de escolas do Ensino Superior/Professores; de Quadros da Zona Norte do concelho de Loures; do Comité Local de Carnaxide; da célula do Laboratório Militar — 18.15, CT Beato; da célula OGFE — 18.30, CT Alfama; da organização de Olivais Sul — 21.00, Escola Fernando Pessoa; da freguesia de S. João/Lisboa — 21.00, salão da Junta de Freguesia; da freguesia de Santo Condestável — CT Pedro Soares; de militantes de Alverca — 21.00, CT Alverca; de camaradas da Mague residentes em V. Franca — 21.00, CT Vila Franca de Xira; de quadros da Zona 1 de Vialonga — CT de Vialonga; de militantes de Alhandra — 21.00, CT de Alhandra.

• PORTO

Plenário da célula da Unicer — 21.00, CT da Boavista; da célula da Efacec — 21.30, CT da Boavista; da célula dos psicólogos — 21.30, CT da Boavista; da célula dos hospitais psiquiátricos — 21.30, CT da Boavista; da Comissão de Freguesia de Águas Santas — 21.30, CT Areosa.

• SETÚBAL

Plenário das organizações de Paiol e Morgavel/Sines — 20.30, CT Sines; da célula dos trabalhadores das autarquias de Alcácer do Sal — 17.30, CT Alcácer do Sal; da organização local de Casebres — 20.30, CT Casebres.

• VIANA DO CASTELO

Debate aberto a todos os militantes — 21.30, CT Viana do Castelo; plenário concelhio de Viana do Castelo — 21.30, CT;

da zona das Neves/Viana — 21.30; da célula dos Estaleiros — 21.30; da organização de Arcozelo — 21.30.

• VISEU

Reunião da organização da freguesia de Ranhados/Viseu — 21.00, CT Viseu; reunião alargada da Comissão de Freguesia de Vila Maior/S. Pedro do Sul — 21.00.

Sábado

• AVEIRO

Assembleia plenária do concelho de Águeda — 21.00, CT Águeda; das freguesias de Cacia, Eixo, Requeixo e Eiro, e das células da Portucel, Casal, Juventude, Dirigentes e Funcionários Sindicais — 15.00, CT Aveiro; concelhia de Castelo de Paiva — 10.00, cinema da Casa do Pessoal das Minas do Pejão, Castelo de Paiva; da freguesia de Argoncilhe — 21.00, Escola Prim. de S. Domingos/Argoncilhe; dos concelhos de Ilhavo e Vagos — 14.30, CT Ilhavo; das freguesias de Esmoriz, Cortegaça, Maceda e Arada, e das células da Lusotufu e Sicor/Ovar — 21.30, CT Ovar; da célula da Rabor — 21.30, CT Ovar; concelhia de Oliveira de Azeméis — 21.30, Esc. Preparatória; concelhia de S. João da Madeira — 15.00, CT S. João da Madeira.

• COIMBRA

Reunião plenária da organização local da freguesia de S. Paulo de Frades/Coimbra — 21.00; da célula da CDL/Coimbra — 16.00, CT Coimbra; da organização local de Fala/S. Martinho do Bispo — 16.00; da freguesia de S. Bartolomeu/Coimbra; da organização local dos bairros de Arregaça e Verde Pinho/S. António dos Olivais; do Sector Camponês do distrito de Coimbra — 15.00, CT Coimbra; da freguesia de Azeite/Tábua; das empresas do Sector Químico da Figueira da Foz — 15.00, CT Foz; de quadros da organização concelhia de Mira — 21.30.

• LISBOA

Plenário de Quadros da Zona Ocidental de Loures; da célula de Mira Sintra; da célula da Autocoop; da célula de empresa de Alhandra — 15.00, CT Alhandra; das células da Synres e Vitameal — 9.00, CT Beato; das organizações de Olivais Velho e Quinta das Laranjeiras — 15.00, CT Moscavide; da organização da freguesia de Arroios — 15.00, CT de Arroios; da organização da freguesia de Campolide — CT de Campolide.

• PORTO

Reunião plenária da célula da Sepsa — 15.00, CT Boavista; da célula do porto de

Leixões — 21.30, CT Boavista; da célula da Sitenor — 15.30; da Dir. do Sector Intelectual do Porto — 15.00, CT Boavista; da Dir. dos Metalúrgicos do Porto — 10.00, CT Barão de S. Cosme; da Dir. dos Gráficos do Porto — 15.00, CT Barão de S. Cosme; do Executivo das Empresas da Maia — 15.00.

• SETÚBAL

Assembleia plenária da freguesia de Sarilhos Pequenos e Gaio Rosário — 21.00, CT Sarilhos Pequenos; do Sector de Segurança Social e Saúde de Alhos Vedros — 21.00; das células de empresas de Confecções e Corticeiras de Alhos Vedros — 21.00, C5 Alhos Vedros.

• VIANA DO CASTELO

Plenário da Organização de Ribelra/Ponte de Lima — 21.30; da organização de Valença — 21.30. Debate aberto a todos os militantes — 21.30, CT Viana do Castelo.

• VISEU

Plenário da célula da Empresa Nacional de Urânio/Nelas — 21.00; de militantes da cidade de Viseu — 21.00, CT Viseu; da organização de freguesia de Rio de Loba/Viseu — 21.00; dos militantes de Trexedo, Gestosa e Vila Pouca/Santa Comba Dão.

Domingo

• AVEIRO

Plenário da organização de freguesia de Esgueira e das células da Renault e dos Estaleiros de S. Jacinto/Aveiro — 10.00, CT Aveiro; das organizações das freguesias de Fiães, Lourosa, Caldas de S. Jorge, Sanguedo, Lobão, Canedo, Glão, Gulzande, Vale e Vila Maior — 9.00, Escola Primária do Monte das Pedreiras/Fiães.

• COIMBRA

Reunião plenária da organização de freguesia de Covas/Tábua; dos militantes do concelho de Vila Nova de Poares — 15.00, CT; da organização local de Leirosa/Figueira da Foz — 10.00.

• LISBOA

Assembleia plenária da organização da freguesia de Moscavide; plenário das células de bairro de Alguirão-Mem Martins; plenário da célula da Efacec.

• SETÚBAL

Plenário dos organismos de dir. da Construção Civil e Sindical, da EDP, APS, GAS, Fialho Júdice e A. Velga/Sines — 15.00, CT Sines.

• VIANA DO CASTELO

Plenários em Monção, Melgaço e Ar-



Reuniões para discussão do Projecto de Programa do PCP e do Projecto de Alterações aos Estatutos do PCP propostos pelo Comité Central.

cos de Valdevez (Vila) — todos às 10.00.

• VISEU

Reunião de militantes da freguesia de Cota/Viseu — 15.00; da freguesia de Munda/Viseu — 10.00; da organização da freguesia de Armamar — 20.30; de militantes de Avões e Ferreiros — 20.30, salão da Junta de Freguesia de Avões; da organiza-

ção local de Farejinhos/Castro Daire — 20.00; dos militantes do concelho de Mortágua — 15.00, CT Gândara; da freguesia de Paços de Vilariques/Vouzela — 15.00.

Segunda

• BRAGA

Em Barcelos, primeiro debate de uma série organizada pela Comissão Concelhia

acerca dos projectos de Programa e de Alterações aos Estatutos.

• COIMBRA

Plenário da célula sindical da Função Pública/Coimbra — 17.30, CT Coimbra.

• LISBOA

Plenário da célula da J. B. Fernandes — 18.30, CT Marvila; do organismo de di-

recção do Sector Público.

• PORTO

Assembleia plenária da célula dos engenheiros — 21.30, CT Boavista; do Sector Cultural — 21.30, CT Boavista.

• SETÚBAL

Em Sines, reuniões plenárias das células dos CTT e PMCI's — 21.00, CT Sines.

• VIANA DO CASTELO

Plenários em Ancora/Caminha e Cerveira — ambos às 21.30.

Terça

• LISBOA

Assembleia Plenária dos Aposentados da Função Pública; do sector Ensino Especial do Sind. Professores; das organizações de Patameiras, Lima Pimentel e Pombais, todas do concelho de Loures; dos Reformados de

Algés e Cruz Quebrada; da célula da Informática do concelho de Oeiras; da célula da UTIC — 18.30, CT Moscavide.

• PORTO

Reunião plenária da organização dos professores do Ensino Superior — 21.30, CT Boavista; da Comissão de Zona das Antas — 21.30.

• SETÚBAL

Reunião do Sector Intelectual do concelho de Alcácer do Sal — 21.00, CT Alcácer do Sal.

Quarta

• LISBOA

Plenário da célula da Centralcer — 18.00, CT Vialonga; dos eleitos da CM da Amadora; do LNEC; da célula do MEC; da célula do MIE; do sector de Artes Plásticas; do Teatro; dos bairros Gulbenkian, Abreu Lopes, Avelar Brotero, Codivel, Q. Mendes — todos do

concelho de Loures; da célula dos eleitos da autarquia do Cacém; da célula do Metropolitan; da Manutenção Militar — 18.15, CT Beato; de células de empresa da 5.ª Zona do CLL (Mercato, Viuva Lamego, Minastela, Baldacci) — 19.00, CT Benfica; de comissionistas — 21.30, CT Duque Loulé.

• PORTO

Reunião da célula dos engenheiros técnicos — 21.30, CT Boavista; da organização dos professores do Porto — 21.30, CT Boavista; da Comissão de Zona de Azevedo — 21.30.

• VIANA DO CASTELO

Plenários em Magalhães e Vila/Ponte da Barca — 21.30; em Areosa/Viana do Castelo — 21.30.

• VISEU

Em Oliveira de Frades, plenário concelhio de militantes — 21.00.

Projecto de
Programa do PCP
Portugal:
uma democracia avançada
no limiar do século XXI

XIII congresso PCP

(Documento proposto pelo Comité Central para debate em todas as organizações)

• Participar
• Intervir
• Propor



TV O Programa

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.20 - Telenovela «Selva de Pedra» (126.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Série «A Herança dos Guldenbergs»



14.15 - Imagens da Arte Portuguesa
15.00 - Festival Internacional de Knokke
16.00 - Brinca Brincando
17.00 - Ponto por Ponto
17.50 - Little Roma
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Passerelle»
20.50 - Homens da Segurança
21.40 - Série «Brasil»
22.05 - Tribunal de Polícia
22.35 - 24 Horas
23.05 - Remate

23.15 - Pela Nite Dentro «O Dia da Realidade», real. Joseph Sargent (EUA/1983)

RTP2

14.30 - Filhos e Filhas
14.55 - Agora, Escolha!
16.25 - Trinta Minutos Com...
16.55 - Helena
17.35 - Série «Os Mistérios da Lua»
18.00 - Basquetebol Americano
19.00 - Totally Live
19.55 - O Fugitivo
20.45 - Cem Grandes Quadros
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Clube de Jornalismo
22.05 - Série «A Demissão» (últ.º epis.)
23.30 - Troféu

Sábado

RTP1

10.00 - Juventude e Família
11.30 - Sorteio Europeu de Lotarias Nacionais
12.30 - Sing Sala Bim!

13.00 - Notícias
13.10 - Documentário
13.55 - Parlamento
14.25 - Our Hospitaly
15.35 - Sessão da Tarde «Esperança»
17.20 - Desenhos Animados
17.45 - A Sombra do Kilimanjaro
18.15 - Vivamúsica
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Boletim Meteorológico
21.25 - Série «Alf»
22.05 - Turismo, Passaporte para a Paz
00.45 - Cinema da Meia Noite «Tubarão», real. Steven Spielberg (EUA/1975)

RTP2



10.00 - Compacto «Selva de Pedra»
16.00 - Troféu
20.00 - Music Box
20.50 - Sete Folhas Especial
21.40 - Série «Hill Street»

22.30 - Concorde ou Talvez Não

24.00 - Música n'América

Domingo

RTP1

10.00 - Juventude e Família
11.15 - Missa
12.05 - 70X7
12.30 - TV rural
13.00 - Notícias
13.10 - Série «A Aliança»
14.00 - Série «Terra X»
14.45 - Primeira Matiné: «O Tesouro do Barba Rubra»
16.15 - Série «O Cavalo»
16.50 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série «O Justicheiro»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.45 - Série «Mala de Cartão» (1.º epis.)
21.50 - Série
22.55 - Domingo Desportivo

RTP2

10.00 - Troféu
13.00 - Music Box
14.00 - Caminhos

14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Troféu
17.15 - Ideias e Negócios
18.05 - Série «A Bela e o Monstro»



19.00 - World Drums
20.00 - Série «Quem Sai aos Seus...»
20.25 - Artes e Letras - Jacques Brell
21.55 - Cineclub «A Vitela» (Espanha)

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde



13.30 - O Império de Carson
14.30 - Um Amigo Especial
15.00 - Festival Internacional de Knokke
16.00 - Rotas do Extremo Oriente
16.30 - Ponto por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.25 - Tempo Moderno
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Passerelle»



20.50 - Série «Norte e Sul» (1.º epis.)
22.00 - Série «A Passagem para o Índico» (1.º epis.)
23.00 - 24 Horas
23.30 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Telenovela «Helena»
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.05 - Histórias Amargas
19.00 - Music Box
19.55 - O Fugitivo
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Série «Maude» (1.º epis.)
22.05 - Conta Corrente
22.30 - Teatro Português: «A Inimiga dos Homens»

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas
14.10 - Série «Histórias Fantásticas de Ray Bradbury»
15.00 - Billy Preston

16.00 - Série «The Last Frontier»
16.30 - Ponto por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.25 - Tempo Moderno
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Telenovela «Passerelle»



20.50 - Série «Modelo e Detective» (1.º epis.)
21.35 - Primeira Página
22.35 - Tribunal de Polícia
23.05 - 24 horas
23.35 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Primeiro Andamento
16.25 - Série «Lá em Casa Tudo Bem» (reposição)
16.55 - Telenovela «Helena»
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Music Box
19.55 - O Fugitivo
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Montra de Livros
21.35 - Maude
22.05 - Cinemadois

Quarta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela «Selva de Pedra»
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Fama
14.30 - A Viagem do Mimi
15.00 - Concerto - Herbie Mann
16.00 - Missões de Paz
16.30 - Ponto por Ponto
17.30 - Brinca Brincando
18.25 - Tempo Moderno
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Vamos Jogar no Totobola
20.35 - Telenovela «Passerelle»



21.30 - Lotação Esgotada «A Calúnia», real. Sidney Pollack, interpr. Paul Newman e Sally Field (EUA/1981)
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate
23.45 - Proclamação (directamente do Santuário de Fátima)

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora, Escolha!
16.55 - Telenovela «Helena»
17.35 - Trinta Minutos Com...
18.05 - A Rota da Seda
19.00 - Music Box
19.55 - O Fugitivo
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Montra de Livros
21.35 - Maude
22.05 - Série «Joana»
22.55 - Fantasia e Realidade

PORTUGAL E A CEE HOJE

**Documentos
do Encontro Nacional do PCP
sobre a CEE**

Mais um volume da nova colecção «Contribuições para o XII Congresso do PCP». 126 páginas com a principal documentação do Encontro Nacional do PCP sobre a CEE realizado em 18 de Junho de 1988.

Índice:

- Situação actual na CEE, J. Barros Moura.
- Alguns aspectos dos primeiros dois anos e meio de adesão, J. Miranda da Silva.
- Balanço da integração da agricultura portuguesa na CEE, Rogério de Brito.
- Cooperação política europeia e política externa, Albano Nunes.
- Portugal face à realidade alterada - CEE, Carlos Carvalhas.
- Desafio político-ideológico da CEE, C. Aboim Inglês.
- Eleições para o Parlamento Europeu, Luís Sá.
- Sector Empresarial do Estado, J. Pina Moura.
- Gestão do processo de integração pelo Governo Cavaco Silva, Carlos Brito.
- Intervenção de encerramento, Domingos Abrantes.
- Portugal e a CEE hoje. Contribuição para as Teses do XII Congresso do PCP (documento de trabalho).

Cinema

A seleção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Frenético	—	★★★	★★★	★★	★★★
B	Olhos Negros	—	★★★★	—	★★★★	—
C	Tempos Difíceis	—	—	—	★★★★	—
D	A Última Tentação de Cristo	—	★★★★★	—	★★★	—

A — Real. Roman Polanski — em Lisboa: Amoreiras (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também às 23.30), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).

B — Real. Nikita Mikhalkov — em Lisboa: Las Vegas (14.00, 16.15, 18.45, 9.00, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30).

C — Real. João Botelho — em Lisboa: Amoreiras/7 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45).

D — Real. Martin Scorsese — em Lisboa: Alfa/3 (15.15, 18.15, 21.30, 00.30), Apolo 70 (15.15, 18.15, 21.30), Mundial/2 (15.15, 18.15, 21.30), S. Jorge/3 (14.30, 17.45, 21.00).

Classificação de ★ a ★★★★★



Teatro

O Cartaz

- LISBOA**
 - Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a dom. às 21.45. **Maria! Não me Mates que Sou tua Mãe!**, de Camilo Castelo Branco, adapt. e encen. de Fernando Gomes. — De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **Édipo Rei**, de Sófocles, enc. João Mota, pelo Teatro da Comuna. — 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00: **Nora**, de Gonçalo Fernandes Trancoso, pelo grupo O Bando.
 - Casa dos Tabuenes, R. Poiais de S. Bento, 75-B, 2.º — 5.ª, 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvana Pereira, pelo Teatro Maizum.
 - Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., 21.30. **O Baile**, adapt. e encenação de Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.
 - Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 3.ª, 4.ª e 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb., às 20.00 e 22.30, dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, Mário Zambujal, José Duarte.
 - Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.
- PORTO**
 - Teatro (Rua do Heroísmo, 86). De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 17.00 e 21.30. **Interlúdio Cómico**, enc. António Capelo.
- ESTORIL**
 - Teatro Mirita Casimiro. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **D. João no País das Delícias**, de Norberto Ávila, pelo TEC.
- ÉVORA**
 - Teatro Garcia de Resende. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Moderado**, de Adamov, enc. Luis Varela — pelo Centro Cultural de Évora.

...e ainda

Música, debates, etc.

Exposições

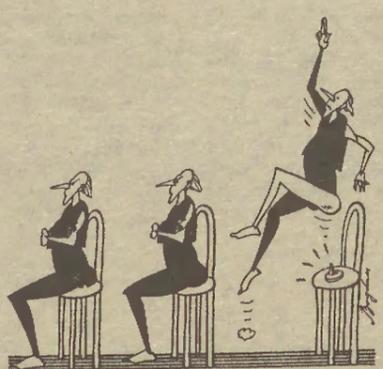
Música Antiga

Como é habitual, a Fundação Gulbenkian antecede a abertura da sua temporada de música com um Festival de Música Antiga, que este ano se prolonga de hoje a dia 16. O primeiro espectáculo, a apresentar hoje às 18.30 e amanhã às 21.30, no Grande Auditório, é preenchido com a versão de concerto da ópera de Monteverdi Il Ritorno d'Ulisse in

do programa: obras de Perti, Torelli, Leal Moreira e Marcos Portugal. Preços: no Grande Auditório de 700\$00 a 1000\$00; noutros locais preço único 600\$00.

Mais Música

Em Almada está a chegar ao fim a Quinzena da Música organizada para assinalar o Dia Mundial da Música, comemorado no



Em Lisboa, no Coliseu dos Recreios, hoje e amanhã e domingo às 21.30, música e dança de Espanha num espectáculo denominado **Antologia da Zarzuela**. Preços dos bilhetes: 1250\$00, 2500\$00 e 3000\$00.

Também no Coliseu mas nos dias 12, 13, 14 e 15, uma vez mais **Gal Costa**.

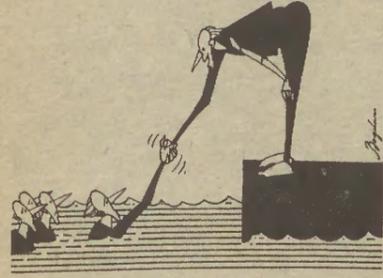
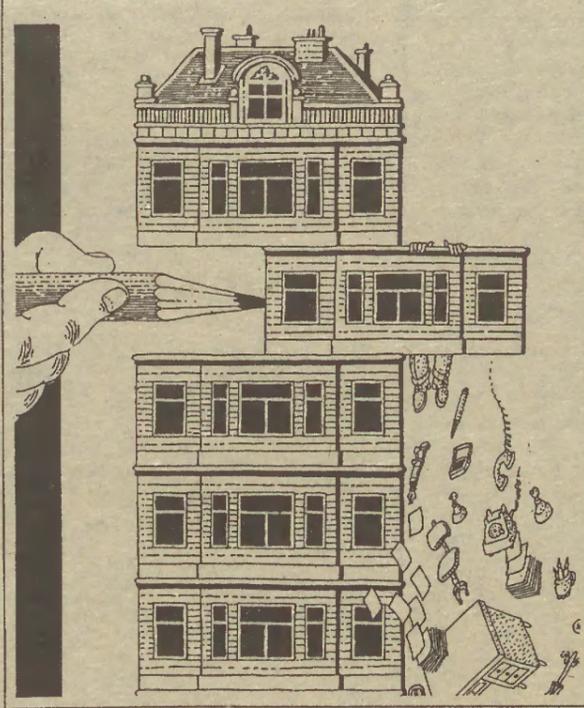
No Hot Clube de Portugal (Pç. da Alegria), jazz — hoje e amanhã pelo sexteto de **Naná Sousa Dias**.

No Barreiro, amanhã às 21.30, no Salão Nobre da Câmara, um concerto pelo **Miso Ensemble**, que fará na ocasião a apresentação do seu primeiro disco.

Convívio na UPPSS

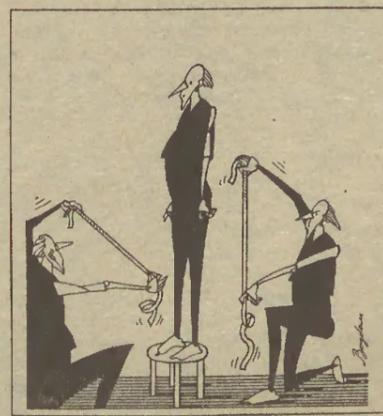
Jornadas de convívio e apoio ao caderno reivindicativo do MUR-PI, no Centro de Dia da Associação de Re-

formados (Alameda D. Afonso Henriques, 72, 2.º), têm início no próximo domingo e continuam no dia 14 — neste dia com um almoço para que foram convidados o Marechal Costa Gomes e Dr. Silas Cerqueira e durante o qual se prestará homenagem a dois antifascistas recentemente desaparecidos: Francisco Miguel e Gabriel dos Santos Gomes.



Patria, com cantores solistas e a **Tafelmusick Baroque Orchestra** (Canadá), dirigidos pelo maestro Alan Curtis. No domingo o concerto realiza-se no Palácio Nacional de Queluz às 21.30 e é preenchido com interpretações de obras de Purcell, Händel, Boyce e D. Scarlatti pela **London Baroque** e um elenco de cantores solistas sob a direcção do maestro Charles Medlam.

passado dia 1 — uma iniciativa do Centro Cultural e da CM de Almada. Dos concertos ainda a realizar, destaque para o de amanhã, sábado, às 18.00, no Teatro Academia, com o **Quarteto de Jazz de Carlos Martins**, e para os de domingo, no mesmo local: às 18 horas com o **Coro Banda AIRFA** e às 21.30 com o **Coro Gulbenkian**.



- LISBOA**
 - Alberto Carneiro** — Escultura recente em madeira. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 11. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 20/10).
 - Amie Yoes** — Escultura. Ga. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 30/10).
 - Carlos Medeiros** — Fotografia. Alliance Française, Rua Brancamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª feira das 10.00 às 19.00 (até 13/10).
 - Cindi Sherman** — Fotografia. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais, 1B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.00 (até 22/10).
 - Colectiva de alunos da António Arroio** (ano lectivo 87/88). Na António Arroio, de 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00 (até 7/10).
 - Colectiva de artes plásticas** — Gal. 111 (Campo Grande, 113). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13.00 e das 15 às 19.00; sáb. das 10 às 13 (até 15/10).
 - Colectiva de pintura** — Gal. Ditec (av. da Igreja, 46A), de 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30 (até 10/10).
 - Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro** — no Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.
 - Conceição Pedro** — Pintura. Gal. Novo Século (R. O Seculo, 23 A). De 3.ª a sáb. das 14 às 20.00 (até 11/10).
 - Dale Chihuly** — «Objectos de Vidro». Galerias das Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. Berna.
 - Dora Iva Rita** — Pintura. Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 11/10).
 - Escultura Portuguesa dos Séc. XIII a XVIII**, Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes (até Março 89).
 - Esperanza Huertas** (Espanha) — Pintura. Galerias das Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. Berna.

- Gertrudes Ildefonso** — Pintura. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 17.30, sáb. e dom. das 16.00 às 20.00 (até 14/10).
- Jaime Silva** pintura, e **António José Matos** — escultura. Gal. Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00; sáb. e dom. das 15.00 às 19.30.
- João Cruz Rosa** — Desenho. SNBA/Gal. Arte Moderna (R. Barata Salgueiro, 36). De 3.ª a dom. das 14 às 20.00 (até 8/10).
- Jorge Freire** — Pintura. Gal. Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 31/10).
- Maluda** — retrospectiva da obra gravada. Forum Picoas (até 13/10).
- Ouirivesaria Portuguesa** («Linguagem dos nossos ourives (séc. XII/XIX)» e «Linguagem dos novos materiais»). Galeria do Palácio da Ajuda (até 9/10).
- Ruben Nakian** (escultura) — Na Gulbenkian, das 10 às 17 horas; encerra à 2.ª, e à 4.ª e sáb. de manhã (abrindo até às 19). (até 13/11).



- OUTRAS LOCALIDADES**
 - Paulo Sérgio** — «Vestígios da Arquitectura do Sul», fotografia. Gal. Almadate, Av. 25 de Abril, 53. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 19.00 (até 15/10) ALMADA.
 - 1.ª Bienal Municipal de Gravura** (obras a concurso e artistas convidados) até 30/11, Galeria Municipal/Recreios Desportivos — AMADORA.
 - Maria Alcina** — Pintura. Gal. a Grade, R. dr. Alberto Souto, 7. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 19.00, sáb. das 9.00 às 13.00 (até 14/10) AVEIRO.
 - Gravura Portuguesa Contemporânea** Gal. Arcada, Arcadas do Parque. Todos os dias excepto à 3.ª, das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 — ESTORIL (até 9/10).
 - Bienal de Artistas de Leiria**. Até 23/10, Castelo de LEIRIA.
 - Loures em imagens do passado — A memória das coisas** — (recolha fotográfica e etnográfica) — até 10/12, de 3.ª a dom., das 10 às 17 horas, no Museu Municipal/Casa do Adro — LOURES
 - Manuel Oliveira** — pintura; **Ernesto de Sousa** — fotografia. Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 26/10) PORTO.

Tempo

Fim de Semana



Para o fim-de-semana: céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do Norte, a partir da tarde. Vento geralmente fraco, neblina ou nevoeiro matinal. (Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

A mesma orquestra apresenta-se no Palácio Nacional de Queluz na terça-feira às 21.30 com um segun-

a TV

Quem assume a responsabilidade?

Eu nem sei de vergonha como o conte!

No passado domingo, antes da corrida de Fórmula 1, no autódromo do Estoril, meninos e meninas da nossa «melhor sociedade» resolveram brincar aos automobilismos e organizar um torneio que eles próprios intitularam a «corrida das celebridades».

Entre vários outros, lá estavam Francisco Balsemão, Ferraz da Costa, Miranda Calha, Carlos Monjardino, Tomás Taveira, Basílio Horta, etc., cada qual tripulando o seu bólido de estimação... ou de serviço.

Que os senhores empresários e afins se queiram divertir, é lá com eles, eles até acharão que possuir um bólido é pouco, esperam ter muitos mais se os seus ventos soprarem com mais força.

Só o que eu acho estranho é a Televisão transmitir o acontecimento em directo, dando assim importância nacional ao que não passava de mera brincalhotice de empresários e outros amantes do «high life», os alegres cavaleiros da «modernização» do País...

Mas pronto. A RTP transmitiu, a RTP satisfez o gosto de amigos e amigalhões, deu tempo de antena aos ansiosos da promoção. Foi feio, foi de muito mau gosto, foi gozar com os portugueses. Mas o pior, sendo a RTP o que é, ainda não está aí. Ninguém mais do que a RTP tem o condão de fazer algo pior do que aquilo que já fez, por muito mau que tivesse sido.

O máximo foi o hino português tocado após a brincadeira, gostosamente veiculado pela RTP!!! Para a RTP, tão ciosa dos «valores» e «tradições nacionais», que já lhe deram álbis para medidas arbitrárias, será que o Hino Nacional não merece o mínimo de consideração? E os senhores do «high life» podem manusear a bandeira nacional como se fosse a toalha dos seus lautos banquetes?

Quem responde por tamanha ofensa?

Já abriu o período eleitoral?

O escândalo. Em cada dia que passa o escândalo torna-se maior. Assistimos, a todas as horas, em todos os noticiários, à propaganda política, já com vistas às próximas eleições autárquicas. Ou seja: enquanto os outros partidos têm de esperar pelo seu «tempo de antena», o PSD já vai lançado na operação com toda a força — e à custa do nosso dinheiro...

A viagem de Cavaco Silva pelo distrito de Aveiro foi qualquer coisa de descaramento máximo. Ele nem se deu ao trabalho de disfarçar um bocadinho! Esta gente anda pela televisão como em casa própria. E isso não contribui, em nada, para um mínimo de respeito pela informação da TV.

Noutros aspectos, a parcialidade é igualmente chocante. Por exemplo: o debate de ideias desapareceu quase por completo. Apenas no **Jornal de Sábado** se reservam dez minutos (!) para um «frente a frente» em que, ainda assim, as manobras são indistigáveis.

Vejamos, como simples exemplo, o que sucedeu com o ex-mrpp Fernando Rosas e o jurista Arsénio Nunes.

Rosas longamente intervém; Arsénio Nunes contrapõe; Rosas efectua novo ataque, com levantamento dos velhos, estafados fantasmas anticomunistas, pondo em causa conceitos expostos pelo outro participante. Pois quando Arsénio Nunes se preparava para intervir, Cerqueira tirou-lhe esse direito, com o argumento de que «esta conversa já vai longa»...

Arsénio Nunes ficou siderado. Nem queria acreditar. Nem eu, que já estou habituado a estas situações. Convidam-nos e depois tratam-nos assim.

Anote-se que aquele ex-mrpp aparece de quando em quando na RTP. Apreciam-no muito...

Isto é ou não terrorismo?

A informação da RTP reservou para si o direito de classificar uma acção de terrorista ou não terrorista.

A actividade da população árabe em defesa contra a repressão israelita, aí está para a RTP uma acção terrorista. Terrorista, por outro lado, nunca é a bestialidade israelita...

«Terrorismo» nunca foi palavra utilizada para se referirem à Unita e à Renamo...

Repare-se neste último exemplo: bandidos afegãos (que na RTP são amavelmente tratados por «guerrilheiros») lançam um foguetão contra a população de Kabul. Resultado, 25 mortos e duas centenas de feridos graves...

Terrorismo puro, sem margem para qualquer dúvida. Qual é o interesse militar em matar mulheres e crianças? Por que absurdo se entenderá que um guerrilheiro mate a população em que, segundo o entendimento de guerrilha, os combatentes deviam estar inseridos?

Mas a informação na RTP vai mais longe na infâmia, ao procurar inculcar que a acção está legitimada por se entender que ela se dirige contra a presença soviética! Qualquer pessoa razoável e honesta pergunta o que é que isso tem a ver com o assassinio indiscriminado de civis?!

De facto, há um tipo de terrorismo na «informação» ao serviço do encobrimento do terrorismo mais sórdido...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A tão propagandeadada «eficácia» do Governo de Cavaco Silva está a desmoronar-se como um baralho de cartas, com a generalidade da Comunicação Social — mesmo a que geralmente funciona como megafone da propaganda governativa — a deixar chegar às suas páginas o alarme do desastre. Isto porque factos são factos, sobretudo quando eles entram pelos bolsos adentro de cada um e sem contemplanções por ninguém — nem mesmo pelos que tão zelosamente têm procurado coreografar o «paraíso cavaquista»...

Pelo que se vai lendo, afinal o Governo falhou em tudo — no crescimento, no emprego, na inflação, na balança de pagamentos... E a crise alastra: nas pescas, ao aumentar-se a importação para «salvar» os índices oficiais de inflação, no nível de vida, com Lisboa a transformar-se na capital europeia com mais baixo poder de compra e por aí fora, que ainda a procissão vai no adro...

Falhou em tudo!

(...) Bom, até determinada altura, tudo correu bem. O ritmo de crescimento dos preços desceu mesmo de forma acentuada, e a luta política, não podendo desenvolver-se à volta deste facto, por demasiado evidente, acabou por ser transposta para as razões que o determinaram. Tudo se resumia a mérito próprio, assegurava o Governo. Eram tudo favores da conjuntura externa, dizia a Oposição. E lá iam vivendo, cada qual com as razões que dizia ter.

Mas eis que, de repente, os preços invertem a tendência e retomam o processo de aceleração. Que faz o Governo? Reconhece o facto, assumindo-o, e dando uma explicação qualquer? Nada disso. Primeiro, contesta os números, mantendo a proposta e dizendo que é tudo má língua. Depois, adia os «timings», afirmando que, o que já não era possível em Dezembro se-lo-ia, seguramente, em Março. Finalmente, já em desespero de causa dá uma volta de 180 graus e vem afirmar, com o maior à-vontade deste mundo, que a inflação, afinal, nunca fora prioritária — toda a gente sabia que prioritário, prioritário mesmo, era o emprego. Vocelências já repararam no sucesso espectacular que tem sido o emprego?!

O crítico, perante o deslante, sente alguma dificuldade em se mover. Enervado, chama de mentiroso a meio mundo e denuncia a situação? Sorri, entra no jogo e escreve um artigo humorístico? Conta a verdade do emprego? Faz uma pausa? Desiste?... (...)

Com estes dados, já poderemos compreender melhor a estratégia.

O Governo tinha um determinado modelo em mente, procurou aplicá-lo mas falhou: falhou no crescimento, falhou no emprego, falhou na inflação, falhou na balança de pagamentos... Falhou em tudo. Mas, ao falhar em determinadas áreas por baixo (vg. inflação, dependência externa), falhou noutras áreas por cima (vg. consumo, investimento, procura interna). O falhanço numa área como o investimento, que cresceu muito mais do que o previsto, arrastou uma falhanço na área do emprego, muito mais dinamizado do que igualmente se previra.

Insistimos neste ponto, que nos parece crucial: não foi o Governo que quis assim; foi assim por acaso —

exactamente porque o Governo não controlou a situação. Os descontrolos pagam-se caros, e vamos sofrê-lo a seguir. Só que, no imediato, havendo um indicador que evoluiu melhor do que o previsto, o Governo agarrou-se a ele para justificar o resto. Daí aquela frase infeliz: a inflação não era prioritária, prioritária era o emprego. Vão ver que, daqui a alguns meses, prioritário era o consumo, depois, a auto-estrada Lisboa-Cascais, etc.

Muitas pessoas, furiosas, zangaram-se. Outras, compreensivas, sorriram. Uma certeza: ninguém acreditou. E o Governo, imprudentemente, desnecessariamente, lá continuou a ofuscar a sua imagem...

(«O Jornal» de 30/9/88)

Pescas... ao fundo!

A tentativa do Ministério do Comércio e Turismo de manter o nível da inflação no sector das pescas dentro das previsões oficiais (6,5 por cento), através do alargamento das importações, verificado no primeiro semestre deste ano, provocou efeitos contrários aos inicialmente previstos pelo Governo e fez disparar em flecha os preços no consumidor.

O erro de cálculo da política governamental é confirmado pela evolução dos preços registada entre Janeiro e Junho deste ano — a que o Expresso teve acesso — se comparados com período idêntico de 1987: no caso do peixe congelado o aumento foi de 16 por cento e no do peixe salgado, onde predomina o bacalhau, de 18 por cento.

O caso mais flagrante é, contudo, o da pescada, produto que representa mais de metade do consumo global de congelados, um sector que já cativa cerca de 25 por cento dos compradores de peixe. Segundo dados do Instituto Português de Conservas e Pescado (IPCP), correspondentes aos cinco primeiros meses deste ano, a diferença entre o preço legal da pescada e o preço médio a que veio a ser praticado traduz-se em cerca de cem por cento. Saliente-se, aliás, que mais de 70 por cento da oferta veio de pescada congelada de importação.

Paralelamente registou-se uma baixa acentuada dos preços na produção — uma

quebra que, na globalidade, rondou os 35 por cento —, com os industriais do sector a queixarem-se dos excessos cometidos nas importações.

Apesar dessa baixa, motivada pelo aumento da quantidade e da concorrência, o papel dos intermediários não jogou a favor da estratégia governamental. Daí os preços excessivos que os consumidores tiveram de pagar e a crise em que se encontra actualmente mergulhada a frota portuguesa de pesca longínqua, responsável por cerca de 70 por cento da capacidade produtiva nacional do sector das pescas. (...)

(«Expresso» de 1/10/88)

O mais baixo poder de compra

Cidadão comum, com o simples gesto de levar a mão ao bolso, já sabia; mas a União dos Bancos Suíços teve a gentileza de confirmar: Lisboa é a capital europeia com mais baixo poder de compra. Juntando a esta informação — que peca apenas pelo seu carácter de falta de novidade — com uma outra difundida no passado sábado e segundo a qual Portugal registara em Agosto a maior subida de preços da CEE, os destinos económicos dos portugueses não parecem ser os mais risonhos.

«Ganhamos pouco e compramos menos», parece ser a conclusão, certamente primária mas algo realista, a tirar do estudo comparativo da União de Bancos Suíços, agora divulgado, e dos estudos do gabinete de estatística da Comunidade Europeia. No respeitante ao poder de compra e nível salarial, a União de Bancos Suíços procedeu a uma comparação Internacional, procedendo a inquéritos em 52 cidades de todo o mundo, tomando para base os valores de Zurique, onde se situa a sua sede. Para tanto, durante cerca de três anos, aquela entidade trabalhou as respostas a um questionário de mais de 200 perguntas relativas a preços, salários e duração de trabalho, envolvendo doze categorias profissionais.

As conclusões revelaram que Tóquio continua a ser a cidade mais cara do mundo, à frente de Oslo, Helsinquia, Estocolmo, Copenhaga e Genebra. E um facto nos consola e sossega: para chegar ao nível de Tóquio, Lisboa ainda terá de triplicar os seus preços. Por outro lado, no que respeita à Europa, só duas capitais são mais baratas: Istambul e Nicósia. Isto, apesar de a CEE nos dizer que os nossos preços subiram mais em Agosto do que todos os outros na Comunidade.

Quer dizer: da barateza não podemos queixar-nos. O pior é que os salários não pulam tão depressa como os preços. Em Zurique — o tal termo de comparação — ganha-se 2900\$00 por hora, de média. Em Lisboa, o mesmo período de tempo rende ao trabalhador uns 378 escudos.

E aqui chegamos ao poder de compra que, segundo os técnicos, se obtém dividindo o valor dos salários pelo preço de um cabaz de 108 bens e serviços. Aí é Los Angeles quem leva a palma, seguindo-se Zurique.

Lisboa, neste capítulo, chega em 37.º lugar, o que não é péssimo a nível mundial mas confere o direito à última posição em termos europeus. Nem esta classificação nos dá, no entanto, direito ao título de «pobrezinhos»: o Cairo, Manila, Bombaim, Jacarta, Nairobi e muitas mais podem comprar ainda menos coisas.

(«A Capital» de 4/10/88)

Damas

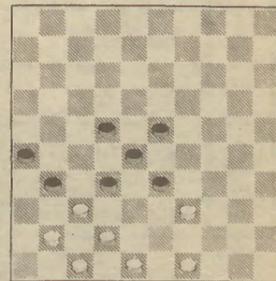
CLXXIV — 7 de Outubro de 1988

Proposição N.º 174

Por: W. B. Monsma — 1935

Pr.: [7]: 22-23-26-28-31-32-33

Br.: [7]: 37-39-41-42-47-48-49



Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 174

(Tentativa de falta)

Campeonato da URSS/1970

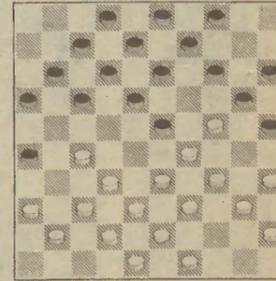
Pr.: [18]: 2-3-4-7-8-9-11-12-13-

-14-15-16-17-18-20-23-25-26

Br.: [18]: 24-27-29-32-33-34-35-

-36-37-38-39-40-41-42-43-45-48-

-49.



As Brancas acabam de jogar 30-24, lançando a «isca» ao adversário! que vê Dama... fá-la, mas... A. Andreiko era Campeão do Mundo!

Na posição diagramada as pretas jogaram (26-31)... fizeram Dama em 47 e perderam! Como?

Solução N.º CLXXIV

Miniatura N.º 174 (W. B. M.):

49-43 (33X44); 43-39 (44X33);

41-36 (32X41); 36X38 (41-46=D*);

38-32 (28X37); 42X31 (26X37);

47-41+

Golpe N.º 174 (A. A.): (26-31);

37X26 (23-28); 32X23 (14-19);

23X14 (17-21); 26X6 (7-11); 6X17

(12X32); 38X27 (18-23); 29X18

(20X47=D)... e agora?: 18-12!!!

(8X17); 34-29 (9X20); 40-34

(47X24); 34-30 (25X34); 39X8?+1

e +

A. de M. M.

Xadrez

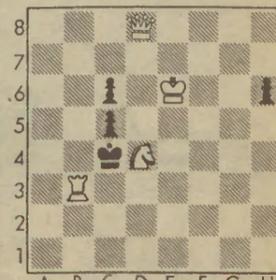
CLXXIV — 7 de Outubro de 1988

Proposição N.º 174

Por: A. Grin

«64», 1978

Pr.: [4]: Ps. c5, c6, h6-Rc4



Br.: [4]: Cd4-Tb3-Dd8-Ré6

Mate em dois lances

Jogo N.º 174

Open de New York

(31.III/3.IV.88)

Br.: Ivantchuk

Pr.: Gulko

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. g3, Bb4+; 4. Bd2, c5; 5. Bg2, 0-0; 6. Cf3, d5; 7. B:b4, c:b4; 8. Cbd2, Cc6; 9. 0-0, b6; 10. Tc1, Bb7; 11. é3, Dd6; 12. Da4, Tf8; 13. Tc2, Tc7; 14. Tfç1, Taç8; 15. ç:d5,é:d5; 16. B:h3, Cd7; 17. C:e5, b5; 18. D: b5, C: d4; 19. é:d4; T:ç2; 20. T:ç2, T:ç2; 21. D:b7, C:é5; 22. d:é5, Dd8; 23. é6:f:é6; 24. B:é6+, Rh8; 25. Cf3, T:b2; 26. C:e5, Df8; 27. D:a7, Td7; 28. Cf7+, Rg8; 29. B:d5, Td7; 30. Dd4, Db8; 31. C:e5+ 1-0.

Solução do N.º 174

Chave: 1. Dg8! (Ameaça: 2. Ré5++)

1. ... R:d4; 2. Dg4++

1. ... ç:d4; 2. Rd6++

A. de M.M.